



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

# Orçamento Geral do Estado Aprovado

# 2015

## Panorama Orçamental

# Livro 1



## Livro 1 Panorama Orçamental

### Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento em recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e em publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão e com vista a aumentar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2015, promulgada por Sua Excelência o Presidente da República no seguimento do debate na sessão plenária do Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2015 consiste na Lei do Orçamento Geral do Estado, publicada no *Jornal da República*, bem como em seis livros orçamentais de apoio:

- Livro 1 : Panorama Orçamental**
- Livro 2 : Planos Anuais
- Livro 3A : Distritos
- Livro 3B : RAE & ZEESM Oe-Cusse Ambeno
- Livros 4a e 4b : Rubricas Orçamentais
- Livro 5 : Parceiros de Desenvolvimento
- Livro 6 : Fundos Especiais

O Livro 1 sobre *Panorama Orçamental* descreve a estratégia orçamental geral do do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e doméstico, as receitas esperadas a nível doméstico e com a base no petróleo, incluindo rendimento sustentável esperado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em [www.mof.gov.tl](http://www.mof.gov.tl). Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Salomão Yaquim, através do correio electrónico [syaquim@mof.gov.tl](mailto:syaquim@mof.gov.tl) ou do telefone +670333 9518.

Numa altura em que Timor-Leste diz “*seja um bom cidadão, seja um novo héroi para a nossa Nação*”, acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes a respeito do Orçamento do Estado para 2015.

**Emília Pires**  
Ministra das Finanças

## Índice

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro .....	3
Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento do Estado .....	22
2.1: Sumário Executivo .....	22
2.2: Reformas Recentes na Gestão Económica e Financeira.....	25
2.3: Panorama Económico .....	28
2.4: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.....	40
2.5: Despesas e Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento.....	43
2.6: Receitas.....	57
2.7: Financiamento .....	78
Parte 3: Texto Lei Orçamento Geral do Estado .....	91
Parte 4: Documentação de Apoio .....	120

## Siglas e Abreviações

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
ANP	Agencia Nacional do Petróleo
BAsD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAI	Comité de Assessoria para o Investimento
CFI	Corporação Financeira Internacional
FCTL	Fundo Consolidado de Timor-Leste
COP	ConocoPhillips
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DES	Direitos Especiais de Saque
EAN	Estudo sobre Alimentação e Nutrição
EDS	Estudo Demográfico e de Saúde
EFG	Estatísticas Financeiras Gerais
EPA	Estudo sobre a População Activa
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAsD	Fundo Asiático de Desenvolvimento
FDCH	Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano
FI	Fundo de Infra-estruturas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FP	Fundo Petrolífero
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GNL	Gás Natural Liquefeito
IPC	Índice de Preços no Consumidor
JICA	Agência Japonesa para o Desenvolvimento Internacional
KPI	Principais Indicadores de Desempenho
MF	Ministério das Finanças
ODM	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não-Governamental
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste
PIB	Produto Interno Bruto
PNDS	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PPP	Parceria Público-Privada
ROC	Recursos Ordinários de Capital
RSE	Rendimento Sustentável Estimado
SEAPRI	Secretaria de Estado para Apoio e Promoção do Sector Privado
SEPFOPE	Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego
SERVE	Serviço Registro Verificação Empresarial
SISKA	Serviços Integrados de Saúde Comunitária
TLCLS	Estudo sobre os níveis de Vida em Timor-Leste
UNTL	Universidade Nacional Timor Lorosa'e
WTI	West Texas Intermediate

# Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas, membros do Governo

Senhoras e senhores,

É para mim um privilégio dirigir-me, uma vez mais, a Vossa Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional e a todos os Distintos Deputados, nesta Magna Casa da Democracia, para apresentar o Orçamento Geral do Estado para 2015.

Cumprindo os objectivos do Estado, plasmados na Constituição da República, este Governo continua empenhado em transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e com uma população próspera, saudável e instruída. O Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Programa do Governo traçam o caminho que é necessário percorrer para concretizar estes objectivos.

O orçamento que é aqui hoje apresentado estabelece as dotações necessárias para financiar as políticas que visam desenvolver Timor-Leste, a passos seguros. Estas políticas são transversais e integradas, e foram formuladas sem nunca perder de vista os desafios inerentes à nossa jovem nação, as necessidades do nosso Povo e os obstáculos próprios da fase actual do nosso desenvolvimento.

E o desenvolvimento, senhoras e senhores, que já alcançámos nestes doze anos de independência, não teria sido possível sem o esforço colectivo e primordial do Estado timorense na consolidação do exercício democrático e sem os alicerces sólidos que construímos em matéria de paz e estabilidade que sentimos e vivemos em todas as comunidades no nosso país.

Em suma, antes como hoje, os desafios que se apresentam ao nosso país têm que ser encarados de forma consensual e num esforço colectivo de superação. Os debates democráticos, a participação quer das instituições do Estado quer da Sociedade Civil na procura de soluções comuns, ou, por outras palavras, o sentido de Estado e o sentido de cidadania, são factores fundamentais para a transformação que pretendemos para Timor-Leste.

O Governo, na sua competência executiva, entende que o curso desta transformação – da saída da pobreza para o verdadeiro crescimento de Timor-Leste – tem que ser inclusivo, equilibrado e sustentável.

Para tal, ao considerar o Orçamento Geral do Estado para 2015 não podemos perder de vista quatro objectivos fundamentais:

Primeiro, que a política fiscal seja sustentável a médio e a longo prazo.

Segundo, que o crescimento económico sustentável seja coerente e que beneficie todos os cidadãos timorenses, desde as áreas urbanas às áreas rurais.

Terceiro, que invistamos em infra-estruturas de qualidade, e recursos humanos qualificados, que sustentem o crescimento económico, a prestação de serviços e o desenvolvimento de todos os sectores produtivos da Nação.

Quarto, que sejam protegidos todos os timorenses e sobretudo os que mais precisam e merecem, aqueles que nem sempre podem beneficiar directamente do crescimento económico.

Por estas razões, mais uma vez, ao apresentar o Orçamento Geral do Estado de 2015, fazemo-lo com a convicção de que este OGE representa uma solução para as várias vontades que fazem de Timor-Leste uma Nação resiliente, num acto de genuína responsabilidade e democracia.

Por esta razão, a gestão das receitas do petróleo e o recurso ao Fundo Petrolífero exigem responsabilidade e transparência. No entanto, exigem também coragem e astúcia, pois são estes recursos que ao serem bem investidos permitem dar continuidade ao processo de construção da Nação e ao desenvolvimento humano no nosso país.

O investimento prudente destes recursos, com responsabilidade e transparência, é o que permite alimentar o nosso sonho comum de ter as nossas crianças na escola e bem alimentadas, de ter os nossos jovens saudáveis, qualificados e empregados e de ver os nossos mais velhos acolhidos e bem tratados, depois dos sacrifícios que já ofereceram à Pátria.

Por isso, senhoras e senhores, a gestão e a protecção dos nossos recursos naturais é uma questão que diz respeito a todos os timorenses, é uma questão de dignidade e de soberania nacional!

Excelências,

Ao entrarmos em 2015, não podemos deixar de reflectir sobre os acontecimentos deste ano de 2014, quer a nível nacional quer internacional, que têm inevitavelmente impacto na tomada de decisões do Estado timorense.

Todos sabemos que o contexto internacional está conturbado. Timor-Leste está suficientemente afastado dos centros de poder globais para poder observar aquilo que se passa no mundo, sem condicionalismos políticos ou económicos.

Vemos que o compromisso internacional para com o desenvolvimento e para com a democracia é ditado pelos países mais desenvolvidos do mundo. Estes impõem os seus padrões invioláveis e universais, muitas vezes em profundo desrespeito pelas circunstâncias e adversidades sentidas pelos países mais jovens, pelos países mais pobres, e pelos países que vivem em situação deplorável de guerra e de permanente conflito.

Não é possível ignorar que cerca de 2,2 mil milhões de pessoas no mundo estão já, ou vão entrar, em situação de extrema pobreza, fragilidade e conflito!

É impossível ignorar que nestas nações não irá ser concretizado um único Objectivo de Desenvolvimento do Milénio até 2015!

É impossível ignorar que existem focos de guerra um pouco por todo o mundo. Lembro aqui o pesadelo que se vive no Iraque, no Afeganistão, na Líbia, na Síria, na Ucrânia, em Israel e na Palestina, no Sudão do Sul e na República Centro Africana! Sim, no mundo globalizado de hoje, onde o acesso ao conhecimento e a arte da diplomacia são instrumentos importantes do século XXI, vivemos antes com medo, com desconfiança e com profunda insegurança sobre o futuro da humanidade.

Os grandes centros de decisão, não souberam ainda ou não querem aperceber-se das causas reais dos problemas da humanidade, que são a exclusão, o empobrecimento e a marginalização de grupos e tentam resolver um conflito social com guerras, onde se gastam triliões de dólares, beneficiando os fabricantes de armas e seus próprios países.

Não podemos ainda ignorar que as ameaças ambientais continuam a aumentar, colocando em causa as aspirações legítimas de desenvolvimento, eu diria mesmo de subsistência, de alguns países! Os países mais desenvolvidos do mundo só prometem planos de acção, quase nunca concretizados – tive a oportunidade de acompanhar os debates na última Assembleia-Geral das Nações Unidas numa dita ‘Cimeira das Mudanças Climáticas’ e acredito todos acompanhámos as declarações de boa-vontade sobre o mesmo assunto, na Cimeira do G-20, em Brisbane, ainda no mês passado.

Vemos, senhoras e senhores, a desigualdade a aumentar no mundo porque a riqueza está concentrada nas mãos de poucos; porque os interesses económicos, a ganância e a corrupção prevaleceram ao sentido de humanidade. Não é novo que, em toda a União Europeia, a corrupção atinge os \$120 mil milhões de euros por ano. Na Cimeira do G-20, em Brisbane, os líderes mundiais declararam guerra à evasão de taxas e ao branqueamento de capital que, anualmente, estava calculada em \$1.3 triliões de euros na Europa e \$1.7 triliões de dólares nos Estados Unidos da América. O próprio Banco da América revelou, há meses atrás, uma fraude de \$16 mil milhões de dólares, montante igual ao dinheiro do nosso Fundo do Petróleo.

Já tive a oportunidade de denunciar em diferentes fora internacionais e, inclusive, na Assembleia-Geral da ONU, a forma injusta como esta equipara num mesmo saco, um Timor-Leste ou um pequeno país do Pacífico, não esquecendo países em África e na própria Ásia, aos países mais desenvolvidos do G-7, da América e da Europa, ao Japão, Austrália e à China.

A meu ver, os padrões são impostos de forma inconsistente, irrealista e fora do contexto das realidades próprias dos países e, conseqüentemente, das suas instituições do Estado. Aliás, às sociedades mais desenvolvidas, é permitido justificar qualquer tipo de violação de direitos humanos sob o chavão da “segurança interna” dos seus países. Já nas democracias mais recentes e ainda em fase de consolidação, a defesa dos seus interesses nacionais, da sua soberania, é considerada uma violação ao Estado de Direito!

Mas os países pequenos também têm o direito de reagir àquilo que é uma agressão ao Estado e aos Direitos da sua população!

Ao detectar irregularidades inaceitáveis e condutas de violação clara do direito internacional no decurso das negociações do Tratado do Mar de Timor, que prevê a partilha do petróleo “off-shore”, entre o nosso país e a nossa vizinha Austrália, Timor-Leste propôs, no final de 2012, a mesa de conversações para resolver os diferendos e a injustiça causada a Timor-Leste. Esta proposta foi recusada por Canberra, não dando outra alternativa ao Governo timorense senão levar o caso ao Tribunal de Arbitragem de Haia, para suprimir a clara vantagem da Austrália em detrimento dos interesses dos já martirizados timorenses sobre um bem que lhes pertence.

Por insistência de Canberra, concordámos suspender, por 6 meses, o caso de Arbitragem em Haia, e hoje estamos a desenvolver contactos com o objectivo central de defender os legítimos interesses de Timor-Leste e do seu povo.

Também a actuação das multinacionais do petróleo a tentarem apoderar-se dos recursos naturais do povo timorense, pagando menos impostos daquilo que é devido e fazendo deduções ilícitas, levaram à instauração de dezenas de processos nos tribunais, pois mais uma vez trata-se de restituir, aos timorenses, aquilo que é seu por direito.

Timor-Leste está determinado em fazer vencer a sua vontade política colectiva, consubstanciada nos valores democráticos que partilhamos e que estão plasmados na Constituição da República. Senhoras e senhores, foi por esta razão que todo o nosso Povo ofereceu os seus sacrifícios! Não lutámos - não sofremos e morremos – apenas para ter a nossa bandeira independente, mas antes para poder exercer e usufruir daquilo que é nosso por direito!

E a defesa da nossa soberania implica também a consolidação da autonomia e o funcionamento eficiente, profissional e responsável de todas as Instituições do Estado sem excepção. Aliás, a soberania deve estar no centro de actuação de todos os órgãos do Estado, cujos servidores são pagos para defender os interesses da Nação e os interesses do povo, com honesto sentido de Estado.

Se um destes órgãos se encontra debilitado, toda a máquina do Estado é afectada e exige uma acção imediata para a protecção do bem comum. É por isso imperativo garantir que onde são detectadas fragilidades no funcionamento do Estado como um todo, se actue com vista ao seu fortalecimento, usando da interdependência de poderes. Um dever aliás que compete aos órgãos de soberania.



Muitos talvez não compreendam isto e não entendem os mais altos valores de soberania que temos para defender. Muitos ainda não compreenderam os desafios que se colocam a um país jovem como o nosso que foi construído a partir do nada, ou do menos que nada.

As particularidades da nossa Nação, os sacrifícios do nosso Povo, o futuro do nosso País, exigem por vezes tomadas de posição rigorosas ainda que “incompreendidas” à escala das ditas democracias modernas e seculares. Estão em causa princípios e recursos que fazem parte da nossa realidade, da nossa cultura e da nossa identidade, que fazem parte da nossa luta abnegada pela Independência e Soberania.

Ao que outros chamam de arrogância, é, no entanto, para nós timorenses, meramente o reconhecimento da necessidade premente de corrigir aquilo que não nos serve e de reformar aquilo que não protege os interesses superiores da Nação!

Excelências

Senhoras e Senhores,

É incontestável que nos últimos anos observámos uma melhoria considerável e generalizada dos níveis de vida em Timor-Leste.

A par das reformas que conduziram à paz e à estabilidade do país, o Governo empenhou-se também na reforma da gestão do Estado e do sistema financeiro e na implementação de políticas económicas que levaram a taxas de crescimento económico muito elevadas.

Entre 2007 e 2011 tivemos um crescimento do PIB não petrolífero de 12,5% ao ano durante este período. Em 2012, o crescimento do PIB não-petrolífero abrandou para os 7,8% e sublinhe-se que este crescimento não foi motivado pelas despesas do Estado, o que revela uma primeira etapa de transição para um crescimento económico de maior qualidade, sustentável e com baixa inflação, conduzido sobretudo pelo sector privado.

Não podemos aqui de deixar de fazer a comparação com outros países, já que Timor-Leste tem tido um desempenho francamente bom segundo os padrões internacionais, principalmente quando comparado com as economias emergentes da região asiática. A nossa estimativa é de que entre 2013 e 2015 o crescimento económico se situe entre os 5,6% e os 7,1%. Esta tendência de crescimento é consistente com a nossa aposta na sustentabilidade das despesas governamentais e na inflação, a qual não ultrapassa o alvo estabelecido no nosso Plano Estratégico de 4 a 6%.

A estratégia do Governo, desde 2007, tem sido a de que é ao sector privado que compete impulsionar a economia. Temos, aliás, repetido ao longo destes anos que tem sido necessário, nesta fase inicial, ser o Estado a fomentar o crescimento através da despesa pública, uma vez

que o sector privado era incipiente e que não estava pronto para assumir o seu papel de destaque enquanto motor da economia.

Agora que as condições têm vindo a ser criadas, abre-se lugar para um novo período da história de Timor-Leste, em que se prevê que seja o sector privado, e não o Estado, a conduzir o crescimento económico, posicionando o país a nível regional mas também global.

A taxa elevada de investimento previsto por parte do sector privado, que assenta em propostas sólidas de investimento de empresas multinacionais, é uma prova do sucesso das políticas governamentais anteriores.

Hoje não haveria grandes empresas de produção interessadas em investir em Timor-Leste se o Governo não tivesse investido, nomeadamente, no projecto de alargamento e recuperação da rede nacional de estradas, no projecto do Tasi Mane e o investimento integrado da costa sul, na construção de portos, designadamente em Tibar e no Suai, na melhoria das instalações dos aeroportos, e certamente se não tivesse melhorado a geração, transmissão e distribuição de electricidade.

De acordo com um recente estudo da consultora *PricewaterhouseCoopers*, em parceria com o Banco Mundial, Timor-Leste é o país mais competitivo em termos de carga fiscal entre os Estados membros da CPLP e, num ranking de 189 países analisados, estamos na quinquagésima quinta posição. De facto, a nossa estratégia para atrair o investimento estrangeiro, essencial à diversificação económica, passa por nos apresentarmos como um país competitivo e atractivo para a criação de negócios.

O recente Acordo de Investimento firmado com a empresa *Heineken Asia Pacific Pte. Ltd.*, que envolve mais de 40 milhões de dólares, é um exemplo do que acabo de referir.

E como se pode verificar também no mais recente Relatório *Doing Business* 2015, do Banco Mundial, Timor-Leste é, e passo a citar, “a economia que mais progrediu na simplificação da criação de uma nova empresa, através da concepção de um balcão único”. Podemos, pois, afirmar que o nosso trabalho está a produzir os resultados esperados e o SERVE, o balcão único, é mais uma prova disso.

Este ambiente favorável que estamos a criar para o estabelecimento de negócios no país, a par dos investimentos na construção de infra-estruturas, são pois essenciais para a criação de emprego, para a diminuição da dependência do sector petrolífero e para a afirmação de Timor-Leste como um país a caminho da modernidade e do progresso.

Foi também no âmbito desta estratégia que criámos este ano a Agência Especializada de Investimento, designada por “Investe Timor-Leste”, e cujo objectivo principal é promover o investimento privado e as exportações no país. A operacionalização desta agência e a implementação das políticas em curso para o aumento da produção agrícola, industrial e de serviços, vão certamente catapultar o desenvolvimento económico, social e humano do país.

Fundamental para o desenvolvimento integrado do país, e para diminuir assimetrias de desenvolvimento entre a capital e os demais distritos, é a elaboração de políticas, como a da descentralização, que promovam uma mais justa distribuição de recursos e a criação de condições adequadas de vida a todo o povo. Programas como o PDID e o PNDS são dois exemplos de implementação prática das mesmas e através dos quais temos conseguido também melhorar o acesso à água, ao saneamento, à saúde, à educação e cultura e à formação das lideranças locais, fundamentais para um desenvolvimento inclusivo.

E porque acreditamos no potencial do nosso país, avançamos para o projecto arrojado de desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oecusse Ambeno, projecto liderado por Sua Excelência o Dr. Mari Alkatiri, e da criação da Zona Especial de Economia Social de Mercado, cujo enquadramento legal foi já preparado e cuja operacionalização já teve início. Em 2015 com uma transferência de cerca de **9,9 milhões** para o desenvolvimento conceptual do programa da ZEESM, será possível começar a implementar o plano de desenvolvimento desta região.

Lembro, aliás, que já estão em curso os preparativos para a organização das celebrações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Oecusse. Estas celebrações irão contar com a presença de altos dignitários internacionais e serão um forte impulso para o desenvolvimento desta região.

Também a evolução da iniciativa de desenvolvimento triangular integrado dos três Estados da nossa sub-região - Timor-Leste, o Território do Norte da Austrália e algumas das mais próximas Províncias da Indonésia – confirmam um desenvolvimento promissor de alguns sectores importantes como o turismo, a energia, a agricultura e a Investigação e Desenvolvimento, garantindo ainda o reforço dos laços culturais, sociais e de amizade com os nossos vizinhos mais próximos. Está previsto em 2015, ser investido **1 milhão de dólares** para dar continuidade a este programa.

Podemos orgulhar-nos igualmente da melhoria dos indicadores sociais que se devem naturalmente à execução das políticas e programas do Governo, aos planos sectoriais, aos projectos da sociedade civil e dos parceiros de desenvolvimento. Todos, em conjunto, temos trabalhado em prol do desenvolvimento do país.

Podemos constatar rapidamente estes factos através da consulta dos registos de matrículas escolares, malnutrição infantil, mortalidade infantil, uso de electricidade e consumo das famílias.

A percentagem de crianças que frequentam a escola em Timor-Leste aumentou de forma acentuada, passando dos 66% em 2007 para os 92% em 2013.

Neste momento, temos mais de 3.300 bolsas atribuídas, sendo que a maioria dos beneficiários estão a realizar os seus estudos e formações em Timor-Leste. As instituições que detêm o maior número de bolseiros são os ministérios da saúde, da educação, a UNTL e o INAP. Acreditamos que este investimento vai proporcionar um retorno a muito breve trecho para o Estado, dado que recursos humanos qualificados e aptos para um mercado de trabalho exigente e

competitivo são absolutamente vitais no âmbito da nossa estratégia de desenvolvimento do país.

A aprovação este ano do currículo nacional de base do primeiro e segundo ciclos do ensino básico, do currículo nacional de base da educação pré-escolar e do referencial para as políticas de educação pré-escolar, vão permitir-nos melhorar o ensino e preparar as nossas crianças para os desafios futuros que a escola oferece.

A mortalidade de bebés e crianças com menos de cinco anos em Timor-Leste situa-se igualmente em mínimos históricos, tendo descido aproximadamente 50% entre 2001 e 2009. De facto, e conforme o Relatório de Timor-Leste sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio de 2014, Timor-Leste atingiu duas metas nesta área, designadamente a redução da mortalidade de crianças com menos de 5 anos e da mortalidade infantil.

Em 2014, Timor-Leste foi agraciado pela Organização Mundial de Saúde pelos resultados obtidos na implementação do Programa Nacional de Controlo da Malária. A drástica redução do número de casos registados de malária e de fatalidades relacionadas com a malária resultam de uma eficiente política de prevenção e também de uma melhoria do processo de diagnóstico e tratamento. Temos atingido o Objectivo do Desenvolvimento do Milénio para a malária é demonstrativo de que temos o nosso povo no centro das nossas prioridades e acções.

A malnutrição infantil registou igualmente uma queda significativa. Em 2001 aproximadamente metade (46%) das crianças com menos de cinco anos tinham peso abaixo do normal. Desde então registaram-se progressos consideráveis, tendo a percentagem de crianças com peso abaixo do normal caído para os 38% em 2013. O Governo através do aumento da produção agrícola e do encorajamento dos cidadãos a melhorar as suas dietas alimentares e ainda através dos programas de merendas escolares, está fortemente empenhado em alterar esta situação.

Porque não podemos estar satisfeitos com os indicadores da nutrição no país, o Governo associou-se à campanha “Juntos Contra a Fome”, da CPLP, e ao “Desafio Fome Zero”, da ONU, e desenhou um Plano de Acção Nacional para a Erradicação da Fome e Malnutrição em Timor-Leste. O objectivo é melhorar a segurança alimentar e reduzir a fome no país em dez anos, ou seja, até 2025.

A aprovação da Base Política para o Turismo, sector estratégico da economia nacional, tem agora um instrumento essencial para o seu desenvolvimento. O estabelecimento de um centro de formação em turismo e hotelaria e de quatro centros de informação previstos para 2015, são já parte da operacionalização desta política no sector do turismo.

Por outro lado, o acesso à electricidade por parte das famílias timorenses aumentou também de 22% em 2007 para 53% em 2013.

De igual modo, o consumo das famílias a nível de bens e serviços em Timor-Leste registou um aumento de 36% entre 2008 e 2012.

E por falar em famílias, não posso aqui deixar de mencionar o papel fundamental que as mulheres têm na construção deste país. No seio das suas famílias e no seio da comunidade, é cada vez mais reconhecido na nossa sociedade a sua capacidade regeneradora e transformadora, contribuindo de forma exemplar para o desenvolvimento humano e económico de Timor-Leste. O Governo continua empenhado em reformar instituições, políticas e tomadas de decisão que conduzam à efectiva igualdade do género. O Parlamento Nacional é um bom exemplo, onde vemos actualmente 38,5% dos assentos parlamentares a serem ocupados por mulheres.

O Governo está também preocupado com a sustentabilidade ambiental considerando que no nosso país cerca de 90% da população utiliza lenha como fonte de energia para cozinhar, o que danifica as nossas florestas. Para além dos investimentos a que temos procedido nos últimos anos em energias alternativas, acreditamos que a recente expansão da rede eléctrica nacional irá reduzir drasticamente o uso da lenha e a consequente desflorestação.

O ano de 2014 foi importante para Timor-Leste já que assumiu, pela primeira vez, a presidência rotativa da CPLP, na última cimeira de Chefes de Estado e de Governo organizada em Díli, em Julho deste ano.

A preparação deste evento exigiu empenho, muito trabalho e diria mesmo paciência de muitos timorenses. Julgo, no entanto, que os benefícios deste esforço colectivo estão patentes no nosso dia-a-dia. Por exemplo, a construção da Ponte da CPLP, infra-estrutura muito importante e que está a contribuir para uma circulação na cidade mais fácil e segura; a recuperação dos jardins e outros locais públicos que são agora espaços que promovem o bem-estar e o convívio da população, a recuperação de estradas e a construção de infra-estruturas de saneamento, intervenções que são fundamentais para melhorar as condições de vida na capital.

E, claro, temos o contributo político que queremos dar à CPLP. O fortalecimento e o crescimento desta instituição, designadamente promovendo a sua abertura a novos sectores de cooperação como o económico, fazem parte da nossa ambiciosa agenda, mas também o apoio e acompanhamento dos países em situação de vulnerabilidade, como é o caso da Guiné-Bissau, ou em fase de integração, como é o caso da Guiné Equatorial. E por isso, o Governo propôs que o Dr. José Ramos-Horta seja nomeado o Enviado Especial da CPLP para estes dois países. Esta proposta do Governo, e que foi já submetida à aprovação de Sua Excelência o Presidente da República, demonstra o nosso total compromisso com os objectivos e missão da CPLP.

A presidência timorense está francamente empenhada em impulsionar a cooperação económica e empresarial no seio da CPLP, no sentido de estimular o desenvolvimento de projectos empresariais que reforcem os sectores privados nacionais, a promoção de parcerias e a transferência de tecnologia e de conhecimento, que ajudem a alavancar as respectivas economias para a abertura necessária à integração económica regional nos espaços onde estão inseridas. Em 2015, cerca de **1,5 milhões** de dólares irão financiar a presidência timorense da CPLP.

Timor-Leste cumpriu as suas obrigações, como membro das Nações Unidas, ao ajudar os países em conflito ou pós-conflito e ainda com instituições frágeis do Estado sobretudo no processo de agendamento dos seus programas para a 'Agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015'. Temos actuado com sucesso no grupo de 'g7+', o qual continuaremos a apoiar com um Secretariado, instalado em Díli.

Muitos países necessitam de oportunidade de diálogo para a reconciliação das diferenças, em ordem ao estabelecimento da paz, como condição indispensável para projectar programas de desenvolvimento, que beneficiem a todos os seus cidadãos.

Foi assim que, por iniciativa do Presidente da República, Taur Matan Ruak, vai ser estabelecido em Díli, um Centro de Diálogo, Reconciliação e Paz. Sem ambição a protagonismos, Timor-Leste vai tentar contribuir, com o mínimo que pode, para a paz no mundo.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências Senhoras e Senhores Deputados

O Orçamento Geral do Estado para 2015 irá dar continuidade à linha de actuação que permitiu alcançar os progressos já referidos e reconhecidos a nível internacional. Temos que manter a consistência no investimento prioritário em áreas de desenvolvimento físico, humano e social, assegurando ao mesmo tempo a prudência necessária para permitir a sustentabilidade fiscal. Para tal propomos neste orçamento a contracção das despesas correntes, razão pela qual se propõe apenas o aumento mínimo necessário.

A médio e a longo prazo as infra-estruturas que estão a ser criadas irão contribuir irreversivelmente para o crescimento económico, permitindo o aumento das receitas domésticas e a diminuição das despesas ao longo do tempo. Por esta razão podemos dizer que os levantamentos do FP, entre 2015 e 2017, são uma condição temporária, mas essencial, para assegurar os grandes investimentos necessários na continuação da construção de infra-estruturas cruciais ao país, prevendo-se uma diminuição progressiva a partir de 2018.

**O Orçamento Geral do Estado para 2015 é de 1.570 milhões de dólares**, portanto um aumento inexpressivo relativamente ao ano de 2014, de forma a garantir a sustentabilidade fiscal e assegurar que a procura na economia é consistente com uma inflação baixa.

No terceiro trimestre de 2014 a inflação foi de apenas 0,5%, o que significa que em média os preços eram superiores apenas muito ligeiramente aos registados no período homólogo do ano anterior. Actualmente prevê-se que a inflação não ultrapassará o alvo de 4 a 6%, pelo menos até ao final de 2015, podendo inclusivamente ficar abaixo dos 4%.

Uma inflação mais baixa significa que é mais provável que o poder de compra dos cidadãos aumente e que a pobreza diminua. Conduzirá também a aumentos menores nos custos suportados pelas empresas, o que permitirá aumentar a competitividade internacional das empresas timorenses.

É igualmente esperado que o consumo das famílias continue a aumentar de forma significativa. Isto significa que muitas famílias serão capazes de aumentar a quantidade de bens que comprem e que consomem. Partindo do princípio que este aumento no consumo será generalizado, isto resultará também na redução da pobreza.

O orçamento para 2015 é assim consistente com um futuro crescimento económico forte, sustentável e de qualidade elevada e está dividido do seguinte modo:

- **184,1 milhões** de dólares com **Salários e Vencimentos**
- **504,7 milhões** de dólares com **Bens e Serviços** (incluindo o FDCH)
- **340,3 milhões** de dólares com **Transferências Públicas**
- **36,7 milhões** de dólares com **Capital Menor**
- **504,3 milhões** de dólares com **Capital e Desenvolvimento** (incluindo o Fundo de Infra-estruturas e os empréstimos)

O total de investimento para o **Fundo das Infra-estruturas é de 434 milhões** de dólares, incluindo empréstimos e de 364 milhões de dólares, excluindo empréstimos.

O total da dotação orçamental para o **Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano é de 32,1 milhões de dólares**, dos quais o valor de 2,1 milhões de dólares corresponde ao saldo transitado do ano de 2014, nos termos da lei. Este programa irá manter-se em 2015, continuando a aposta fundamental de desenvolver o nosso capital humano, capacitando os nossos jovens com formação vocacional e técnica e bolsas de estudo para o ensino superior, ressaltando no entanto que estamos a efectuar as avaliações necessárias para garantir o máximo retorno do investimento feito pelo Estado.

Em 2015 o Orçamento Geral do Estado irá ser financiado com **170,4 milhões de dólares das receitas não petrolíferas estimadas**. Prevê-se que estas receitas continuem a aumentar em 2015 e a médio-prazo. Sendo, no entanto, a taxa de crescimento registada ligeiramente inferior a anos anteriores devido à diminuição das receitas da venda do arroz, em resultado do aumento da oferta interna deste produto.

O **défice fiscal de 1.399,6 milhões de dólares** será financiado em 1.327,5 milhões de dólares, a partir do Fundo Petrolífero, dos quais **638,5 milhões de dólares correspondem ao Rendimento Sustentável Estimado e 689 milhões de dólares acima do Rendimento Sustentável Estimado**. É ainda financiado em **70 milhões de dólares através do recurso ao crédito público e 2,1 milhões de dólares em dinheiro**. O levantamento adicional previsto do Rendimento Sustentável Estimado é pois moderado e coerente com a política de investimento prevista no Plano Estratégico de Desenvolvimento que o Governo está a implementar.

Excelências

Senhoras e senhores,

A curto prazo a nossa nação encontra-se numa posição financeira muito sólida. No final do terceiro trimestre de 2014 o saldo do Fundo Petrolífero era de 16,6 mil milhões de dólares, estando previsto que aumente para 18,9 mil milhões até ao final de 2019.

O saldo actual no Fundo Petrolífero é mais de dez vezes superior ao montante total que o Governo tenciona gastar em 2015. Fica assim claro que o Estado continuará a dispor de uma base financeira sólida no curto ou médio prazo.

O Fundo Petrolífero estabelecido em 2005 foi uma estratégia importante de investimento que garantiu a transparência e a boa gestão dos recursos petrolíferos de Timor-Leste. O Fundo Petrolífero ao não fluir directamente para o Orçamento de Estado, contribui para evitar a instabilidade macroeconómica, sendo os levantamentos do Fundo assentes no que é sustentável a longo prazo e não em alterações a curto prazo das receitas petrolíferas.

Ao não serem usadas estas receitas de forma discricionária, evitamos as subidas e descidas acentuadas nos preços dos bens e a volatilidade ao nível da despesa pública, da procura e da inflação. Evitámos assim a maldição dos recursos e optámos por investir em infra-estruturas básicas, e em sectores como a educação e a saúde que sustentam o desenvolvimento económico do país.

Ao, em 2011, termos emendado a Lei do Fundo Petrolífero, após um processo longo, rigoroso e participativo, foi possível alocar até 50% em acções públicas, pelo menos 50% em rendimentos fixos e não mais do que 5% em instrumentos alternativos. Esta estratégia de diversificação do Fundo Petrolífero veio a confirmar-se uma boa estratégia, permitindo um retorno importante e valoroso.

O Governo está igualmente empenhado em relação à sustentabilidade fiscal a longo prazo, por via da sua política de antecipação de despesas. Esta política prevê levantamentos acima do Rendimento Sustentável Estimado a curto prazo para que haja crescimento económico, aumento das receitas domésticas e diminuição das despesas a longo prazo.

Relativamente à taxa de execução orçamental, a 29 de Novembro, o Governo registou uma execução orçamental em dinheiro no valor de 1.077 milhões e em obrigações no valor de 228 milhões. É provável que a maioria destas obrigações irá resultar em execução em dinheiro antes do encerramento do ano financeiro.

Isso significa que ao encerrar o ano financeiro iremos ter, muito provavelmente, uma taxa de execução orçamental de cerca de 87%. Esta é uma taxa de execução bastante elevada, sobretudo considerando que o orçamento de 2014 só começou a ter exequibilidade legal,



praticamente a partir do terceiro mês do corrente ano, ou seja, em Março, actuando os dois primeiros sob o regime de duodécimos, e demonstra que os processos de formulação e execução do orçamento continuam a melhorar.

Estamos confiantes que a introdução dos novos instrumentos de fiscalização e monitorização do Programa do Governo e do Plano Estratégico de Desenvolvimento, estabelecido pelo Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento e operacionalizado através das matrizes do PED, assegurem também a correcta adequação entre o que é planeado e os resultados práticos obtidos, de forma a continuar a termos taxas de execução orçamental elevadas e resultados concretos e com impacto na população.

Como sabem, este instrumento permite ainda planear de forma integrada, cruzando os sectores de desenvolvimento de uma forma articulada, de forma mais eficaz e eficiente e ainda favorecendo a melhor coordenação interministerial.

Este esforço de coordenação irá permitir melhores resultados dos quatro sectores estratégicos definidos no PED. Neste contexto, o Orçamento Geral do Estado para 2015 reflecte os sectores estratégicos comprometidos pelo Governo, ao mesmo tempo que garante os quatro objectivos fundamentais acima referidos.

### **O orçamento para 2015 cumpre uma política fiscal sustentável**

Em primeiro lugar, o montante total do orçamento é de 1.570 milhões de dólares. Isto representa um aumento inferior a 5% relativamente ao orçamento para 2014 e mostra que o **Governo limitou a subida geral das despesas**. Temos igualmente que o orçamento para 2015 é inferior em 13% relativamente ao orçamento para 2012. Isto mostra que ao longo dos últimos anos o **Governo tem seguido uma política fiscal conservadora, cortando o volume do orçamento em vez de o aumentar**.

Em segundo lugar, o Governo identificou e **eliminou despesas desnecessárias e limitou a subida das despesas recorrentes**. Mais especificamente, as despesas recorrentes no orçamento de 2015 de 1.029 milhões, corresponde a um aumento de menos de 4% às registadas no orçamento para 2014.

Em terceiro lugar, as estimativas de despesas a médio prazo mostram claramente o padrão de antecipação. Prevê-se que as despesas públicas aumentem em 2016, com vista à construção de infra-estruturas essenciais, mas que a partir daí **comecem a descer** e, previsivelmente, que os levantamentos acima do RSE comecem a diminuir.

Em quarto lugar, as **receitas domésticas registaram um crescimento nos últimos anos**, sendo esperado que este crescimento se mantenha a médio prazo. Em 2015 prevê-se uma cobrança de receitas domésticas no valor de 170 milhões de dólares, o que representa um aumento de 62% em relação ao montante cobrado em 2011. Até 2019 prevê-se que as receitas domésticas

ultrapassem largamente os 200 milhões de dólares, passando para mais do dobro do valor registado em 2011.

Sobre as receitas domésticas é necessário analisar correctamente a realidade e compreender o ciclo de desenvolvimento que as originam. As receitas resultam da actividade do sector privado, já que são os impostos pagos pelas companhias e pelos trabalhadores que contribuem para o aumento das receitas domésticas. Assim, é necessário garantir a criação de infra-estruturas de qualidade e recursos humanos capazes e produtivos para atrair os investidores e fortalecer o tecido empresarial do país.

### **O orçamento para 2015 considera todos os timorenses**

O fornecimento de **energia eléctrica** em todo o país reflectiu-se numa melhoria substancial da vida dos timorenses em todo o país, para além de contribuir de forma inequívoca para o desenvolvimento económico. É indispensável continuar a financiar o projecto de electrificação, através da aquisição de combustível e da manutenção dos geradores eléctricos. Vai ser por isso investido **115,6 milhões de dólares** para este efeito.

Continuarmos a investir na nutrição das nossas crianças e jovens, através do programa de **merenda escolar**, que visa melhorar a saúde das crianças e, ao mesmo tempo, os seus resultados escolares. Com cerca de **17,8 milhões de dólares**, no Ministério da Educação, iremos financiar o programa de merendas escolares em escolas públicas e também atribuir bolsas de estudo.

Iremos ainda, na educação, continuar a apoiar as universidades, instituições salesianas de ensino e também o programa de merendas escolares em escolas privadas, com **6,2 milhões**. Já a **UNTL** disporá de **4 milhões**, em transferências públicas, para bolsas de estudo em instituições internacionais, garantindo assim o acesso a universidades de renome mundial aos estudantes timorenses.

Um importante investimento será ainda a **disponibilização de medicamentos e alimentos aos nossos doentes**, atribuindo cerca de **15,3 milhões de dólares** para o Ministério da Saúde melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados. Ainda neste sentido, com **1,2 milhões de dólares**, irão ser adquiridos equipamentos médicos, incluindo laboratórios e equipamentos de raio-X para os serviços de saúde.

Também com **8,3 milhões**, em transferências públicas, o Ministério da Saúde irá continuar a possibilitar o tratamento no estrangeiro para situações de emergência que não possam ser resolvidas no país e investir numa **nova clínica cardiovascular** e em actividade de apoio à saúde pública e à continuação do programa **SISKA**.

Um programa fundamental que está em curso que afecta grande parte dos timorenses é o **programa Ita Nia Rai e o registo cadastral** do Ministério da Justiça. Com cerca de **14,5 milhões**

iremos trabalhar nos direitos de propriedade de terras em Timor-Leste, o que contribuirá também para a segurança e o crescimento económico das comunidades.

Ainda no sector da justiça, e para melhor prestação de **serviços jurídicos** para o benefício dos cidadãos timorenses, irão ser investidos **20 milhões**. O investimento de **1 milhão de dólares** para o Ministério da Justiça processar os **passaportes biométricos** irá também facilitar as deslocações dos cidadãos timorenses ao estrangeiro.

Continuaremos também o programa de **importação de arroz e venda de produtos locais**, com **8,5 milhões** alocados no MCIA, com vista a apoiar o mercado nacional do arroz, contribuir para os programas de merendas escolares e prever o acesso básico a alimentos por toda a população, também em situação de emergência.

A **aquisição e distribuição de sementes** para o Ministério da Agricultura e Pescas continuar a apoiar o desenvolvimento da agricultura e a melhorar a segurança nacional, continuará a ser uma prioridade do Governo, com a alocação de **3,7 milhões** de dólares. Este Ministério irá ainda continuar a apoiar os **grupos de agricultores** com **1,4 milhões**, enquanto promoção da produção local.

A promoção da democracia em todo o país, o desenvolvimento rural e o fortalecimento das comunidades locais são factores fundamentais para combater as desigualdades sociais em Timor-Leste. Este orçamento irá atribuir **20 milhões de dólares**, em transferências públicas, através do Gabinete do Primeiro-Ministro, para apoio de **emergência e reabilitação de escolas e clínicas de saúde** em todo o território.

Ainda na óptica fundamental de desenvolvimento rural, irá ser alocado **17,8 milhões** para o Ministério da Administração Estatal continuar a apoiar o **PNDS**, **1,6 milhões**, em bens e serviços, para a CNE implementar o programa de eleições dos **Chefes de Suco** e **1,5 milhões** para a **eleição de líderes comunitários**.

O MCIA irá continuar a apoiar **cooperativas, grupos comerciais, industriais e grupos de protecção ambiental** com um financiamento de **4,8 milhões**. Incluímos ainda na SEAPRI, **1,5 milhões** para o nosso importante centro de bambu e para apoiar o **sector privado nas áreas da agricultura e turismo**, enquanto estratégia de diversificação económica e desenvolvimento industrial.

Irá ainda ser investidos **10,5 milhões** para o programa de **emprego rural**, sobretudo dos jovens, e **6,5 milhões** para apoio das artes e desporto através da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.

Com **1,7 milhões**, em capital menor, irão ser adquiridos camiões de bombeiros e outros veículos especiais para várias instituições governamentais, a fim de aumentar a **segurança** das populações.

Empenhados que estamos em conhecer melhor a nossa população para melhor a poder servir, vamos financiar o **Censo de 2015**. Este estudo irá prestar importantes informações sobre os

níveis de vida em Timor-Leste, com um investimento de **7,5 milhões** para este Censo e para o pagamento de quotas.

Conhecendo a importância do serviço de transporte do **Berlim Nakroma**, que exige investimento em combustível e manutenção, iremos continuar a financiar a prestação deste serviço com cerca de **1,3 milhões** de dólares. Também considerando esta necessidade fundamental, o Estado timorense irá dispor de **12 milhões de dólares** para o Ministério dos Transportes e Comunicações comprar um novo **ferry** para estar ao serviço da população.

E porque os nossos recursos naturais preciosos pertencem a todos os timorenses, não posso deixar de mencionar que continuamos a apostar fortemente neste sector, para retirar os máximos benefícios desta **riqueza soberana**. Iremos, por isso, continuar a financiar, através do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, o ANP, o Timor GAP e o IPG, com **11, 5 milhões**, em transferências públicas.

### **O orçamento para 2015 investe em infra-estruturas de qualidade**

O orçamento para 2015 prevê um investimento de 364 milhões de dólares para melhorar as infra-estruturas em Timor-Leste. O desenvolvimento de infra-estruturas continua a ser uma prioridade para o Governo, uma vez que contribui directamente para o crescimento económico e para a melhoria de prestação de serviços.

São necessárias melhores infra-estruturas para sustentar o crescimento económico, dado que as empresas necessitam de acesso fiável a água e a electricidade para aumentar a sua produção. As empresas necessitam igualmente de acesso a infra-estruturas de transportes para fazer chegar os seus bens aos consumidores.

As infra-estruturas suportam ainda a prestação de serviços públicos. Por exemplo, a existência de estradas de boa qualidade melhora o acesso das crianças às escolas e o acesso dos doentes aos hospitais. As infra-estruturas são ainda cruciais para o desenvolvimento de sectores económicos complementares como o turismo e a agricultura. Sem estradas de qualidade, não existe possibilidade de escoamento para os mercados nem potencialidade de atracção para o turismo.

As estradas em Timor-Leste encontram-se em mau estado, o que desencoraja o investimento. Deste modo o Governo irá ao longo dos próximos quatro anos continuar a implementar um programa que visa a melhoria substancial da **rede rodoviária**, com um investimento de **59,8 milhões** em 2015.

Vamos também investir, no Fundo das Infra-estruturas, **9,8 milhões** para construção de **pontes**, **19 milhões** para os **aeroportos** e **8,9 milhões** para o desenvolvimento de **portos**.

Relativamente ao **programa de desenvolvimento do Oecusse**, o Governo acredita que este programa irá encorajar a deslocação de indústrias para Oecusse e apoiar o desenvolvimento

económico e social da região. No Fundo das Infra-estruturas está previsto um investimento de **62,5 milhões** para este programa de desenvolvimento.

No que se refere à electricidade, é necessário mais trabalho no futuro para continuar a melhorar a distribuição e transmissão de **electricidade** e para melhorar a eficácia a nível do fornecimento. Estão alocados, no Fundo das Infra-estruturas, **58,1 milhões** de dólares para este efeito, sobretudo para os trabalhos planeados de um sistema de controlo central, iluminação de rua e um pontão em Hera.

Em relação ao **Tasi Mane**, o Governo está empenhado em continuar a desenvolver a indústria petrolífera e as indústrias relacionadas na Costa Sul, propondo para tal um investimento de **37,6** para este projecto.

Em infra-estruturas de **educação e de saúde**, estão previstos **8 milhões e 4 milhões** respectivamente.

O Governo alocou ainda **34,4 milhões** no FCTL para apoiar o **Programa de Desenvolvimento Integrado Distrital**, continuando assim a implementação de projectos a nível local de construção de pequenas obras de infra-estruturas, que para além de estimularem o desenvolvimento do sector privado, melhoram substancialmente a vida nas comunidades.

O investimento de **3 milhões** em capital menor, do Ministério das Obras Públicas irá também prover **equipamentos de água e instalação de electricidade** em todo o território. Também este Ministério, com **1,5 milhões** irá apoiar a **instalação de painéis solares** em comunidades sem acesso a electricidade, promovendo o uso de energias renováveis, enquanto se continua a assegurar a expansão da rede eléctrica a todas as comunidades, mesmo as mais remotas.

No geral estas despesas com infra-estruturas deverão contribuir para o crescimento económico a longo prazo e melhorar a prestação de serviços importantes como a saúde e a educação.

### **O orçamento para 2015 protege os timorenses que precisam e merecem**

O Governo quer que todos os cidadãos beneficiem da mesma forma do crescimento económico, pelo que desenvolveu vários programas que visam proteger aqueles elementos na sociedade que mais precisam e merecem. Estes programas garantem que os benefícios do desenvolvimento económico são partilhados de forma ampla e que não beneficiam apenas um grupo reduzido de pessoas.

Está, por isso, previsto alargar consideravelmente os programas de transferências públicas. E, neste caso, o orçamento do Ministério da Solidariedade Social aumentou de 147,1 milhões de dólares em 2014 para 197,2 milhões em 2015.

Este orçamento inclui **130,4 milhões** de dólares destinados ao **pagamento de pensões para combatentes da libertação nacional**. Estes combatentes serviram o seu país durante a luta pela independência e é importante que partilhem agora da maior prosperidade que o país vive.

Também estão previstos, **1,8 milhões** de dólares, em bens e serviços, para o Ministério da Solidariedade Social investir em entretenimento e contribuições para **Combatentes da Libertação Nacional**, para honrar os sacrifícios feitos em prol da independência de Timor-Leste.

Considerando o papel fundamental da **Sociedade Civil e das Organizações não Governamentais** irão ser atribuídos **14 milhões** para que estas organizações, próximas da comunidade, possam apoiar os timorenses em necessidade.

O Governo estabeleceu igualmente uma dotação de **34,9 milhões** de dólares destinados ao pagamento de **pensões para os idosos e os inválidos**. Este é um programa importante que pretende apoiar aqueles que são demasiado idosos ou doentes para trabalhar e que reduz consideravelmente a pobreza. Também o programa da **Bolsa de Mãe** irá continuar a ser uma prioridade de forma a apoiar os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade.

O Governo irá ainda com **2,7 milhões** apoiar os órfãos, sem-abrigo e deficientes e com **1,2 milhões** apoiar os programas da Cruz Vermelha e do VIH/SIDA, protegendo os mais vulneráveis que necessitam de assistência médica e merecem um cuidado especial por parte do Estado.

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências Senhoras e Senhores Deputados,

É indiscutível que o percurso já percorrido até hoje comprova que estamos a assegurar o objectivo central de desenvolvimento nacional.

Um país onde se vive em paz e segurança, apesar dos nossos escassos doze anos de existência independente, dá-nos agora as condições que estamos a potenciar de nos tornarmos um país desenvolvido. Esta transformação, apresenta desafios que não cabem resolver no período de uma única geração.

Podemos, no entanto, criar as condições necessárias, para que a direcção seja a correcta.

Uma população instruída, saudável e profissionalmente activa, uma administração pública profissional e eficiente, um sector privado forte e capaz, e um país dotado de infra-estruturas básicas são as componentes necessárias para que o nosso caminho rumo ao desenvolvimento sustentável seja percorrido em menos tempo.

Investir na economia não-petrolífera do país é a receita principal para o sucesso. E esta, senhoras e senhores, está a crescer. Está a crescer porque a diversificação económica no nosso país começa a ser uma realidade e a sustentabilidade deste crescimento está a ser assegurada.

O nosso compromisso, o vosso compromisso, é para com o Povo de Timor-Leste!

Juntos, neste debate que agora vai começar, podemos construtivamente superar desafios e defender aquilo que jurámos fazer ao iniciar o exercício das nossas funções – defender o interesse nacional, proteger o povo timorense, e honrar os sacrifícios daqueles que sonharam com um Timor-Leste livre, soberano e desenvolvido.

Muito obrigado.

**Kay Rala Xanana Gusmão**

Díli, 1 de Dezembro de 2014

## **Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento do Estado**

### **2.1: Sumário Executivo**

#### **Política Governamental**

O PED descreve como, até 2030, Timor-Leste será transformado num país com rendimentos médio-altos e uma população instruída, saudável e a viver em segurança. O Programa do V Governo Constitucional delineia actividades e políticas para concretizar esta visão. Este Orçamento do Estado para 2015 faz dotação de despesas para financiar estas actividades e políticas.

#### **Crescimento Económico**

Para Timor-Leste se poder tornar um país com rendimentos médio-altos até 2030 é necessário que tenha um crescimento forte e de boa qualidade do PIB não-petrolífero. Entre 2007 e 2011 o Governo implementou políticas económicas que conduziram a taxas de crescimento económico muito elevadas; com o crescimento do PIB não-petrolífero a atingir uma média de 12,5% ao ano durante este período. Este crescimento foi motivado por aumentos na despesa do Governo e foi acompanhado por uma inflação relativamente elevada. Em 2012, o crescimento do PIB não-petrolífero abrandou para os 7,8% e não foi motivado por despesas do Governo. Isto marcou a primeira etapa na transição para um crescimento económico de maior qualidade, sustentável, com baixa inflação e conduzido pelo sector privado.

Em 2013, a transição para um crescimento económico de maior qualidade continuou. Estima-se que o PIB não-petrolífero cresça 5,6% em 2013, 7,1% em 2014 e 7,0% em 2015. Estas taxas de crescimento económico são elevadas quando comparadas com as de muitos outros países. Este novo caminho de crescimento é consistente com um crescimento mais lento e sustentável nas despesas governamentais e na inflação, a qual não ultrapassa o alvo do PED de 4,0% a 6,0%. O investimento do sector privado e o consumo das famílias conduzirão o crescimento económico no futuro. O aumento do consumo das famílias contribuirá provavelmente para um aumento sustentável e sustentado dos níveis de vida.

#### **Despesas**

O Orçamento do Estado para 2015 é de 1.500,0 milhões de dólares (excluindo empréstimos), o que significa que é apenas 2,1% mais elevado que o orçamento para 2014 (ver tabela 2.1.1). O Governo estabilizou as despesas em 2015 para garantir sustentabilidade fiscal e assegurar que a procura na economia é consistente com uma inflação não superior ao alvo previsto no PED.



O Governo continua a implementar a sua política de antecipação de despesas. Prevê-se que as despesas aumentem em 2016, sobretudo para financiar projectos prioritários do PED no fundo de infra-estruturas. Até 2018, alguns projectos prioritários do PED estarão quase concluídos, o que permitirá uma redução acentuada nas despesas e nos levantamentos acima do RSE. A longo prazo (após 2019) as despesas continuarão a cair e as receitas domésticas aumentarão, o que permitirá que os levantamentos acima do RSE caiam para zero.

### **Receitas Domésticas**

Prevê-se que as receitas domésticas continuem a aumentar em 2015 e a médio prazo (ver tabela 2.1.1). A taxa de crescimento é ligeiramente inferior à registada em anos anteriores, devido sobretudo a receitas menores provenientes da venda de arroz. O Governo está a reduzir a venda de arroz, em resultado do aumento da oferta. Excluindo a venda de arroz, prevê-se que as receitas domésticas cresçam 5,6% em 2015.

### **Financiamento**

O défice não-petrolífero equivale às receitas domésticas menos as despesas (ver tabela 2.1.1). Este défice apresenta uma estimativa aproximada do montante de procura adicional e de dinheiro que as despesas do Governo estão a contribuir para a economia. A médio prazo o défice não-petrolífero está a cair enquanto percentagem do PIB. Esta menor contribuição para a procura na economia a partir das despesas governamentais é consistente com a descida da inflação e com um crescimento económico conduzido pelo sector privado.

Para financiar o défice não-petrolífero em 2015 o Governo está a usar o RSE, levantamentos acima do RSE a partir do FP, saldos de dinheiro e empréstimos.

O RSE para 2015 está calculado em 638,5 milhões de dólares e pode ser visto como o montante que pode ser levantado a partir do FP, todos os anos, para sempre, sem que o fundo alguma vez fique sem dinheiro. O montante total orçamentado para ser levantado a partir do FP em 2015 é de 1.327,5 milhões de dólares; este valor é superior ao RSE em 689,0 milhões. O Governo considera que os levantamentos acima do RSE são necessários a curto prazo para financiar despesas prioritárias. A partir de 2018 é esperado que os levantamentos acima do RSE caiam para zero, à medida que as receitas domésticas aumentam e que as despesas diminuam.

O Governo está a utilizar o saldo de dinheiro no FDCH em 2015 para financiar despesas transportadas. Isto está de acordo com as leis relevantes e com a melhor prática internacional a nível de GFP. O uso total do saldo de dinheiro em 2015 é de 2,1 milhões de dólares.

Estão a ser utilizados empréstimos para financiar projectos importantes de infra-estruturas com taxas de retorno elevadas a nível social e económico. Estes empréstimos têm taxas de

juro relativamente baixas e períodos de graça consideráveis. O financiamento total de empréstimos para 2015 é de 70,0 milhões de dólares.

**Tabela 2.1.1: Tabela Fiscal com Itens do Memorando (\$m)**

	Conc, 2011	Conc, 2012	Conc, 2013	LO1 2014	Orçam 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total Despesas por Cat. Dot. (incl. Empréstimos)</b>	<b>1.105,3</b>	<b>1.247,0</b>	<b>1.081,4</b>	<b>1.500,0</b>	<b>1.570,0</b>	<b>2.089,0</b>	<b>2.032,9</b>	<b>1.840,1</b>	<b>1.644,6</b>
<b>Total Despesas por Cat, Dot, (excl. Empréstimos)</b>	<b>1.105,3</b>	<b>1.247,0</b>	<b>1.075,1</b>	<b>1.469,0</b>	<b>1.500,0</b>	<b>1.894,6</b>	<b>1.897,5</b>	<b>1.680,2</b>	<b>1.594,6</b>
<i>Recorrentes</i>	502,3	708,8	730,9	992,5	1.102,1	1.155,6	1.199,8	1.246,9	1.294,6
Salários e Vencimentos	111,9	130,7	141,8	176,8	179,0	186,2	193,6	201,4	209,4
Bens e Serviços (incl. FDCH)	246,8	358,2	392,0	480,3	516,3	546,4	566,1	587,9	609,3
Transferências Públicas	143,7	220,0	197,0	335,5	406,8	423,1	440,0	457,6	475,9
<i>Capital</i>	603,0	538,2	350,5	507,5	467,9	933,4	833,2	593,2	350,0
Capital Menor	33,9	46,8	40,0	52,1	26,4	27,5	28,6	29,7	30,9
Capital e Desenvolvim, (incl. FI e empréstimos)	569,1	491,4	310,6	455,4	441,5	905,9	804,6	563,5	319,1
<b>Receitas Domésticas***</b>	<b>105,3</b>	<b>142,2</b>	<b>151,1</b>	<b>166,1</b>	<b>170,4</b>	<b>182,0</b>	<b>193,7</b>	<b>205,6</b>	<b>217,7</b>
<b>Défice Fiscal Não-Petrolífero</b>	<b>-1.000,0</b>	<b>-1.104,8</b>	<b>-930,3</b>	<b>-1.333,9</b>	<b>-1.399,6</b>	<b>-1.907,0</b>	<b>-1.839,2</b>	<b>-1.634,5</b>	<b>-1.426,9</b>
<b>Financiamento</b>	<b>1.000,0</b>	<b>1.104,8</b>	<b>930,3</b>	<b>1.333,9</b>	<b>1.399,6</b>	<b>1.907,0</b>	<b>1.839,2</b>	<b>1.634,5</b>	<b>1.426,9</b>
RSE	734,0	665,3	730,0	632,3	638,5	632,8	615,4	597,8	586,6
Levantamentos acima do RSE a partir do FP	321,0	829,6	0,0	270,6	689,0	1.079,7	1.088,3	876,8	790,2
Uso de Saldo de Dinheiro	-55,0	-390,1	194,0	400,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	0,0	0,0	6,3	31,1	70,0	194,4	135,5	159,9	50,0
<b>Indicadores Económicos Seleccionados</b>									
PIB Nominal (Sector não-petrolífero)	1.124,0	1.284,0	1.468,4	1.552,3	1.681,4	1.887,2	2.120,3	2.386,6	2.691,4
Défice Fiscal / PIB (Sector não-petrolífero)	89,0%	86,0%	63,4%	85,9%	83,2%	101,0%	86,7%	68,5%	53,0%

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

## **2.2: Reformas Recentes na Gestão Económica e Financeira**

### **2.2.1: Panorama**

O MF implementou um programa importante de reformas ao longo do último ano. As reformas foram concentradas nas áreas de monitorização económica, GFP e gestão do desempenho.

### **2.2.2: Monitorização Económica**

A formulação de políticas públicas efectivas requer um entendimento detalhado e actualizado da economia. O MF começou a elaborar análises de inflação trimestral e boletins de EFG para possibilitar uma melhor compreensão da economia. Reforçou também o seu modelo de previsão económica.

#### **2.2.2.1: Relatórios de Inflação Trimestral**

O MF elabora análises de inflação trimestral para estudar a inflação. Estas análises olham para as tendências nas taxas mensais e anuais de inflação e nas categorias subjacentes do IPC, tais como alimentos e transportes. Estas análises consideram, igualmente, as causas prováveis da inflação, tais como alterações nas despesas governamentais, nas taxas de câmbio e nos preços internacionais das matérias-primas.

Os boletins de inflação trimestral para o 1.º e 2.º trimestre de 2014 foram publicados recentemente no portal electrónico do MF. De futuro, cada análise será publicada pouco tempo após os dados relevantes ficarem disponíveis.

#### **2.2.2.2: Estatísticas Financeiras do Governo**

As EFG constituem um quadro de reporte reconhecido a nível internacional para a apresentação e análise de dados fiscais. O Governo implementou recentemente este quadro e publica agora boletins fiscais de EFG todos os trimestres. A implementação das EFG em Timor-Leste tem dois benefícios principais.

Em primeiro lugar, as EFG são um quadro consistente e reconhecido a nível internacional para analisar a posição fiscal do Governo. Os boletins das EFG fornecem informações importantes sobre o modo como as receitas petrolíferas e os investimentos do FP afectam a posição fiscal global do Governo.

Em segundo lugar, as EFG classificam receitas e despesas de forma consistente em todos os países. Isto permite comparações internacionais precisas.

### 2.2.2.3 Previsão Económica

O MF concluiu recentemente novas previsões de crescimento económico e inflação. Estas previsões foram elaboradas com base num processo melhorado de modelo e previsão económicos. As reformas importantes ao processo de modelo incluíram: previsão dos componentes do PIB não-petrolífero, modelo da inflação e garantia de consistência interna.

**Previsão dos componentes do PIB não-petrolífero;** no passado previa-se o PIB não-petrolífero, mas não os seus componentes subjacentes. Este ano o MF previu todos os componentes subjacentes do PIB não-petrolífero, tais como o consumo das famílias e o investimento privado. Isto reforça a formulação de políticas económicas, uma vez que não é só o nível global do crescimento económico que importa, mas sim também a sua composição.

**Previsão da inflação;** o MF melhorou a metodologia que utiliza para prever a inflação. A nova metodologia utiliza técnicas estatísticas avançadas para levar em consideração o impacto sobre a inflação das despesas do Governo, preços internacionais das matérias-primas e taxas de câmbio.

**Consistência interna;** em Timor-Leste, as despesas governamentais, o crescimento económico e a inflação estão todos interligados. Mais especificamente:

- As despesas governamentais são um componente do PIB não-petrolífero. Deste modo, caso tudo o resto seja igual, despesas elevadas conduzirão a um crescimento económico mais elevado.
- A inflação é parcialmente motivada pelas despesas recorrentes do Governo. Assim, caso tudo o resto seja igual, despesas elevadas resultarão em inflação mais elevada.
- A inflação elevada pode reduzir o crescimento económico a longo prazo, caso mine a competitividade.

No cômputo geral estas reformas resultaram em previsões económicas de qualidade superior que ajudaram o MF a entender melhor os desenvolvimentos económicos recentes e os desenvolvimentos económicos prováveis no futuro.

### 2.2.3: Gestão das Finanças Públicas

O Governo gasta, cobra e gere dinheiro através do seu sistema de GFP. Este sistema é composto pelas leis, instituições e infra-estruturas informáticas que regem a gestão das finanças públicas. Um sistema de GFP eficaz e efectivo é essencial para limitar a corrupção e para prestar serviços públicos.

Desde 2008 o Governo tem vindo a implementar um programa de reformas abrangentes ao nível da GFP. Este programa de forma é descrito de forma detalhada noutros documentos disponíveis ao público, tais como o Plano Estratégico do MF e o Livro Orçamental 1 para

2013. Esta secção limita-se a delinear as principais reformas a nível da GFP implementadas este ano. As principais reformas incluem:

- Melhoria da interface utilizada pelo sistema integrado de informações de gestão financeira (SIIGF), passando para a V7 financeira na internet. Esta nova interface permite aos ministérios utilizar o SIIGF através da internet, melhorando assim a acessibilidade. A nova interface tem também uma disposição mais clara, mais intuitiva e mais fácil de utilizar.
- Tornar obrigatório o uso dos módulos de gestão de aprovisionamento e de contractos no SIIGF. Isto significa que os ministérios precisam registar no SIIGF as principais etapas dos contractos e processos de aprovisionamento antes de se efectuarem pagamentos aos adjudicatários. Isto limita a corrupção e encoraja ministérios operacionais a seguir os processos correctos.
- Melhoria da administração fiscal através do novo registo de muitos contribuintes com números de identificação fiscal novos e únicos.
- Estabelecimento de uma reunião mensal para discutir e resolver problemas a nível de execução orçamental. A reunião é presidida pelo Director-Geral das Finanças do Estado e conta com a participação de funcionários do MF e dos Directores Financeiros de cada ministério operacional. Esta reunião contribui para uma execução orçamental superior e mais eficiente.

## **2.2.4 : Medição do Desempenho**

Recentemente o Governo implementou reformas para monitorizar e melhorar o desempenho. As reformas principais incluem os Dez Mandamentos e a introdução de KPIs.

### **2.2.4.1: Os Dez Mandamentos para Melhorar o Desempenho do Estado**

O Governo reuniram-se entre os dias 4 e 6 de Agosto de 2014 para discutir formas de identificar problemas e encontrar soluções para melhorar o desempenho do estado. Com base nestas discussões os participantes comprometeram-se em relação a dez mandamentos. A lista completa dos dez mandamentos está disponível no portal electrónico do MF. Três dos mandamentos principais são:

1. Implementar uma Visão, um Plano, uma Acção alinhados com a matriz do PED e comprometer-se com os KPIs como forma de medir o desempenho.
2. Localizar e obter as informações necessárias sobre o sistema actual de GFP antes de fazer comentários públicos sobre este sistema.
3. O sector privado nacional compromete-se a trabalhar em conjunto com o Governo para garantir a qualidade de projectos.

Estes mandamentos devem contribuir para uma administração governamental mais efectiva.

#### **2.2.4.2: Principais Indicadores de Desempenho (KPIs)**

Recentemente o MF desenvolveu KPIs. Estes indicadores medem o progresso rumo a objectivos importantes para cada direcção no MF.

Os KPIs são formulados com referência à visão abrangente delineada no Plano Estratégico do MF. Delineiam e medem o trabalho que precisa ser realizado para concretizar esta visão e fornecem uma ligação prática entre objectivos de alto nível e actividades diárias.

A UE e o Governo da Austrália mostraram recentemente a sua confiança no sistema dos KPIs para medir o desempenho, tendo acordado prestar apoio orçamental directo ao MF. Este apoio usa o sistema de gestão das finanças públicas do Governo de Timor-Leste, o que significa que está em linha com os princípios do novo acordo.

No geral os KPIs são uma ferramenta administrativa importante. Estes indicadores ligaram a visão do MF a actividades específicas, reforçaram a orçamentação e melhoraram a gestão de recursos humanos.

Em conclusão, o MF implementou reformas para reforçar a monitorização económica, a gestão das finanças públicas e a gestão do desempenho. Estas reformas devem ajudar no desenvolvimento de políticas mais efectivas e contribuir para despesas públicas mais eficazes.

## **2.3: Panorama Económico**

### **2.3.1: Economia Internacional**

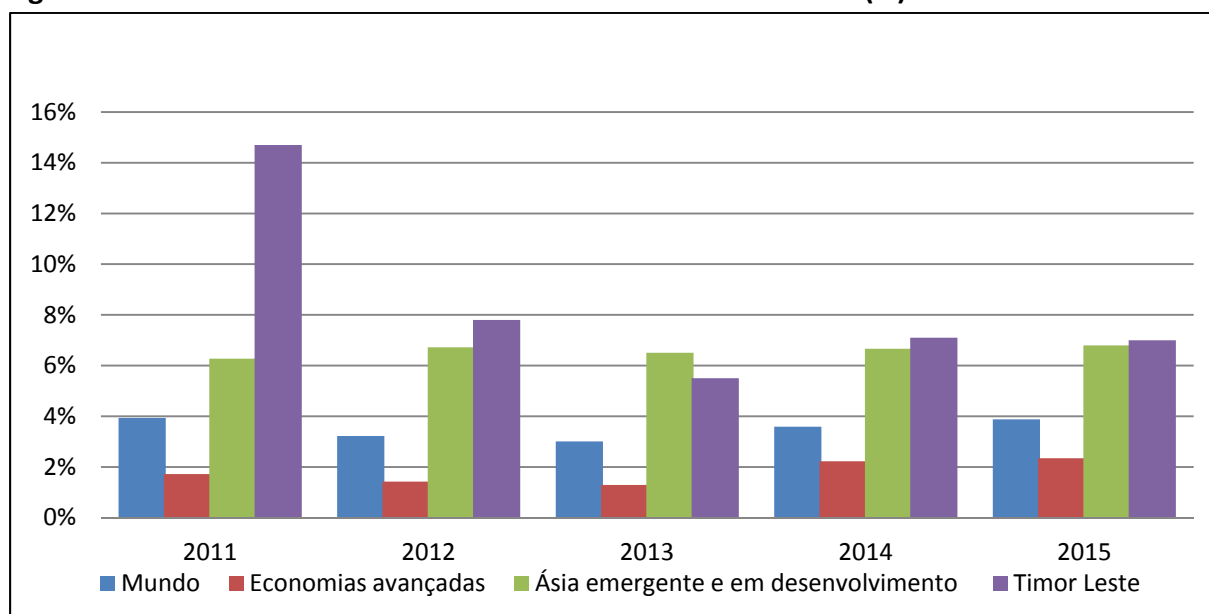
#### **2.3.1.1: Tendências no Crescimento Internacional**

A taxa global de crescimento económico abrandou dos 3,2% em 2012 para os 3,0% em 2013. O crescimento nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento abrandou dos 5,0% em 2012 para os 4,7% em 2013, sendo que durante o mesmo período o crescimento nas economias avançadas abrandou dos 1,4% para os 1,3%. Apesar das condições financeiras menos favoráveis, os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento continuam a impulsionar o crescimento global.

O FMI prevê que a taxa global de crescimento anual aumentará para 3,6% em 2014 e para 3,9% em 2015. Prevê-se que o crescimento superior nas economias avançadas, de 2,2% em 2014 e 2,3% em 2015, seja conduzido por uma redução na austeridade e por condições monetárias favoráveis. Já o crescimento nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, de 4,9% em 2014 e 5,3% em 2015, será resultado do aumento da procura por parte das economias avançadas. Contudo continuam a existir riscos para este

panorama, em especial a nível geopolítico. É também possível que haja uma procura abaixo do esperado nas economias avançadas, o que terá impacto no crescimento global.

**Figura 2.3.1.1.1: Crescimento Económico Real entre 2011 e 2015 (%)**



Fonte: FMI, Base de Dados do Panorama Económico Mundial, Abril de 2014

A Ásia emergente e em desenvolvimento é uma das maiores áreas de crescimento no mundo (ver figura 2.3.1.1.1), sendo que Timor-Leste está a ter um desempenho particularmente bom neste grupo de economias. O aumento da procura por bens e serviços associados com o forte panorama de crescimento em mercados asiáticos constitui uma oportunidade importante para Timor-Leste em termos de exportações.

**Tabela 2.3.1.1.1: Taxa de Crescimento Regional Real (%)**

País	Concreto		Projecção	
	2012	2013	2014	2015
ASEAN-5	6,2%	5,2%	4,9%	5,4%
Austrália	3,6%	2,4%	2,6%	2,7%
China	7,7%	7,7%	7,5%	7,3%
Indonésia	6,3%	5,8%	5,4%	5,8%
Malásia	5,6%	4,7%	5,2%	5,0%
Filipinas	6,8%	7,2%	6,5%	6,5%
Singapura	1,9%	4,1%	3,6%	3,6%
Tailândia	6,5%	2,9%	2,5%	3,8%
Vietname	5,2%	5,4%	5,6%	5,7%
Timor-Leste*	7,8%	5,6%**	7,1%	7,0%

Fontes: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção Nacional de Política Económica (Timor-Leste) e Fundo Monetário Internacional, Base de Dados do Panorama Económico Mundial, Abril de 2014

\* O PIB de Timor-Leste refere-se somente ao sector não-petrolífero

\*\* Projecção

### **2.3.1.2: Tendências dos Preços Internacionais**

A inflação global em 2013 foi de 3,6% e é esperado que continue abaixo dos 4,0% durante 2014 e 2015. As projecções do FMI apontam para que durante o período de 2014 a 2015 a taxa de inflação dos preços irá descer nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento e aumentar nas economias avançadas.

#### **Preços dos Produtos Agrícolas**

Os alimentos importados representam uma parte significativa dos alimentos consumidos em Timor-Leste. Deste modo, alterações nos preços internacionais dos produtos agrícolas podem ter um grande efeito na taxa de inflação e no nível de vida em Timor-Leste. O índice da FAO, composto pela média ponderada de cinco índices de preços de alimentos, tem estado relativamente estável desde o terceiro trimestre de 2012. Prevê-se que os preços internacionais das colheitas e da carne desçam a médio prazo, o que irá reduzir a pressão inflacionária em Timor-Leste.

O café é a segunda maior exportação de Timor-Leste (a seguir ao petróleo), sendo que este sector foi identificado como possuindo um potencial de crescimento considerável. Após flutuações consideráveis no preço do café em anos recentes o panorama internacional encontra-se agora estável.

#### **Preços do Petróleo**

Comparativamente com as grandes flutuações nos preços do petróleo durante o período de 2010 a 2012, os preços do petróleo em 2014 têm estado relativamente estáveis. Após aumentarem 1,0% em 2012, os preços internacionais do petróleo<sup>1</sup> desceram 0,9% em 2013, para os 104,07 dólares por barril. Esta descida foi resultado do crescimento continuado da produção na América do Norte, e teria sido ainda mais significativa se não fossem as perturbações na produção no Médio Oriente. As projecções sugerem que os preços internacionais do petróleo permanecerão estáveis em 2014, aumentando 0,1%, ao passo que em 2015 terão uma queda acentuada de 6,0%, provocada pelo aumento da produção na América do Norte e pela lentidão do crescimento da procura global. As alterações nos preços internacionais do petróleo têm um grande efeito na economia timorense, uma vez que afectam tanto o valor das receitas petrolíferas como o custo do petróleo importado para empresas e consumidores.

#### **Taxas de Câmbio**

Recentemente registou-se uma valorização geral do dólar americano contra as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste, destacando-se a valorização de 16,4% contra

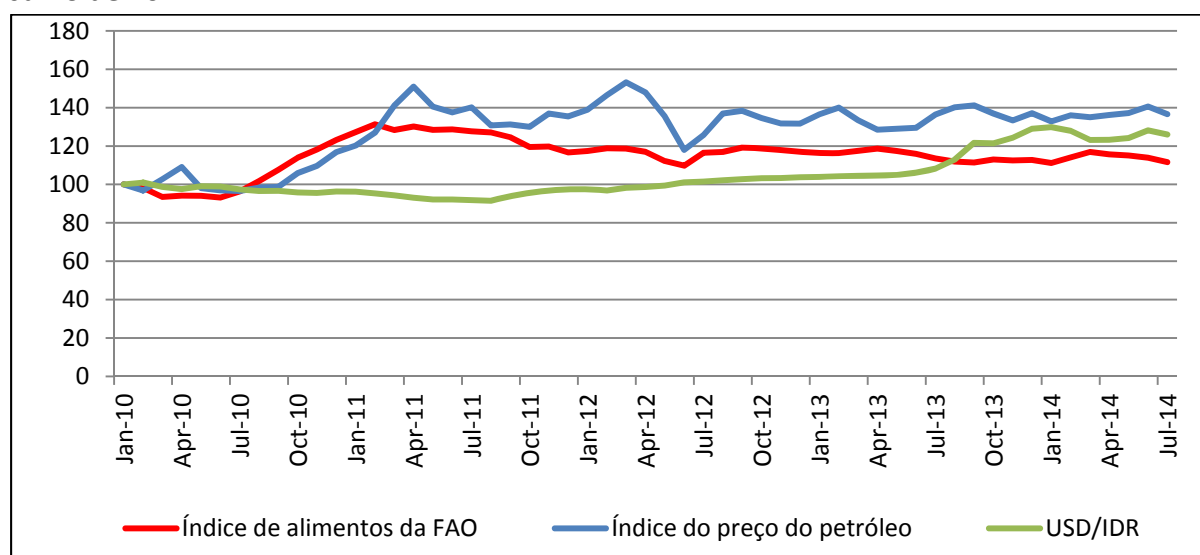
---

<sup>1</sup> Média simples do Brent do Reino Unido, Fateh do Dubai Fateh e petróleo bruto da West Texas Intermediate.



a rupia indonésia entre Julho de 2013 e Julho de 2014 (ver figura 2.3.1.2.1). A valorização do dólar contra as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste pode ter encarecido as exportações timorenses nos mercados internacionais, condicionando assim o desenvolvimento dos sectores de exportação. Todavia os consumidores no país beneficiarão de taxas de inflação mais baixas associadas com importações mais baratas.

**Figura 2.3.1.2.1: Índices de Alimentos, Petróleo e Taxas de Câmbio, Janeiro de 2010 a Julho de 2014**



Fonte: Índice de Preços de Alimentos da FAO e Preços de Bens Primários do FMI

## 2.3.2: Economia Doméstica

Esta secção começa por rever o desempenho económico entre 2007 e 2012. De seguida discute as projecções económicas entre 2013 e 2015.

### 2.3.2.1: Análise do Desempenho Económico entre 2007 e 2012

#### 2.3.2.1.1 Total do Produto Interno Bruto

Em 2012 o PIB total aumentou 5,6%, atingindo 4.889,6 milhões de dólares (em preços constantes de 2010). O setor petrolífero registou um aumento de 4,9% em 2012 e continua a ser o sector dominante da economia Timorense, contribuindo 76,4% do PIB total. Nos últimos anos o domínio do sector petrolífero tem diminuído, em resultado da produção petrolífera e do crescimento elevado do PIB não-petrolífero (ver tabela 2.3.2.1.1.1 e figura 2.3.2.1.1.1). Muitas economias dominadas por um único sector de extracção de recursos viram-se vítimas de uma “maldição dos recursos”, porém Timor-Leste tem sido capaz de mitigar os riscos associados com grande riqueza de recursos naturais (ver Caixa de Foco 1), graças a uma política prudente.

Em Timor-Leste, o total do PIB é uma má forma de medir o bem-estar económico, uma vez que é muito sensível a alterações a curto prazo nos preços e na produção do petróleo. Além disso, há poucos timorenses a trabalhar na indústria petrolífera, pelo que o total do PIB não

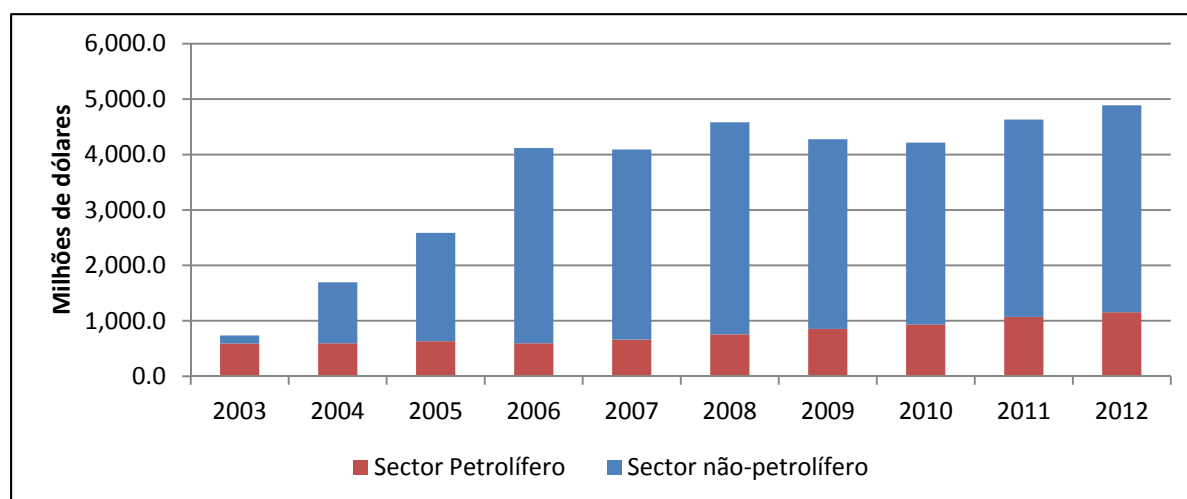
está relacionado de perto com os níveis de vida. Por estas razões o Governo incide no PIB não-petrolífero, o qual está relacionado mais de perto com os níveis de vida em Timor-Leste do que o total do PIB.

**Tabela 2.3.2.1.1.1: PIB Real e Produção do Sector Petrolífero entre 2007 e 2012<sup>2</sup> (\$m)**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total do PIB (\$m)	4.090,0	4.582,9	4.275,3	4.215,5	4.630,6	4.889,6
Taxa de Crescimento do Total do PIB (%)	-0,6%	12,1%	-6,7%	-1,4%	9,8%	5,6%
Sector Petrolífero (\$m)	3.428,3	3.826,6	3.421,7	3.281,3	3.559,4	3.734,5
Taxa de Crescimento do Sector Petrolífero (%)	-2,7%	11,6%	-10,6%	-4,1%	8,5%	4,9%

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

**Figura 2.3.2.1.1.1: PIB Real por Sector entre 2003 e 2012<sup>3</sup> (\$m)**



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

### Caixa de Foco 1: Como Timor-Leste Evitou a Maldição dos Recursos

#### ***O que é a Maldição dos Recursos?***

A maldição dos recursos ocorre quando a riqueza de recursos naturais leva a conflitos, instabilidade macroeconómica e despesas em projectos que são elefantes brancos (inúteis). Isto, por sua vez, faz com que os níveis de vida fiquem estagnados ou piores.

#### ***Como foi que Timor-Leste utilizou os recursos naturais para aumentar a estabilidade?***

A instabilidade política em Timor-Leste entre 2006 e 2008 não se deveu ao acesso à riqueza de recursos naturais. Desde 2008, Timor-Leste tem desfrutado de estabilidade política e de melhor segurança, ao mesmo tempo que a produção petrolífera aumentou. De facto, o Governo tem vindo a utilizar as receitas do petróleo para financiar pensões para

<sup>2</sup> Estes são dados preliminares das nas Contas Nacionais de Timor-Leste 2013.

<sup>3</sup> Estes são dados preliminares das nas Contas Nacionais de Timor-Leste 2013.

combatentes da libertação nacional e o programa PDID, dando assim dividendos da paz às populações e reduzindo as possibilidades de recorrência de conflitos.

### ***Como foi que Timor-Leste evitou a instabilidade macroeconómica?***

Muitos países gastam receitas provenientes dos recursos naturais logo após terem-nas gerado. Isto resulta num ciclo de subidas e descidas acentuadas nos preços dos bens, levando a situações de volatilidade a nível de despesas governamentais, procura e inflação. Timor-Leste tem evitado este tipo de instabilidade macroeconómica. As receitas petrolíferas são guardadas no FP e não fluem directamente para o Orçamento do Estado. Os levantamentos a partir do FP assentam no que é considerável sustentável a longo prazo e não em alterações a curto prazo das receitas petrolíferas.

### ***Despesa em Áreas Prioritárias***

Entre 2008 e 2013, a maior parte das despesas com infra-estruturas foi com electricidade (896,2 milhões de dólares). Este projecto aumentou de forma acentuada a geração, distribuição e transmissão de electricidade. A existência de um fornecimento fiável de electricidade é essencial para o crescimento económico e para o desenvolvimento industrial. O melhor acesso à electricidade tem beneficiado muitos timorenses. Este projecto não pode ser visto como um elefante branco. Houve também despesas consideráveis com educação e saúde.

### ***Melhorias nos níveis de vida desde o início da produção petrolífera***

Em Timor-Leste, os níveis de vida têm vindo a melhorar desde o início da produção petrolífera. Mais especificamente:

- O PIB não-petrolífero cresceu em média 11,8%, ao passo que o consumo das famílias aumentou 6,7% ao ano entre 2008 e 2012.
- A prevalência de crianças com peso abaixo do normal diminuiu de 48,6% em 2007 para 37,7% em 2013.
- A taxa de matrícula no ensino primário aumentou de 65,6% em 2007 para 91,9% em 2013.

## **2.3.2.1.2: Economia Não-Petrolífera**

### **Crescimento Económico**

O período entre 2007 e 2012 foi um período de crescimento excepcionalmente elevado do PIB não-petrolífero, sendo que ao longo destes seis anos se pode falar de dois períodos de crescimento distintos. O primeiro período foi entre 2007 e 2011 e registou um crescimento elevado resultante do aumento acentuado das despesas governamentais. Já em 2012, o crescimento ligeiramente inferior do PIB não-petrolífero, de 7,8%, foi impulsionado por factores que não as despesas governamentais.

**Tabela 2.3.2.1.2.1: PIB não-petrolífero por Sector entre 2007 e 2012<sup>4</sup> (\$m)**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sector Não-Petrolífero (\$m)	661,7	756,2	853,6	934,3	1.071,2	1.155,1
Taxa de Crescimento do Sector Não-Petrolífero (%)	11,4%	14,3%	12,9%	9,5%	14,7%	7,8%

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

Tal como se pode ver na figura 2.3.2.1.2.1, registaram-se aumentos rápidos nas despesas governamentais durante o período de 2007 a 2011, em virtude do acelerar da política governamental de antecipação de despesas. A antecipação de despesas utiliza levantamentos acima do RSE a partir do FP a curto prazo para impulsionar o crescimento económico através de investimentos de qualidade elevada em infra-estruturas e capital humano. O Governo está firmemente empenhado em relação à sustentabilidade fiscal, tendo assegurado que os níveis de despesa ao longo do período de 2007 a 2011 e em todos os períodos subsequentes são fiscalmente sustentáveis. Todavia, teria sido insustentável manter as taxas de crescimento nas despesas governamentais registadas durante o período de aceleração. Deste modo, o crescimento das despesas governamentais abrandou, a fim de assegurar sustentabilidade fiscal, reduzindo assim a medida em que as despesas governamentais conduzem o crescimento.

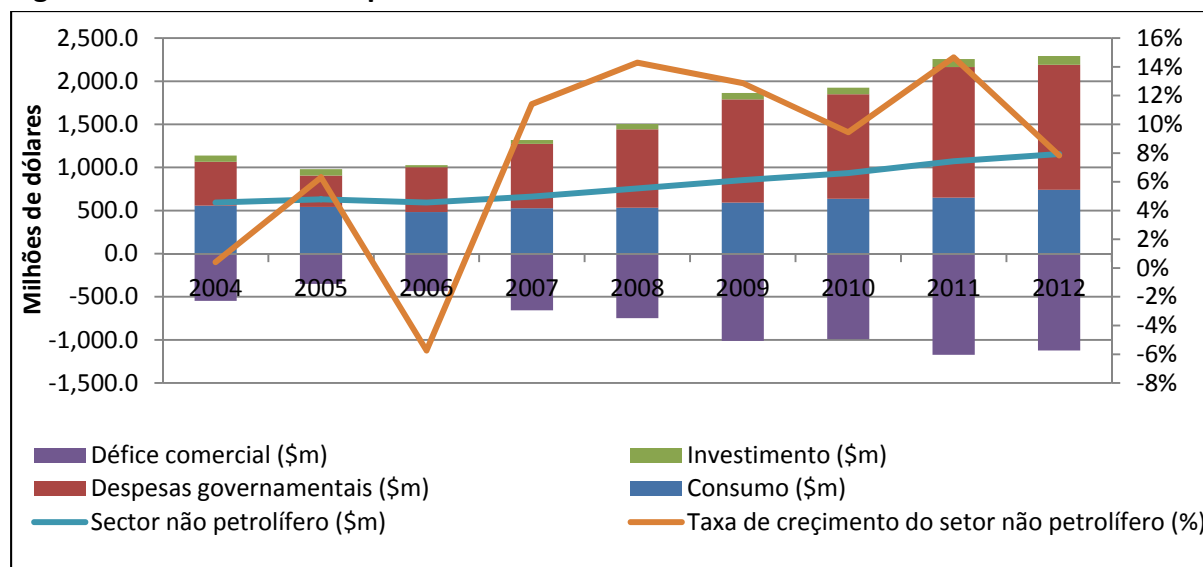
Houve uma redução substancial na taxa de crescimento das despesas governamentais em 2012, destacando-se a redução das despesas com capital e desenvolvimento. Esta queda nas despesas de capital e desenvolvimento deve-se em parte a melhorias no processo de gestão de investimento, o qual pode simultaneamente limitar e melhorar a qualidade das despesas de capital. O menor crescimento das despesas governamentais é em grande parte responsável pelo crescimento abaixo da tendência registado em 2012.

O investimento privado não-petrolífero cresceu consideravelmente ao longo de todo o período entre 2007 e 2012, porém continua relativamente baixo, pelo que não teve um impacto significativo nas taxas de crescimento gerais. O consumo das famílias também cresceu bastante entre 2007 e 2012, aumentando dos 507 milhões de dólares para os 698 milhões (uma subida de 37,6%). É provável que, isto tenha resultado em parte das subidas nas despesas governamentais, em especial no que diz respeito ao aumento dos programas de transferências públicas. Por fim, embora o saldo comercial geral<sup>5</sup> seja consideravelmente excedentário, o défice comercial não-petrolífero de Timor-Leste cresceu rapidamente entre 2007 e 2011. Em 2012, contudo, devido em grande medida à diminuição das importações, em resultado da descida das despesas com capital e desenvolvimento, o défice comercial diminuiu.

<sup>4</sup> Estes são dados preliminares das nas Contas Nacionais de Timor-Leste 2013.

<sup>5</sup> Exportações de bens e serviços menos importações de bens e serviços.

**Figura 2.3.2.1.2.1: PIB não-petrolífero real entre 2004 e 2012**



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas e Direcção Nacional de Política Económica

O crescimento nos principais sectores da economia timorense variou de forma considerável durante os períodos de 2007 a 2011 e de 2012.

Durante o período entre 2007 e 2011, conduzidas pelos aumentos nas despesas governamentais, os sectores de administração pública e da construção civil dispararam, com taxas médias de crescimento anual de 16,5% e 68,7%, respectivamente. Em contraste, o sector agrícola desceu em termos reais entre 2007 e 2011, estando esta descida fortemente associada com as condições climáticas durante este período. Por fim, o sector grossista e retalhista (o quarto maior sector não-petrolífero de Timor-Leste) cresceu em média 7,8% ao ano.

Tal como se pode ver na tabela 2.3.2.1.2.2, o abrandamento das despesas governamentais com salários e vencimentos em 2012 conduziu a um crescimento do sector da administração pública de 11,0%, ficando assim abaixo das tendências. Por outro lado, a descida nas despesas governamentais com capital levou a uma queda de 6,6% na produção do sector da construção. Após descer em 2010 e 2011, o sector agrícola cresceu 14,6% em 2012. O sector agrícola é um sector altamente importante, uma vez que grande parte da população timorense está dependente da agricultura, quer através de emprego formal quer de agricultura de subsistência. O forte crescimento neste sector sugere que, apesar do abrandamento no crescimento real do PIB não-petrolífero, os níveis de vida de uma parte significativa da população timorense podem ter melhorado consideravelmente em 2012. Em 2012 o sector grossista e cresceu 7,3%, dando assim continuidade às taxas de crescimento registadas entre 2007 e 2011.

**Tabela 2.3.2.1.2.2: Taxas de Crescimento Real do Sector Não-Petrolífero entre 2006 e 2012 (%)**

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>PIB Não-Petrolífero</b>	<b>-5,7%</b>	<b>11,4%</b>	<b>14,3%</b>	<b>12,9%</b>	<b>9,5%</b>	<b>14,7%</b>	<b>7,8%</b>
Agricultura, Florestas e Pescas	5,2%	-3,3%	0,3%	8,1%	-2,9%	-17,9%	14,6%
Construção Civil	-44,6%	94,3%	139,8%	50,0%	6,9%	52,7%	-6,6%
Comércio Grossista e Retalhista	-3,2%	8,6%	13,1%	8,5%	4,4%	4,2%	7,3%
Administração Pública	10,5%	13,1%	5,7%	31,7%	13,1%	19,1%	11,0%
Outros Sectores	-9,9%	9,0%	6,4%	9,5%	13,1%	6,4%	6,4%

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

## Inflação

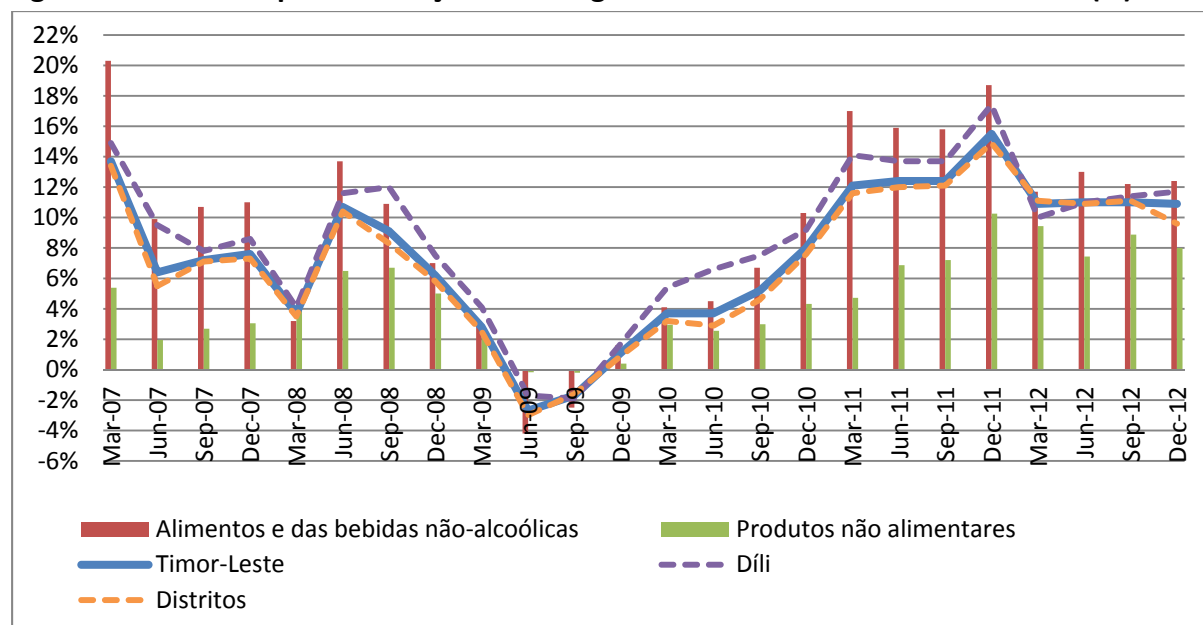
O PED estabelece um alvo de inflação de 4,0% a 6,0%. Tal como se pode ver na figura 2.3.2.1.2.2, a inflação oscilou consideravelmente entre 2007 e 2012, situando-se sobretudo acima do alvo. A inflação registada nas primeiras fases deste período pode ser atribuída em parte aos efeitos sobre a oferta associados às perturbações civis em 2006.

Após um período breve de deflação em finais de 2008 e princípios de 2009, a inflação homóloga<sup>6</sup> começou a subir gradualmente, atingindo o seu pico nos 15,5% em Dezembro de 2011. Este aumento acentuado na inflação pode ser atribuído a três causas principais. Em primeiro lugar, os aumentos nos preços internacionais dos alimentos podem ter conduzido à subida do preço dos alimentos importados. Em segundo lugar, o dólar americano desvalorizou em relação às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste, conduzindo também provavelmente à subida do preço das importações. Por fim, o aumento nas despesas recorrentes do Governo pode ter aumentado a procura na economia, criando uma pressão inflacionária.

Ao longo deste período, a tendência global na inflação foi conduzida por alterações nos preços dos alimentos e das bebidas não-alcoólicas. Os preços nesta categoria aumentaram 50,6% entre Junho de 2009 e Dezembro de 2012. É provável que, ao longo deste período a inflação no preço dos alimentos e das bebidas não-alcoólicas tenha exercido uma pressão descendente sobre o poder de compra dos consumidores. A inflação em Díli e nos distritos seguiu a mesma tendência durante o período, embora a taxa de inflação tenha sido no geral um pouco mais elevada em Díli.

<sup>6</sup> A alteração nos preços ao longo de um período de 12 meses.

**Figura 2.3.2.1.2.2: Tipos de Inflação Homóloga em Timor-Leste entre 2007 e 2012 (%)**



Fonte: Publicação mensal do IPC, Direcção-Geral de Estatísticas

### Resumo do Desempenho da Economia Doméstica entre 2007 e 2012

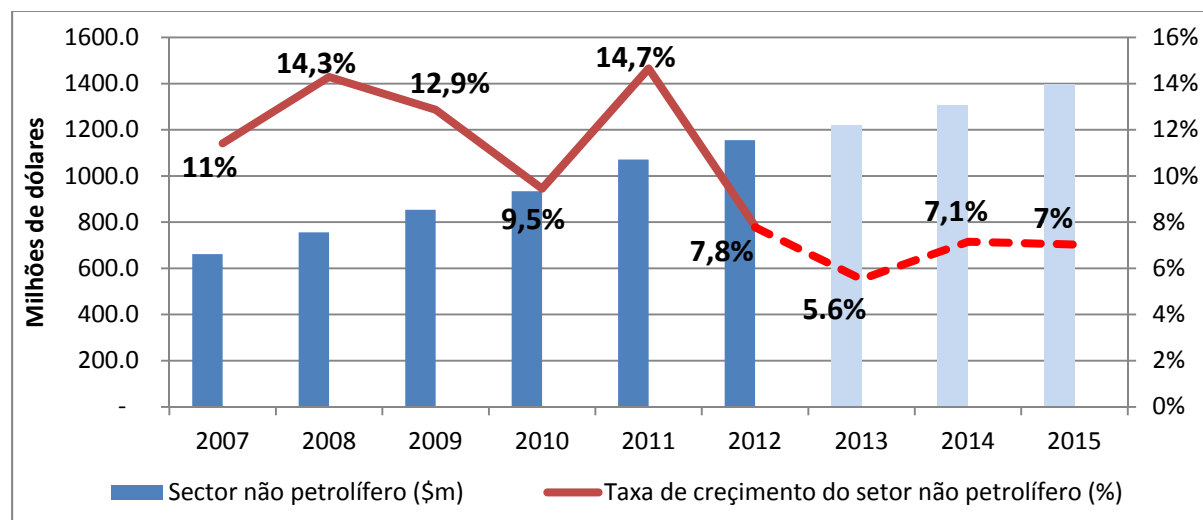
Entre 2007 e 2012, a economia doméstica de Timor-Leste apresentou um crescimento forte. O crescimento económico, entre 2007 e 2011, resultou em grande parte de aumentos nas despesas governamentais, enquanto em 2012 o crescimento foi derivado de outros factores, tais como o consumo das famílias e as exportações de bens. Ao longo do período, a inflação oscilou de forma significativa, porém tem estado essencialmente acima do alvo de 4,0% a 6,0%, especialmente na segunda metade do período, quando as condições internacionais eram desfavoráveis e as despesas governamentais eram elevadas. O consumo das famílias aumentou durante o período, mas não à mesma taxa que o crescimento do PIB não-petrolífero.

### 2.3.2.2: Panorama a Médio Prazo entre 2013 e 2015

#### Crescimento Económico entre 2013 e 2015

O MF prevê que o PIB não-petrolífero vá crescer entre 5,6% e 7,1% no período de 2013 a 2015 (ver figura 2.3.2.2.1.). Apesar de estar abaixo do percurso de crescimento registado entre 2007 e 2011, estas taxas de crescimento económico continuam a ser elevadas segundo os padrões internacionais e a estar em linha com a Ásia emergente e em desenvolvimento, como se pode ver na tabela 2.3.1.1.1.

**Figura 2.3.2.2.1: PIB não-petrolífero real concreto entre 2007 e 2012 e previsão para 2013 a 2015**



Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças e Contas Nacionais de Timor-Leste 2000-2012, Direcção-Geral de Estatísticas

Em 2013, a taxa de crescimento do PIB não-petrolífero foi prevista em 5,6%. Esta projecção abaixo da tendência resultou da baixa execução de despesas governamentais com capital, motivada em parte pelas melhorias no ciclo de gestão de importações. As importações de bens e serviços<sup>7</sup> aumentaram de forma acentuada e contribuíram também para a previsão de crescimento abaixo da tendência. Todavia, prevê-se que se mantenham as fortes taxas de crescimento registadas nos últimos anos em relação ao investimento por parte do sector privado e ao consumo das famílias.

Estima-se que o PIB não-petrolífero cresça 7,1% em 2014 e 7,0% em 2015. A projecção de crescimento para 2014 resulta sobretudo dos aumentos no consumo das famílias e nas despesas recorrentes do Governo. Já em 2015, a taxa de crescimento é motivada por um forte crescimento no consumo das famílias e no investimento por parte do sector privado. O crescimento do investimento privado em 2015 resulta de propostas firmes de projectos por parte de várias multinacionais que pretendem fazer negócios em Timor-Leste.

### **Inflação entre 2013 e 2015**

A inflação homóloga em Timor-Leste, em Dezembro de 2013, foi 4,0%. Isto está dentro do alvo do PED de 4,0% a 6,0% e representa uma redução considerável relativamente à inflação com dois algarismos registada entre 2010 e 2012. Esta tendência de descida continuou em 2014, estando previsto que a inflação homóloga fique abaixo do alvo do Governo em 2014 e que regresse ao alvo em 2015.

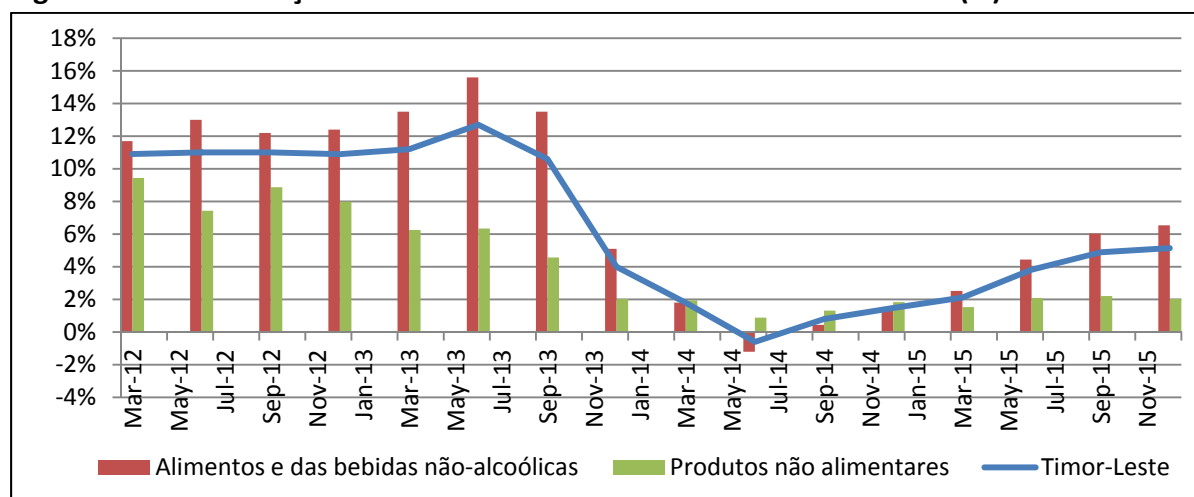
Em Dezembro de 2013, a inflação homóloga foi de 5,1% relativamente a alimentos e bebidas não-alcoólicas e de 2,0% relativamente ao IPC excluindo alimentos. A inflação

<sup>7</sup> Excluindo despesas relacionadas com o projecto de electricidade.



nestas duas categorias está significativamente abaixo das taxas registadas entre 2011 e 2012. Tal como, durante o período de 2007 a 2012, a taxa de inflação neste período resulta sobretudo da inflação dos alimentos e das bebidas não-alcoólicas, com a inflação de produtos não alimentícios a permanecer mais estável.

**Figura 2.3.2.2.2: Inflação do IPC concreta e estimada entre 2012 e 2015 (%)**



Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças e Publicação mensal do IPC, Direcção-Geral de Estatísticas, Ministério das Finanças

As taxas de inflação mais baixas durante este período, conforme se pode ver na figura 2.3.2.2.2, podem ser explicadas por uma combinação de factores internacionais e domésticos. Entre 2013 e 2014, o dólar americano valorizou-se contra as moedas dos principais parceiros comerciais, em especial a rupia indonésia, o que virá provavelmente a exercer uma pressão de descida nos preços dos bens importados. Além disso, os preços internacionais de alimentos e do petróleo têm permanecido relativamente estáveis, estando previsto que esta estabilidade se mantenha.

Os factores domésticos podem também ter tido um papel na redução da taxa de inflação. As taxas de inflação mais baixas em 2013 e 2014 podem ser o resultado do abrandamento das despesas governamentais em 2013, o qual se traduziu no abrandamento da procura interna. Já o aumento previsto nas despesas recorrentes em 2014 contribui para a previsão de inflação mais elevada em 2015. Do lado da oferta, é possível que os aumentos na oferta de alimentos domésticos ou a remoção de limites à capacidade de importação sejam em parte responsáveis pelas reduções na taxa de inflação. Todavia, a análise do lado da procura está seriamente limitada por condicionalismos em termos de dados.

### **Crescimento menor, porém com qualidade mais elevada**

Embora a previsão do crescimento do PIB não-petrolífero entre 2013 e 2015 esteja abaixo da tendência de crescimento de 2007 a 2011, é provável que este crescimento tenha uma qualidade mais elevada, devido a quatro razões.

Em primeiro lugar, existem sinais de que a economia timorense começou a fazer a transição de um crescimento conduzido por despesas a curto prazo para um crescimento mais sustentável a longo prazo conduzido pelo sector privado. A taxa de crescimento elevada registada entre 2007 e 2011 foi resultado de grandes aumentos nas despesas governamentais, derivados do acelerar da política governamental de antecipação de despesas. Em contrapartida, no período de 2013 a 2015 prevê-se que o crescimento das despesas governamentais abrande e que o crescimento no sector privado comece a conduzir o crescimento do PIB não-petrolífero.

Em segundo lugar, em linha com o crescimento forte conduzido pelo sector privado, as projecções mostram que o investimento privado vai tendo um papel cada vez mais importante na condução do crescimento do PIB não-petrolífero. Prevê-se que o investimento privado atinja níveis sem precedentes em 2015, como resultado de propostas sólidas de várias multinacionais que querem fazer negócios em Timor-Leste. Isto está directamente de acordo com a política governamental de criar as condições necessárias para atrair investimento por parte do sector privado.

Em terceiro lugar, prevê-se que as actuais taxas reduzidas de inflação continuem durante o resto do período de 2013 a 2015. Estas taxas apresentam um contraste acentuado com a inflação elevada registada durante o período de 2007 a 2012. A inflação mais baixa pode ajudar a aumentar o poder de compra dos vencimentos dos cidadãos e a reduzir a pobreza. Além disso, a inflação mais baixa levará a aumentos mais baixos nos custos empresariais. Isto ajudará a melhorar a competitividade internacional de Timor-Leste, o que se traduzirá no aumento das exportações e do investimento.

Por fim, prevê-se que o consumo das famílias continue a aumentar acentuadamente. O montante que a família média consome é uma forma alternativa de medir os níveis de vida.

## **2.4: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**

Os ODMs consistem em oito objectivos económicos e sociais ambiciosos que o Governo está determinado a atingir até 2015.

### **Objectivo 1: Erradicar a Pobreza e a Fome**

O ENVTL de 2007 indicou que 49,9% dos timorenses viviam abaixo da linha nacional de pobreza de 0,88 dólares por dia. A incidência da pobreza, conforme medida pelo BM em 2010, desceu para cerca de 41,0%. Esta redução foi atribuída em grande medida ao crescimento económico pós-2007. Estão a ser feitos esforços com vista a obter uma estimativa mais recente da pobreza em Timor-Leste.

A má-nutrição infantil tem vindo a cair consideravelmente desde a independência, porém ainda permanece elevada. Mais especificamente, a prevalência de crianças abaixo dos cinco anos com peso inferior ao normal desceu dos 45,8% em 2002 para os 37,7% em 2013. O

Governo está a procurar reduzir ainda mais a má-nutrição infantil através do aumento da produção agrícola, do encorajamento dos cidadãos a melhorar as suas dietas e do fornecimento de merendas nutritivas às crianças nas escolas.

### **Objectivo 2: Alcançar o Ensino Primário Universal**

Registou-se uma melhoria acentuada nas taxas de matrícula no ensino primário. Mais especificamente, a taxa líquida de matrículas aumentou dos 65,6% em 2007 para os 91,9% em 2013.<sup>8</sup> A taxa líquida de matrículas é agora também mais elevada para as raparigas do que para os rapazes, tanto no ensino primário como no ensino secundário.

Continuar a alargar e a melhorar a qualidade do ensino é uma prioridade para o Governo. As políticas principais incluem a melhoria do acesso e a qualidade das escolas, a redução do absentismo, a implementação de um novo currículo e a melhor preparação das crianças para o ensino primário, através de melhorias a nível do ensino pré-primário.

### **Objectivo 3: Promover a Igualdade de Género e a Autonomização da Mulher**

A igualdade de género melhorou em Timor-Leste, sendo que as mulheres ocupam actualmente 38,5% dos assentos parlamentares, superando assim o alvo governamental de 35%.

O Governo está empenhado em continuar a fazer reformas a nível de instituições, política, tomada de decisões políticas e educação, a fim de melhorar a igualdade de género. As actividades principais incluem, entre outras: condução de uma campanha de sensibilização sobre leis e políticas sensíveis à questão do género, estabelecimento de um congresso feminino a nível de distrito e contratação de mais professoras do sexo feminino, para serem modelos positivos para as raparigas.

### **Objectivo 4: Reduzir a Mortalidade Infantil**

Timor-Leste já concretizou o seu objectivo de reduzir em dois terços a mortalidade de crianças com menos de cinco anos. De acordo com o EDS de 2009-2010, a taxa de mortalidade infantil desceu para os 44,0 por cada 1.000 nados vivos, superando assim o alvo de 53,0 por cada 1.000 nados vivos.

O Governo está empenhado em continuar a melhorar a saúde infantil. As políticas principais incluirão o fortalecimento de serviços de saúde e a continuação da melhoria das taxas de vacinação.

---

<sup>8</sup> EAN em Timor-Leste de 2013.

### **Objectivo 5: Melhorar a Saúde Materna**

A mortalidade materna caiu desde a independência, porém continua a ser elevada quando comparada com a de outros países na região. Houve 557 mortes maternas por 100.000 nados vivos em 2009/2010<sup>9</sup>, comparativamente com 660 mortes por 100.000 nados vivos em 2000.

A política de saúde materna é uma área que tem registado progressos consideráveis em Timor-Leste. As políticas têm incidido na sensibilização sobre questões de saúde materna, reforço dos recursos humanos no sector da saúde, garantia de que as unidades de saúde estão bem equipadas, melhoria da situação nutricional das mães e fortalecimento dos serviços de planeamento familiar.

### **Objectivo 6: Combater o VIH/SIDA, a Malária e outras Doenças**

A malária continua a ser uma das principais preocupações a nível de saúde pública, uma vez que mais de 80% da população estão em risco elevado e que uma alta percentagem dos casos diz respeito a crianças. A malária tem sido combatida através do aumento do conhecimento e da sensibilização sobre as suas causas, do reforço da recolha de dados, da distribuição de redes mosquiteiras e do emprego de voluntários para detectar e tratar esta doença.

O primeiro caso de VIH/SIDA foi detectado em Timor-Leste, em 2003. Desde então, o número de casos aumentou para 426, tendo já morrido 41 pessoas. Isto implica que a prevalência do VIH/SIDA em Timor-Leste, apesar de reduzida, tem vindo a aumentar. As políticas principais nesta área têm sido campanhas de saúde pública para sensibilizar as pessoas sobre o VIH/SIDA e reforço da capacidade do sistema de saúde para diagnosticar e tratar esta doença.

### **Objectivo 7: Garantir a Sustentabilidade Ambiental**

O Censo de 2010 sugere que mais de 90,0% da população utilizam lenha com fonte de energia para cozinhar, o que pode estar a contribuir para a ligeira perda de cobertura florestal registada entre 2001 e 2009, passando dos 51% para os 50%. A recente expansão da rede nacional eléctrica pode reduzir a procura por lenha e a consequente desflorestação. Existem igualmente planos para plantar sândalo, mogno e teca, o que contribuirá directamente para a reflorestação.

A percentagem da população que utiliza uma fonte de água melhorada e a percentagem da população que utiliza uma instalação de saneamento melhorada aumentaram em Timor-Leste desde 2001. O Governo melhorou a água e o saneamento através do fortalecimento do planeamento, da construção de novas instalações e do aumento da capacidade das

---

<sup>9</sup> Este valor é retirado do EDS de 2009/2010.

comunidades para manter estas instalações. O Governo pretende construir um total de 65.000 latrinas para famílias vulneráveis até 2017, bem como desenvolver planos gerais de água para todos os distritos.

### **Objectivo 8: Criar uma Parceria Global para o Desenvolvimento**

O Governo está a encorajar os parceiros de desenvolvimento a utilizar sistemas nacionais no que diz respeito a Ajudas Externas ao Desenvolvimento. Recentemente, o Governo da Austrália e a UE mostraram a sua confiança nos sistemas nacionais através da provisão de apoio directo ao orçamento.

Timor-Leste reforçou o seu relacionamento com a comunidade internacional através do seu papel de liderança no G7+ e da presidência da CPLP.

O Governo reconhece também que, no contexto de uma economia globalizada, é importante promover novas tecnologias, uma vez que isto será a chave para Timor-Leste concretizar os seus objectivos de desenvolvimento. Nesta área, Timor-Leste tem assistido a grandes melhorias, com aproximadamente metade da população a ter actualmente acesso a telemóvel. Houve igualmente melhorias semelhantes a nível do acesso à internet, com aproximadamente 25% da população a ser capaz de aceder.

## **2.5: Despesas e Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento**

As fontes combinadas do Orçamento do Estado para 2015 totalizam 1.735,5 milhões de dólares. Este total é composto por 1.570,0 milhões em despesas governamentais (incluindo empréstimos) e 165,5 milhões a partir dos parceiros de desenvolvimento.

O total das despesas governamentais (excluindo empréstimos) em 2015 é apenas 2,1% superior ao total registado em 2014. O Governo está a estabilizar as despesas com vista a garantir sustentabilidade fiscal, despesas com boa qualidade e uma melhor execução orçamental. O baixo crescimento das despesas governamentais é também consistente com o maior crescimento económico conduzido pelo sector privado e pela baixa inflação.

### **2.5.1: Despesas por Fundo**

As despesas governamentais estão espalhadas pelo FCTL, FI, FDCH e empréstimos. As despesas do FCTL e do FDCH em 2015 aumentaram 6,4% e 2,7%, respectivamente, em comparação com o orçamento para 2014; já as despesas do FI (excluindo empréstimos) desceram 11,9% comparativamente com o valor no orçamento para 2014.

Os gastos do FI desceram apenas de forma modesta em 2015, uma vez que o Governo reviu todas as propostas de projectos e só aprovou projectos com taxas de retorno económico

elevadas. Isto deverá aumentar a execução orçamental e fomentar retornos de investimentos.

As actividades do FDCH foram revistas e os gastos foram reformulados de modo a garantir uma boa relação qualidade-custo. O crescimento das despesas do FCTL tem sido condicionado para garantir sustentabilidade fiscal e melhorar a execução orçamental.

As despesas financiadas por empréstimos aumentaram para mais do dobro comparativamente com o orçamento para 2014, chegando aos 70,0 milhões de dólares em 2015.

**Tabela 2.5.1.1: Despesas por Fundo (\$m)**

	Conc. 2013	LO1 2014	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Orçamento de Fontes Combinadas</b>	<b>1.341,7</b>	<b>1.742,8</b>	<b>1.735,5</b>	<b>2.164,9</b>	<b>2.054,6</b>	<b>1.846,2</b>	<b>1.646,5</b>
<b>Despesas Governamentais por Fundo</b>	<b>1.081,4</b>	<b>1.500,0</b>	<b>1.570,0</b>	<b>2.089,0</b>	<b>2.032,9</b>	<b>1.840,1</b>	<b>1.644,6</b>
FCTL	836,0	1.091,4	1.161,6	1.208,1	1.256,4	1.306,7	1.358,9
FDCH	34,5	40,0	41,1	52,2	52,2	53,4	53,4
FI (excluindo empréstimos)	204,7	337,5	297,3	634,3	588,9	320,2	182,3
Empréstimos	6,3	31,1	70,0	194,4	135,5	159,8	50,0
<b>Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento</b>	<b>260,3</b>	<b>242,8</b>	<b>165,5</b>	<b>75,9</b>	<b>21,5</b>	<b>6,2</b>	<b>1,9</b>

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parceiros de Desenvolvimento.

## 2.5.2: Despesas do FCTL

O FCTL é a conta central do Governo e inclui todas as despesas para ministérios operacionais e agências autónomas, com a excepção do FI e do FDCH. Dentro do FCTL, as despesas recorrentes e de capital estão espalhadas por cinco categorias de dotação, tal como se pode ver na tabela 2.5.2.1.

É esperado que as despesas no FCTL aumentem ligeiramente (6,4%) em 2015. As despesas recorrentes aumentarão 11,4% e as despesas de capital descerão 27,6% em 2015, comparativamente com os valores orçamentados para 2014.

**Tabela 2.5.2.1: Despesas do FCTL por Fundo (\$m)**

	Conc, 2013	LO1 2014	Orçam, 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total das Despesas do FCTL</b>	<b>836,0</b>	<b>1.091,4</b>	<b>1.161,6</b>	<b>1.208,1</b>	<b>1.256,4</b>	<b>1.306,7</b>	<b>1.358,9</b>
<b>Recorrentes</b>	<b>696,4</b>	<b>952,5</b>	<b>1.061,0</b>	<b>1.103,4</b>	<b>1.147,6</b>	<b>1.193,5</b>	<b>1.241,2</b>
Salários e Vencimentos	141,8	176,8	179,0	186,2	193,6	201,4	209,4
Bens e Serviços	357,5	440,3	475,2	494,2	514,0	534,5	555,9
Transferências Públicas	197,0	335,5	406,8	423,1	440,0	457,6	475,9
<b>Capital</b>	<b>139,6</b>	<b>138,9</b>	<b>100,6</b>	<b>104,7</b>	<b>108,9</b>	<b>113,2</b>	<b>117,7</b>
Capital Menor	40,0	52,1	26,4	27,5	28,6	29,7	30,9
Capital e Desenvolvimento	99,6	86,8	74,2	77,2	80,3	83,5	86,8

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento

Despesa recorrente aumentou porque houve uma transferência de \$81,9 milhões para a Autoridade Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno (ARAEOA) e para a Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM).

As despesas de capital no FCTL foram reduzidas em 2015, sobretudo em resultado de uma redução de 49,3% nos gastos com capital menor. O Governo fez esta poupança através da revisão das despesas com capital menor e da eliminação de gastos desnecessários. Isto deverá aumentar a eficiência das despesas públicas no futuro.

### 2.5.2.1: Salários e Vencimentos

É esperado que as despesas com salários e vencimentos tenham um crescimento modesto de 1,2% em 2015. As medidas principais para 2015 são:

- 2,3 milhões de dólares para o Ministério da Educação para o aumento dos salários dos professores, sobretudo aqueles colocados em áreas remotas. Esta despesa permitirá atrair mais e melhores professores, melhorando assim a qualidade do ensino no país inteiro.
- 2,0 milhões de dólares para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação para o aumento das despesas de vida de Embaixadores timorenses no estrangeiro. Isto permitirá aos Embaixadores representar melhor os cidadãos e as empresas timorenses em países estrangeiros.
- 1,4 milhões de dólares para a PNLT, Ministério da Saúde e Tribunais para pagar os vencimentos de novos elementos da PNLT na Austrália e na Indonésia, bem como parteiras e médicos e uma nova auditoria nacional nos tribunais. Isto encorajará a adesão de trabalhadores qualificados a sectores fundamentais, como a defesa, a justiça e a saúde.

### **2.5.2.2: Bens e Serviços**

Os bens e serviços são a maior categoria de dotação no FCTL, indo chegar aos 475,2 milhões de dólares em 2015. Isto supera em 7,9% o valor orçamentado para 2014. Esta secção começa por descrever as medidas sob esta categoria de dotação, após o que passa a classificar os investimentos.

#### **Medidas**

As medidas principais relativas a bens e serviços incluem:

- 115,6 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas para combustível e manutenção dos geradores eléctricos. O fornecimento de electricidade a todo o país foi um dos maiores feitos do Governo, sendo esperado que suporte o desenvolvimento económico futuro. Garantir a manutenção efectiva dos geradores e o fornecimento adequado de combustível é essencial para assegurar um fornecimento regular de electricidade.
- 19,5 milhões de dólares em serviços jurídicos. Isto contribuirá para o melhor funcionamento da administração pública.
- 17,8 milhões de dólares para o Ministério da Educação para o programa de merendas escolares em escolas públicas. A nutrição adequada e suficiente das crianças melhorará a sua saúde e os seus resultados escolares.
- 15,3 milhões de dólares para o Ministério da Saúde para comprar medicamentos e alimentos para pacientes. Estas despesas irão ajudar a melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados no país.
- 14,5 milhões de dólares para o Ministério da Justiça com vista ao programa Ita Nia Rai e ao registo cadastral. Estes programas são importantes para melhorar os direitos de terras em Timor-Leste, o que por sua vez contribuirá para a segurança e para o crescimento económico.
- 8,1 milhões de dólares para o Todo o Governo para o pagamento de quotas e para o censo de 2015. Este estudo dá informações importantes sobre a população e sobre os níveis de vida em Timor-Leste.
- \$8.0 milhões para o Ministério da Educação a ser gastos em impressão e provisão de material e para o suporte de escolas públicas.
- 5,5 milhões de dólares para Todo o Governo para o Fundo Contrapartido. Este fundo paga a contribuição do Governo em projectos realizados com parceiros de desenvolvimento para fomentar o crescimento económico e reduzir a pobreza.



- 5,1 milhões de dólares para o Ministério da Agricultura e Pescas Ministério da Agricultura e Pescas para a compra de sementes e para programa SIPI/CDCA. Isto contribuirá para o desenvolvimento da agricultura e para melhorar a segurança alimentar.
- \$5.0 milhões para o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente destinado à importação de arroz e venda de productos locais. Esta quantia vai servir para apoiar o mercado de arroz local, contribuir para os programas que visam garantir alimentação nas escolas e programas destinados a lidar com desastres naturais.
- 3,5 milhões de dólares para Todo o Governo para a CPLP. Esta verba ajudará Timor-Leste durante a sua presidência da CPLP e na promoção de diálogo e comércio entre países lusófonos. O papel de liderança de Timor-Leste na CPLP permitirá ao país ter uma maior influência na comunidade global.
- 3,2 milhões de dólares para Todo o Governo para o programa de reforma fiscal e macro-económica. A melhoria das receitas fiscais é uma estratégia essencial do Governo, de modo a permitir a diversificação dos fluxos de receitas. Esta despesa contribuirá para este objectivo e ajudará o Governo a aumentar a eficácia da administração e cobrança tributárias.
- 2,0 milhões de dólares para o Ministério Administração Estatal e do Comércio, Indústria e Ambiente para a celebração do 500º aniversário de Oe-cusse.
- 1,8 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social para entretenimento e contribuições para combatentes da libertação nacional para honrar os sacrifícios feitos em prol da independência de Timor-Leste.
- 1,6 milhões de dólares para a Comissão Nacional de Eleições para o programa de eleição de Chefes de Suco. A promoção da democracia e do desenvolvimento rural é de grande importância para o Governo, de modo a assegurar crescimento inclusivo e a manter a segurança em todo o território.
- 1,5 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal para a eleição de líderes comunitários. O fortalecimento das comunidades locais contribuirá para o desenvolvimento rural e para a segurança.
- 1,4 milhões de dólares para o Ministério da Agricultura para apoiar grupos de agricultores. A promoção da produção local é uma prioridade para o Governo e ajudará a garantir acesso sustentável a alimentos.
- 1,3 milhões de dólares para o Ministério dos Transportes e Comunicações para a compra de combustível para o ferry Berlin Nakroma. Esta despesa contribuirá para a melhoria dos transportes, que são uma parte importante da estratégia governamental de crescimento económico.

- 1,2 milhões de dólares para a Presidência da República para promover e apoiar comunidades rurais.
- 1,0 milhões de dólares para o Ministério da Justiça para passaportes biométricos. Esta despesa facilitará as deslocações dos cidadãos timorenses ao estrangeiro.
- 1,0 milhões de dólares para o Programa do Triângulo de Crescimento entre Indonésia, Timor-Leste e Austrália. Esta despesa contribuirá para a melhoria das relações com os parceiros vizinhos, fomentando comércio e laços regionais mais estreitos.

## **Investimentos**

O Governo considera que muitas despesas ao abrigo dos bens e serviços do FCTL são investimentos que contribuem para o desenvolvimento. Mais especificamente, 44,7% do total das despesas com bens e serviços no FCTL são classificados como investimentos físicos, sociais ou em capital humano.

### ***Investimentos Físicos***

Os investimentos físicos totalizam 128,1 milhões de dólares, o que representa 27,0% das despesas do FCTL com bens e serviços. Isto inclui contribuições contrapartidas, compra de sementes, combustível e manutenção para os geradores e combustível para o ferry Berlin Nakroma.

### ***Investimentos Sociais***

Os investimentos sociais têm resultados positivos directos no bem-estar da população. Estes investimentos totalizam 84,2 milhões de dólares, o que representa 17,7% da despesa total com bens e serviços. As maiores medidas classificadas como investimentos sociais são a importação de arroz, o programa de merendas escolares, o registo cadastral, programas de apoio às comunidades e de liderança comunitária, actividades relativas ao 500º aniversário de Oe-cusse, alimentos e medicamentos para pacientes, passaportes biométricos, contribuições para os combatentes da libertação nacional e o censo, reforma fiscal e macro-económica, subsídios, provisão de material escolar e a CPLP.

## **2.5.2.3: Transferências Públicas**

As transferências públicas englobam todo o dinheiro que o Governo gasta em concessões públicas e pagamentos consignados. São a segunda maior categoria nas despesas recorrentes, estando previsto que atinjam 406.8 milhões de dólares em 2015.

Esta secção descreve as medidas principais para esta categoria e a sua classificação em diferentes tipos de investimento.

## Medidas

As medidas principais relativamente a transferências públicas incluem:

- 176,4 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social para programas sociais, incluindo pensões para combatentes da libertação nacional, idosos e inválidos, bem como o programa Bolsa de Mãe. Estes programas dão apoio a grupos vulneráveis e merecedores e contribuem para a redução da pobreza.
- \$81.9 milhões para a Autoridade Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno (ARAEOA) no Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM).
- 20,0 milhões de dólares para o Gabinete do Primeiro-Ministro para apoio de emergência à reabilitação de escolas e clínicas de saúde por todo o território. A melhoria da saúde e da educação em Timor-Leste é uma prioridade do Governo.
- 17,8 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal para apoiar o PNDS. Este programa contribui significativamente para o desenvolvimento rural.
- 14,5 milhões de dólares para o Gabinete do Primeiro-Ministro para o apoio a ONGs. O sector das ONGs em Timor-Leste presta um serviço valioso ao país e ao seu povo.
- 11,5 milhões de dólares para o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais para apoiar a ANP, o Timor GAP e o IPG. Este dinheiro é necessário para garantir que Timor-Leste retira o máximo de benefícios dos seus recursos naturais.
- 10,6 milhões de dólares para a SEPFOPE para emprego rural, indústria da cerâmica, programa de construção de cinco casas, alterações rodoviárias e programa de emprego por conta própria e formação móvel. Isto contribuirá para a promoção da criação de emprego e do crescimento económico.
- 10,0 milhões de dólares para Todo o Governo para a capitalização do Banco Central de Timor-Leste. Isto facilitará o aumento do crédito para o sector privado e contribuirá para o desenvolvimento do sector financeiro do país.
- 8,3 milhões de dólares para o Ministério da Saúde para tratamentos no estrangeiro, uma nova clínica cardiovascular e actividades de apoio a nível de saúde pública e SISKa. Estes investimentos são importantes para garantir que a qualidade dos serviços de saúde prestados à população continua a melhorar.
- 7,3 milhões de dólares para o Ministério da Administração Estatal para subsidiar o Conselho de Sucos e custos operacionais de limpezas em Díli.

- 6,5 milhões de dólares para a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto para apoiar actividades a nível de desporto e artes. A promoção da cultura e do desporto é importante para a moral e para a promoção das tradições timorenses.
- 6,2 milhões de dólares para o Ministério da Educação para apoio a universidades, instituições salesianas de ensino e programa de merendas escolares em escolas privadas.
- 6,0 milhões de dólares para Todo o Governo para pensões para antigos Primeiros-Ministros, Presidentes da República, Presidentes do Parlamento, Ministros de Governo e Deputados.
- 6,0 milhões de dólares para a Comissão Nacional de Eleições para apoiar partidos políticos. Estas despesas contribuirão para o processo democrático em Timor-Leste.
- 4,8 milhões de dólares para o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente para apoiar cooperativas, grupos comerciais, grupos industriais e grupos de protecção ambiental.
- 4,0 milhões de dólares para Todo o Governo destinados a contribuições financeiras.
- 2,7 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social para apoiar órfãos, sem-abrigo e deficientes. O Governo está empenhado em apoiar estes e outros grupos vulneráveis na sociedade.
- 2,5 milhões de dólares para o secretariado do g7+. O trabalho deste secretariado garante que a voz dos estados frágeis é ouvida e que resulta em acções por parte da comunidade internacional.
- 1,5 milhões de dólares para a SEAPRI para o centro de bambu e para apoiar o sector privado nas áreas da agricultura e do turismo. Estas iniciativas são importantes para promover a diversificação económica e para apoiar novas indústrias.
- 1,3 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas para apoiar a instalação de painéis solares em comunidades sem acesso a electricidade. Isto contribuirá para o compromisso do Governo de fornecer electricidade a todo o território e para promover o uso de energias renováveis.
- 1,2 milhões de dólares para o Ministério da Solidariedade Social e para o Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro para os programas da Cruz Vermelha e do VIH/SIDA. Isto apoiará a provisão de cuidados de saúde em Timor-Leste.
- 1,0 milhões de dólares para o Ministério do Turismo destinados a eventos nacionais e internacionais.

## **Investimentos**

Os investimentos para transferências públicas em 2015 totalizam 386,9 milhões de dólares, o que representa 95,1% do total das despesas orçamentadas com transferências públicas.

### ***Investimentos Físicos***

O Governo classificou 148,9 milhões de dólares de gastos com transferências como investimentos físicos, representando 36,6% das despesas com transferências públicas. As medidas classificadas como investimentos físicos incluem as referentes ao Projectos infraestrutura-ZEESM, PNDS, emprego rural, construção de cinco casas por aldeia, apoio a cooperativas e indústrias que protejam o ambiente, reabilitação de escolas e postos de saúde e apoio à instalação de painéis solares para as comunidades.

### ***Investimentos Sociais***

O Governo classificou 238,0 milhões de dólares, ou 58,5% dos gastos com transferências, como investimentos sociais. As medidas classificadas sob esta categoria incluem fundos para apoiar veteranos, idosos, desastres naturais, inválidos, órfãos e sem-abrigo, apoio a ONGs, contribuições para finanças internacionais, a Zona Especial de Economia Social de Mercado, o secretariado do g7+, apoio a actividades e saúde na SISKa e o novo centro de cardiologia, subsídios para tratamentos no estrangeiro, subsídios para o programa de merendas escolares em escolas privadas, subsídios para sucos, eventos nacionais e internacionais, apoio a actividades desportivas e o centro de bambu.

#### **2.5.2.4: Capital Menor**

O Capital Menor inclui despesas com veículos, mobiliário e outros equipamentos. O orçamento para 2015 destinado a esta categoria desceu 49,3% comparativamente com o orçamento para 2014, em resultado da eliminação de algumas despesas ineficazes.

Esta secção começa por descrever as medidas principais relativamente a esta categoria, passando de seguida a classificá-las em diferentes tipos de investimento.

### **Medidas**

As medidas principais relativamente a capital menor são delineadas de seguida:

- 3,0 milhões de dólares para o Ministério das Obras Públicas para a provisão de equipamento de água e instalação de electricidade em todo o território. A provisão de infra-estruturas adequadas é um objectivo fundamental do governo e uma pedra basilar do desenvolvimento futuro.
- 1,3 milhões de dólares para camiões de bombeiros e veículos especiais em os Ministerios de Saúde, Justiça, Adminitração Estatal, Obras Públicas, Tranportes e

Comunicações e a Secretaria de Estado de Segurança. Esta despesa contribuirá para o aumento da segurança das populações.

- 1,2 milhões de dólares para o Ministério da Saúde para equipamentos médicos, incluindo laboratórios, equipamentos de raio-X e camas. Estas despesas ajudarão a melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados no país.
- \$1,0 milhão para compra de motorizadas e equipamentos de segurança para a PNTL.

## Investimentos

O Governo considera que 7,4 milhões de dólares do orçamento de capital menor são investimentos sociais. Isto representa 27,9% do total das despesas projectadas de capital menor em 2015. As despesas de capital menor classificadas como investimentos sociais incluem a compra de camiões de bombeiros e de veículos especializados por parte do Ministério dos Transportes e Comunicações, novos laboratórios para o Ministério da Saúde, máquinas de pré-pagamento para a EDTL, equipamentos de pesca e motorizadas e equipamentos de segurança para a PNTL.

### 2.5.2.5: Capital e Desenvolvimento

O FCTL inclui todas as despesas de capital e desenvolvimento abaixo de 1,0 milhões de dólares. De acordo com a tabela 2.5.2.5.1, estas estão orçamentadas nos 74,2 milhões de dólares em 2015, uma redução de 14,5% comparativamente com o valor orçamentado em 2014. As despesas dividem-se em 34,8 milhões de dólares para o PDID e 39,4 milhões para outros projectos de capital e desenvolvimento em diversos ministérios operacionais.

**Tabela 2.5.2.5.1: PDID e Outras Despesas de Capital e Desenvolvimento (\$m)**

	Conc. 2013	LO1 2014	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total de Capital e Desenvolvimento</b>	<b>99,6</b>	<b>86,8</b>	<b>74,2</b>	<b>77,2</b>	<b>80,3</b>	<b>83,5</b>	<b>86,8</b>
Programas de Desenvolvimento nos Distritos	51,4	39,4	34,8	36,2	37,7	39,2	40,8
Ministérios / Agências	48,2	47,4	39,4	41,0	42,6	44,3	46,1

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento e ADN

### 2.5.3: Fundo de Infra-estruturas

O PED delinea a política governamental de construir infra-estruturas essenciais para impulsionar o crescimento económico e o desenvolvimento. O FI foi estabelecido em 2011 para gerir todos os projectos de infra-estruturas plurianuais e de grande escala (de mais de 1,0 milhões de dólares). Os principais programas, tais como geração de electricidade e construção de estradas, foram financiados através do FI.

Em linha com a melhor prática, o FI utiliza um orçamento plurianual (ver tabela 2.5.3.1). O saldo por gastar no fundo é transportado de um ano para o seguinte. Isto garante a

circunscrição do dinheiro para pagar a adjudicatários, simplifica a orçamentação (não é necessário recalcular os orçamentos dos projectos todos os anos) e reduz o risco de não-pagamento a adjudicatários.

O orçamento total do FI em 2015 (excluindo empréstimos) deverá atingir os 297,3 milhões de dólares (menos 11,9% do que no orçamento para 2014) e está dividido em diversos programas. Os maiores destes em 2015 são o programa de electricidade (19,2%), o programa de estradas (18,4%) e o programa Tasi Mane (11,8%). Estas despesas estão em linha com as prioridades do Governo definidas no PED. O programa electricidade, o programa de estradas e o programa da Tasi Mane são três investimentos-chave para o desenvolvimento do país, indo melhorar directamente os níveis de vida e estimular os negócios.

A Tabela 2.5.3.2. resume as projecções para os próximos anos relativamente ao FI. O padrão das despesas no FI é consistente com a política governamental de antecipação das despesas. As despesas aumentam em 2016 como resultado do aumento na construção de infra-estruturas essenciais. Em 2017, 2018 e 2019, as despesas com infra-estruturas caem de forma acentuada, à medida que o período de antecipação das despesas começa a chegar ao fim e que o total das despesas começa a descer para o nível necessário para garantir a inexistência de levantamentos acima do RSE no longo prazo.

**Tabela 2.5.3.1: Cálculo das Despesas do Fundo de Infra-estruturas por Programa (\$m)**

	Orçamento Original para 2014	Concreto em 2014	Transporte de 2014 para 2015	Novas Dotações	Orçamento para 2015
<b>Total Infraestruturas (excluindo empréstimos)</b>	<b>337,5</b>	<b>337,5</b>	<b>0,0</b>	<b>297,3</b>	<b>297,3</b>
Agricultura e Pescas	5,8	10,4	0,0	7,2	7,2
Água e Saneamento	6,7	5,5	0,0	5,6	5,6
Desenvolvimento Urbano e Rural	5,5	6,2	0,0	9,6	9,6
Edifícios Públicos	16,1	23,4	0,0	13,7	13,7
Sector Financeiro	50,1	22,6	0,0	19,1	19,1
Juventude e Desporto	1,8	1,5	0,0	2,8	2,8
Educação	7,2	5,8	0,0	8,0	8,0
Electricidade	56,4	76,8	0,0	57,1	57,1
Tecnologias de Informação	4,2	1,1	0,0	1,4	1,4
Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	15,0	8,3	0,0	8,5	8,5
Saúde	4,7	2,2	0,0	4,0	4,0
Segurança e Defesa	17,0	8,4	0,0	11,0	11,0
Solidariedade Social	0,8	1,2	0,0	0,0	0,0
Projecto do Tasi Mane	26,3	11,3	0,0	35,1	35,1
Estradas	49,9	60,2	0,0	54,8	54,8
Pontes	18,7	14,6	0,0	11,3	11,3
Aeroportos	25,6	18,7	0,0	19,0	19,0
Portos	9,2	9,1	0,0	7,9	7,9
Desenvolvimento Região Oecussi	6,8	43,8	0,0	0,0	0,0
Transporte	0,0	0,0	0,0	12,0	12,0
Sector do Turismo	2,0	3,8	0,0	1,0	1,0
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	7,8	2,7	0,0	8,2	8,2

Fonte: Secretariado dos Grandes Projectos



**Tabela 2.5.3.2: Despesas do Fundo de Infra-estruturas por Programa (\$m)**

	<b>Orçam, 2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Total Infra-estruturas (excluindo empréstimos)</b>	<b>297,3</b>	<b>634,3</b>	<b>588,9</b>	<b>320,2</b>	<b>182,3</b>
Agricultura e Pescas	7,2	15,1	12,2	8,5	2,3
Água e Saneamento	5,6	23,0	21,3	17,2	5,5
Desenvolvimento Urbano e Rural	9,6	3,5	2,0	0	0
Edifícios Públicos	13,7	56,8	51,1	34,7	10,3
Sector Financeiro	19,1	17,8	12,1	6,5	0
Juventude e Desporto	2,8	6,3	5,6	4,5	1,1
Educação	8,0	42,7	47,7	25,7	11,5
Electricidade	57,1	22,9	2,3	0	0
Tecnologias de Informação	1,4	1,6	0	0	0
Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	8,5	55,5	36,5	10,0	0
Saúde	4,0	5,4	2,9	0,5	0
Segurança e Defesa	11,0	31,9	24,6	13,6	3,8
Solidariedade Social	0	0	0	0	0
Projecto do Tasi Mane	35,1	91,0	155,0	112,0	40,0
Estradas	54,8	124,6	65,1	17,0	1,9
Pontes	11,3	8,3	6,9	0,7	0
Aeroportos	19,0	74,6	93,2	55,2	102,5
Portos	7,9	47,4	44,7	10,8	0
Transporte	12,0	0	0	0	0
Sector do Turismo	1,0	2,5	2,2	0	0
Preparação, Concepção e Supervisão de Novos Projectos	8,2	3,5	3,5	3,5	3,5

Fonte: Secretariado dos Grandes Projectos

## 2.5.4: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

O FDCH é o segundo dos dois fundos especiais criados pelo Governo em 2011. A sua função é prestar apoio ao desenvolvimento de qualificações entre a população timorense, sendo composto por seis programas principais: formação vocacional, formação técnica, bolsas de estudo, outros tipos de formação, assistência técnica para o sector da justiça e assistência técnica para o ensino superior. A Tabela 2.5.4.1 apresenta as projecções gerais para 2015 relativas ao FDCH e discrimina-as por programa.

**Tabela 2.5.4.1: Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano por Programa (\$m)**

Programa	2014 Orçam	Transporte de 2014 para 2015	Dotações Adicionais em 2015	Orçam. Final p/ 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total do FDCH (por Programa)</b>	<b>40,0</b>	<b>2,1</b>	<b>38,9</b>	<b>41,1</b>	<b>52,2</b>	<b>52,2</b>	<b>53,4</b>	<b>53,4</b>
Formação Vocacional	10,1	0,3	9,8	10,1	12,9	12,9	13,2	13,2
Formação Técnica	4,6	0,1	3,7	3,8	4,8	4,8	4,9	4,9
Bolsas de Estudo	22,2	1,6	14,3	15,9	20,2	20,2	20,7	20,7
Outros Tipos de Formação	3,1	0,1	2,1	2,2	2,9	2,8	2,9	2,9
Assistência Técnica para Sector Judicial	0,0	0,0	5,0	5,0	6,4	6,4	6,5	6,5
Assistencia Técnica para Ensino Superior)	0,0	0,0	4,0	4,0	5,0	5,0	5,2	5,2

Fonte: Secretariado do FDCH

O total do orçamento para 2015 referente ao FDCH é 41,1 milhões de dólares, o que representa um aumento de 2,7% comparativamente com o orçamento para 2014. O Governo reviu e reduziu o orçamento do FDCH para garantir o máximo de retorno por cada dólar gasto. Outros Tipos de Formação tem um orçamento um pouco menor em 2015. Foram adicionados dois novos programas (de assistência técnica para o sector judicial e para educação terciária) fazendo assim com que o FDCH conste de um total de 6 programas em 2015. O Governo tenciona conduzir uma avaliação de impacto de todos os programas do FDCH desde 2011 e redigir um mapa de recursos humanos por distrito. Despesas mais baixas e mais bem executadas, juntamente com análises detalhadas do progresso de diferentes programas, servirão para apoiar fortemente os objectivos do FDCH no futuro, providenciando maiores retornos para o investimento em educação e qualificações em Timor-Leste.

### 2.5.5: Despesas por Projetos Financiados por Empréstimos

A tabela 2.5.5.1 mostra as previsões do total das despesas para os projetos financiados por empréstimos. Em 2015 o montante total ascende a 70,0 milhões de dólares e a secção 2.7 descreve estes projetos em detalhe.

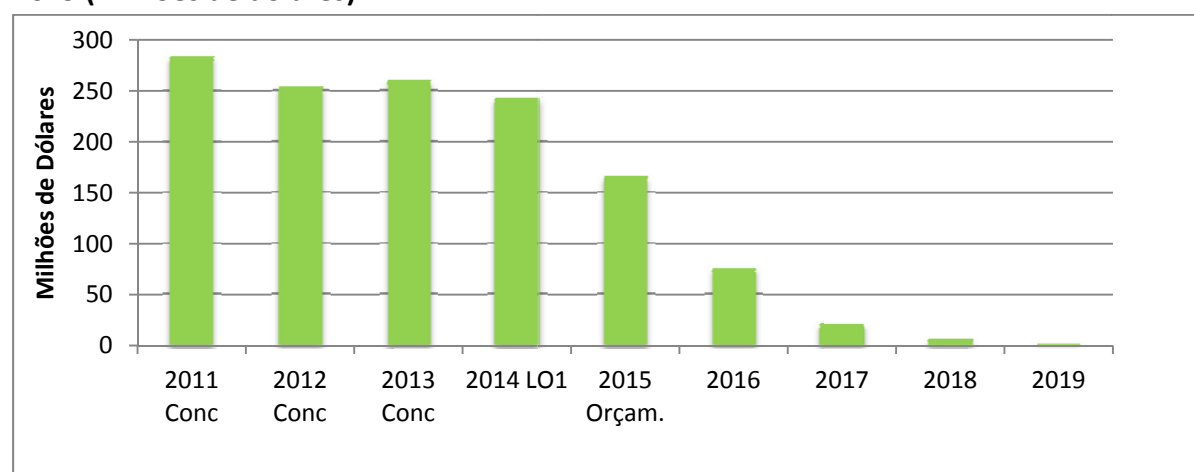
**Tabela 2.5.5.1: Despesas por Projetos Financiados por Empréstimos (\$m)**

	Orçam. Final p/ 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Despesas dos Empréstimos</b>	70,0	194,4	135,5	159,8	50,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento

## 2.5.6: Compromissos dos Parceiros de Desenvolvimento

Os Parceiros de Desenvolvimento deverão contribuir com 165,5 milhões de dólares em 2015. Os detalhes destes compromissos constam do Livro Orçamental 5. Note-se que estes valores não incluem empréstimos.

**Figura 2.5.6.1: Compromissos Indicativos dos Parceiros de Desenvolvimento para 2011 a 2019 (milhões de dólares)**

Fonte: Unidade de Gestão de Parcerias de Desenvolvimento

## 2.6: Receitas

### 2.6.1: Panorama das Projeções de Receitas

A tabela 2.6.1.1 mostra as previsões do total das receitas (soma das receitas domésticas com as receitas petrolíferas) até 2019. É esperado que o total das receitas desça devido à redução das receitas petrolíferas. Este declínio era esperado, uma vez que a produção petrolífera do Bayu-Undan já ultrapassou o seu pico em termos de níveis de produção. Prevê-se que as receitas domésticas vão aumentar todos os anos entre 2015 e 2019.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> As Receitas Petrolíferas incluem juros.

**Tabela 2.6.1.1: Total das Receitas entre 2013 e 2019 (\$m)**

	Conc. 2013	LO1 2014	Projeção p/2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total das Receitas</b>	<b>4.057,8</b>	<b>2.684,1</b>	<b>2.460,5</b>	<b>2.360,4</b>	<b>2.270,0</b>	<b>2.041,8</b>	<b>1.935,6</b>
Receitas Domésticas	151,1	166,1	170,4	182,0	193,7	205,6	217,7
Receitas Petrolíferas	3.906,7	2.518,0	2.290,1	2.178,4	2.076,3	1.836,2	1.717,9

Fontes: Direcção Nacional de Política Económica e Unidade de Administração do FP.

## 2.6.2: Receitas Domésticas

### 2.6.2.1: Panorama

A política do Governo consiste em aumentar a cobrança de receitas domésticas para que no futuro o financiamento dos serviços públicos passe a depender menos de levantamentos acima do RSE a partir do FP. As receitas domésticas têm registado um crescimento constante ao longo dos próximos anos, sendo esperado que este crescimento continue em 2015 (ver tabela 2.6.2.1.1). Mais especificamente, está previsto que as receitas domésticas aumentem 2,6% comparativamente com 2014.<sup>11</sup> Esta subida é mais modesta do que em anos anteriores, mas tal não se deve a menor actividade doméstica, a taxas fiscais mais baixas ou a uma administração tributária mais ineficaz. Deve-se antes à redução das receitas provenientes da venda de arroz e à baixa inflação. Excluindo as receitas provenientes da venda de arroz, as receitas domésticas irão crescer 5,6% de 2014 para 2015, o que está mais ao nível dos aumentos no passado. A redução nas receitas das vendas de arroz devem-se a uma política deliberada do Governo em reduzir o programa de subsídio ao arroz, como resultado do aumento da oferta de arroz em Timor-Leste. Estes argumentos são discutidos de forma mais detalhada nas subsecções seguintes, as quais abrangem todos os componentes das receitas domésticas, nomeadamente impostos, taxas e pagamentos, juros e serviços e fundos autónomos.

<sup>11</sup> Foram feitos todos os esforços para que estas previsões sejam o mais rigorosas possível, utilizando todos os dados disponíveis, considerando as tendências no passado e consultando entidades relevantes. Todavia, em face da mudança dos padrões a nível de crescimento económico, das alterações nas políticas e da incerteza inerente a qualquer previsão, todos os valores apresentados devem ser encarados com cautela.

**Tabela 2.6.2.1.1: Receitas Domésticas entre 2013 e 2019 (\$m)**

	Conc. 2013	LO1 2014	Projecção 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total das Receitas Domésticas</b>	<b>151,1</b>	<b>166,1</b>	<b>170,4</b>	<b>182,0</b>	<b>193,7</b>	<b>205,6</b>	<b>217,7</b>
Impostos	104,8	120,0	125,5	134,4	143,5	152,6	161,9
Taxas e Pagamentos	24,1	41,2	37,2	39,6	42,0	44,4	46,9
Juros	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços e Fundos Autónomos	22,2	4,8	7,6	7,9	8,2	8,6	8,9

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

### 2.6.2.2: Impostos

Em Timor-Leste, os impostos representaram 69,3% do total das receitas domésticas em 2013. Os impostos incluem impostos directos, impostos indirectos e outras receitas fiscais. A Tabela 2.6.2.2.1 resume as suas projecções.

Tal como se pode ver na Tabela 2.6.2.2.1, prevê-se que os aumentos na cobrança de impostos continuem, atingindo os 125,5 milhões de dólares em 2015 (um aumento de 4,6% relativamente ao orçamento para 2014). O Governo está a procurar promover uma maior cobrança fiscal e para tal está a considerar diversas alterações ao sistema tributário em Timor-Leste, incluindo a assinatura de uma convenção com Portugal em Julho de 2014 para melhorar a administração fiscal.

Prevê-se que os impostos directos aumentem 1,1% em 2015, comparativamente com o valor no orçamento para 2014. Isto deve-se sobretudo aos níveis melhorados de cumprimento, bem como à reclassificação das categorias 'Rendimentos Individuais' e 'rendimentos Individuais – Outros' aplicadas desde 2014, a fim de distinguir melhor entre funcionários públicos e outros trabalhadores. Em contraste, é esperado que os impostos de retenção e os impostos colectivos desçam comparativamente com os valores no orçamento para 2014.

Prevê-se que os impostos indirectos aumentem 6,9% em 2015, devido à subida do imposto sobre o consumo e dos direitos de importação. O aumento nas receitas provenientes destes impostos é resultado do aumento do poder de compra da população, da importação de materiais para grandes projectos de infra-estruturas e da melhoria do cumprimento.

Estes aumentos contrariam a redução ligeira esperada nos impostos sobre serviços e sobre vendas em 2015, comparativamente com os valores obtidos em 2014. É esperado que as cobranças sob estes dois impostos sejam superiores às cobranças concretas em 2013. Prevê-se que esta tendência de crescimento se mantenha no futuro.

Todavia, a cobrança destes impostos deve também continuar no futuro próximo com o fortalecimento do sector privado e dos mecanismos administrativos à sua volta.

**Tabela 2.6.2.2.1: Total das Receitas Fiscais entre 2013 e 2019 (\$m)**

	Conc. 2013	LO1 2014	Projeção 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total dos Impostos</b>	<b>104,8</b>	<b>120,0</b>	<b>125,5</b>	<b>134,4</b>	<b>143,5</b>	<b>152,6</b>	<b>161,9</b>
<b>Impostos Directos</b>	<b>40,2</b>	<b>45,1</b>	<b>45,7</b>	<b>47,6</b>	<b>49,6</b>	<b>51,7</b>	<b>53,8</b>
Imposto s/ Rendimentos	8,8	9,4	18,3	19,2	20,0	20,9	21,9
<i>Rendimentos Ind.</i>	0,9	3,7	1,2	1,4	1,6	1,7	1,9
<i>Rendimentos Ind. – Outros</i>	7,9	5,7	17,1	17,8	18,5	19,2	20,0
Imposto Colectivo	8,9	13,5	7,8	8,1	8,5	8,8	9,2
Imposto de Retenção	22,5	22,2	19,5	20,3	21,1	21,9	22,8
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>64,4</b>	<b>74,6</b>	<b>79,7</b>	<b>86,6</b>	<b>93,7</b>	<b>100,7</b>	<b>107,9</b>
Imposto sobre Serviços	3,5	4,1	3,6	3,7	3,9	4,0	4,2
Imposto sobre Vendas	14,0	17,8	15,8	16,4	17,1	17,8	18,5
Imposto s/ o Consumo	34,3	37,3	44,4	49,9	55,5	61,0	66,6
Direitos de Importação	12,5	15,3	15,9	16,6	17,2	17,9	18,6
<b>Outras Receitas Fiscais</b>	<b>0,2</b>	<b>0,3</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

### 2.6.2.3: Taxas e Pagamentos

As taxas e pagamentos incluem uma vasta selecção de categorias que contribuem para as receitas domésticas a partir de fontes não fiscais. Estas são compostas por taxas administrativas, pagamentos de utilização e rendas para o Governo resultantes de recursos naturais que não o petróleo. Tal como se pode ver na Tabela 2.6.2.3.1, a maior parte das categorias representam pequenos montantes, os quais são arredondados para zero em alguns casos.<sup>12</sup> A lista também é actualizada frequentemente com novas categorias, reflectindo assim alterações regulares ao sistema de cobrança de receitas em Timor-Leste, resultando de melhorias na eficiência administrativa e de uma nova delineação de responsabilidades entre ministérios operacionais. A Tabela 2.6.2.3.1 mostra as projecções.

<sup>12</sup> As categorias que não apresentam receitas na Tabela 2.5.2.3.1 correspondem a cobranças de rendimentos abaixo dos 0,5 milhões de dólares, sendo assim arredondadas para 0,0 dólares.

**Tabela 2.6.2.3.1: Projecções de Taxas e Pagamentos entre 2013 e 2019 (\$m)**

	Conc. 2013	LO1 2014	Projecção 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total de Taxas e Pagamentos</b>	<b>24,1</b>	<b>41,2</b>	<b>37,2</b>	<b>39,6</b>	<b>42,0</b>	<b>44,4</b>	<b>46,9</b>
Taxas de Registo de Empresas	0,8	1,5	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
Taxas Postais	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rendas de Propriedades	2,6	3,1	3,4	3,5	3,6	3,8	3,9
Pagamentos de Água	0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Propina da Universidade Nacional	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Taxas de Registo de Veículos	1,0	1,3	1,1	1,2	1,2	1,3	1,3
Taxas de Inspeção de Veículos	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6
Inspeções de Veículos Importados	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxas de Cartas de Condução	0,4	0,2	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Taxas de <i>Franchising</i> de Transportes Públicos	0,1	0,1	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9
Coimas e Transportes	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Outras Taxas de Transportes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BIs e Passaportes	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,1	1,1
Taxas de Vistos	2,6	1,2	2,7	2,8	3,0	3,1	3,2
Taxas Hospitalares e Médicas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Coimas – Profissionais de Saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Tribunal	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dividendos, Lucros e Ganhos	0,6	4,5	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2
Coimas e Indemnizações	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Minas e Pedreiras	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Taxas de Rádio e Televisão	0,3	0,0	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5
Receitas de Documentos de Concursos	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Leilões	0,5	0,1	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2
Taxas de Embaixadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos Florestais	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Rendas de Propriedades do Governo	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
EAIP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Registo de Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas de Serviços de Saneamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receitas de Jogos Sociais	0,3	0,2	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1
Rice Sales	4,2	6,4	1,7	1,8	1,9	2,0	2,0
Vendas de Produtos Agrícolas Locais/Centru Bambú	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Vendas de Produtos Não-Agrícolas Locais	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receitas de Electricidade	0,0	19,0	18,8	20,5	22,1	23,7	25,4
Outras Receitas Não-Fiscais	7,9	0,5	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

Prevê-se que o total das taxas e pagamentos desça 9,7% em 2015 comparativamente com os valores no orçamento para 2014. Isto deve-se sobretudo à quebra nas receitas esperadas provenientes das vendas de arroz, taxas de registo de empresas e dividendos, lucros e ganhos.

A redução das vendas de arroz reflecte um menor programa de importação de arroz e uma menor intervenção governamental no mercado do arroz. Esta menor intervenção governamental é em si o resultado de uma estabilização dos preços do arroz e do aumento da oferta do arroz em 2014 comparativamente com anos anteriores (situação que se prevê que continue em 2015).

A redução nas taxas de registo de empresas em 2015 deriva de alterações ao processo administrativo resultantes do Balcão Único (SERVE). A descida nos dividendos, lucros e ganhos resulta de lucros menores do prestador de telecomunicações Timor Telecom desde a liberalização do mercado das telecomunicações.

Apesar de uma redução global nas taxas e pagamentos, é esperado que muitas das suas categorias aumentem em 2015. Destacam-se aqui os pagamentos de água, os produtos florestais, as taxas de vistos, o *franchising* de transportes públicos, as taxas da RTTL e as receitas provenientes dos jogos sociais. Todos os ministérios operacionais relevantes para estas categorias atribuíram as melhorias a avanços ao nível de monitorização, novas tecnologias, administração ou legislação melhorada. O aumento nos jogos sociais resulta do maior número de jogos e lotarias disponíveis em Timor-Leste.

#### **2.6.2.4: Juros**

Os juros reflectem os pagamentos de juros recebidos a partir do dinheiro mantido no FCTL, FDCH e FI (ver tabela 2.6.2.1.1). Prevê-se uma diminuição ligeira em 2015 resultante da redução das reservas de dinheiro nestas contas. Estas reservas de dinheiro menores devem-se à política governamental de esgotar os saldos de dinheiro antes de recorrer a levantamentos a partir do FP. Esta política maximiza os retornos dos investimentos, uma vez que as aplicações do FP têm uma rentabilidade superior à das taxas de juro do dinheiro mantido nas contas do Governo.

#### **2.6.2.5: Serviços e Fundos Autónomos**

A Tabela 2.6.2.5.1 estabelece as previsões de receitas para os quatro serviços e fundos autónomos actualmente a operar em Timor-Leste (antigamente havia cinco, porém a EDTL foi incorporada no Ministério das Obras Públicas em 2014).



**Tabela 2.6.2.5.1: Receitas dos Serviços e Fundos Autónomos entre 2013 e 2019 (\$m)**

	Conc. 2013	LO1 2014	Projeção 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total dos Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>22,2</b>	<b>4,8</b>	<b>7,6</b>	<b>7,9</b>	<b>8,2</b>	<b>8,6</b>	<b>8,9</b>
Gestão de Equipamentos	0,2	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Aviação	2,2	1,4	2,1	2,2	2,2	2,3	2,4
Portos	3,6	3,1	5,4	5,6	5,8	6,1	6,3
EDTL	16,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SAMES	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

No geral prevê-se que as receitas dos serviços e fundos autónomos aumentem 59,5% de 2014 para 2015. A subida nas receitas dos portos e aeroportos deve-se ao aumento no fluxo de pessoas e bens a entrar e a sair do país, o que está em linha com níveis superiores de importações.

É esperado que as receitas destes serviços e fundos autónomos continuem a aumentar em anos futuros, com a subida das importações e a expansão do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato. Prevê-se que a Gestão de Equipamentos vá subindo lentamente durante o período estimado, com melhorias na sua administração e a compra de novos equipamentos em 2015. As receitas da EDTL passam agora a ser registadas sob outros fluxos de receitas, conforme delineadas na secção anterior. Por fim, o SAMES continuará a ter um fluxo de receitas irrisório em anos mais distantes, excepto se houver novas alterações às suas funções.

## **2.6.3: Receitas Petrolíferas e Fundo Petrolífero**

Actualmente as receitas petrolíferas financiam indirectamente a maior parte do Orçamento do Estado. O FP contribuirá para uma gestão sensata dos recursos petrolíferos, em benefício das gerações actuais e futuras.

### **2.6.3.1: Fluxos das Receitas Petrolíferas**

Os factores que conduzem o fluxo de receitas petrolíferas são os preços, a produção e os custos. Comparativamente com o Orçamento do Estado para 2013 e 2014, assume-se que o preço do petróleo é em média um pouco inferior ao longo do período de previsão. Os custos estão a aumentar, ao passo que há uma redução ligeira na produção. Tal como já foi dito em documentos orçamentais anteriores, estima-se que as receitas petrolíferas do Bayu-Undan e do Kitan tenham atingido o seu pico nos 3.559,1 milhões de dólares em 2012, devendo agora começar a descer, primeiro ligeiramente em 2013, e depois de forma mais significativa, passando para 1.705,0 milhões de dólares em 2014 (ver tabelas 2.6.3.1.1 e 2.6.3.1.2).

**Tabela 2.6.3.1.1: Receitas Petrolíferas do Bayu-Undan e do Kitan entre 2013 e 2019 (\$m)**

	Conc, 2013*	Estimativa 2014**	Orçam, 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total das Receitas Petrolíferas</b>	<b>3.906,7</b>	<b>2.518,0</b>	<b>2.290,1</b>	<b>2.178,4</b>	<b>2.076,3</b>	<b>1.836,2</b>	<b>1.717,9</b>
Juros do FP recebidos	864,9	813,0	915,8	966,2	1.002,7	1.035,9	1.060,3
<b>Total das Receitas Petrolíferas, Excluindo Juros</b>	<b>3.041,8</b>	<b>1.705,0</b>	<b>1.374,3</b>	<b>1.212,2</b>	<b>1.073,5</b>	<b>800,3</b>	<b>657,6</b>
BU*** – FTP/Direitos	205,9	134,4	108,0	98,7	81,8	68,4	56,8
BU – Petróleo de Lucro	1.441,0	835,8	652,3	589,7	533,4	371,6	295,1
BU – Imposto s/ Rendimentos	503,3	362,3	243,3	198,0	181,4	130,5	94,3
BU – Imposto s/ Lucro Adicional	491,3	256,1	267,9	233,1	215,6	158,1	151,1
BU – IVA	8,9	28,1	23,7	32,7	18,9	26,0	20,4
BU – Imposto s/ Vencimentos	16,2	13,7	11,3	15,4	8,7	11,7	9,1
BU – Pagamentos do Gasoduto	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4
BU – Outros Pagamentos	17,2	52,5	38,3	25,4	25,4	25,4	22,4
BU – Imposto de Retenção	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Kitan	340,6	13,8	21,1	10,7	0,0	0,0	0,0

Fonte: Unidade de Administração do FP

\* Fluxo de dinheiro concreto para 2013

\*\* Estimativa para 2014 em Junho de 2014. Começando em 2014 o BU – Imposto de Retenção do BU passa a ser incluído no BU – IVA.

\*\*\* BU: Bayu Undan

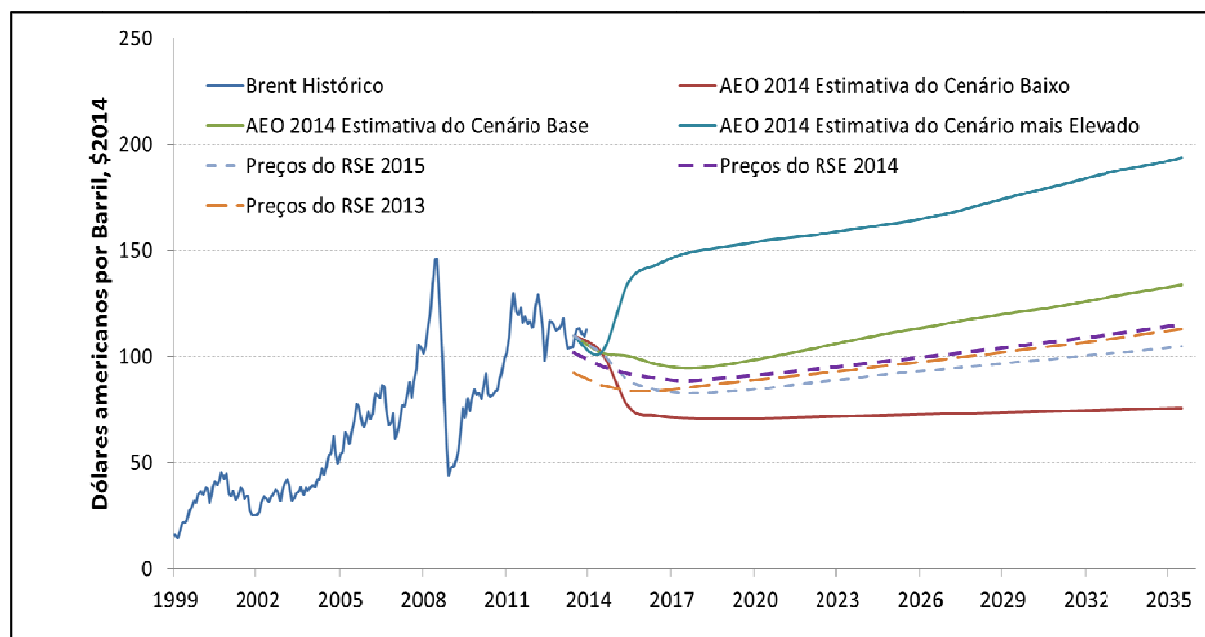
## Preços do petróleo

Tal como no ano transacto, utiliza-se o índice de referência do petróleo bruto Brent para calcular a riqueza petrolífera, uma vez que este se revelou um indicador melhor do preço dos produtos líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan e do Kitan do que o WTI utilizado em anos anteriores.<sup>13</sup> A Secção 2.6.3.2 sobre a Riqueza Petrolífera e o Cálculo do RSE discute esta alteração em maior detalhe.

As estimativas de receitas petrolíferas no Orçamento do Estado para 2015 assentam num preço de índice de referência petrolífero de 107,9 dólares por barril em 2014, comparativamente com 107,5 dólares por barril no Orçamento do Estado para 2014. Nos anos posteriores a 2014 prevê-se que o preço do petróleo seja ligeiramente inferior ao que tinha sido estimado anteriormente (ver figura 2.6.3.1.1).

<sup>13</sup> Os preços futuros dos produtos líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan e do Kitan são estimados com base em relacionamentos históricos, com um preço de referência e com a previsão de referência. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados utilizando a fórmula provisória de preço negociada entre vendedores e compradores. A fórmula de preço é renegociada a cada três anos.

**Figura 2.6.3.1.1: Alterações Históricas e Projecções Futuras no Preço do Petróleo Brent (dólares por barril)**



Fonte: Unidade de Administração do FP

### Produção Petrolífera

Estima-se que a produção de líquidos (condensado e GPL) do Bayu-Undan vá descer ligeiramente em comparação com as projecções no Orçamento do Estado para 2014. O total da produção petrolífera do Bayu-Undan (incluindo também o GNL) deve também ter atingido o pico em 2011, com 59 milhões de dólares em barris de equivalentes a petróleo, estando agora previsto que comece a descer até cessar em 2020 (ver tabela 2.6.3.1.2). A redução no panorama da produção resulta de uma penetração de gás pobre acima do esperado, da diminuição da pressão e da produção de água no reservatório.

O Plano para o Desenvolvimento do Campo de Kitan foi aprovado em 2010, tendo a produção arrancado no 4.º trimestre de 2011. A produção total do Kitan é modesta quando comparada com a do Bayu-Undan. O orçamento para 2015 prevê que o cenário baixo do Kitan é de 37,1 milhões de barris de petróleo ao longo do tempo de vida do projecto, até 2016. O fluxo total de receitas com base no Cenário de Produção Baixa está estimado nos 695 milhões de dólares, o que equivale a menos de 3% do Bayu-Undan.

### Custos

O Orçamento do Estado para 2015 estima os custos do projecto do Bayu-Undan ligeiramente acima dos valores indicados no Orçamento do Estado para 2014. Esta subida deve-se sobretudo a despesas de capital relacionadas com o programa “Asset Integrity Maintenance” e outras questões operacionais.

**Tabela 2.6.3.1.2: Cálculos do Rendimento Sustentável – Pressupostos dos Preços Petrolíferos, Produção e Receitas Concretas entre 2002 e 2013, com estimativas para o período entre 2014 e 2020**

Sector Petrolífero de Timor-Leste				
	Preço médio do petróleo, dólares por barril	Produção, milhões de barris de equivalentes a petróleo	Total das Receitas Petrolíferas Descontadas (Factor de 5,7%), milhões de dólares	Total das Receitas Petrolíferas Não Descontadas, milhões de dólares
<b>Total</b>		<b>768,9</b>	<b>4.716,1</b>	<b>25.331,5</b>
<b>Total desde 1 de Janeiro de 2014</b>		<b>236,0</b>	<b>4.716,1</b>	<b>7.027,6</b>
até 2002	0,0	0,0	0,0	14,8
2003	0,0	0,0	0,0	10,2
2004	41,5	16,9	0,0	172,4
2005	56,6	29,0	0,0	333,4
2006	66,1	57,1	0,0	611,9
2007	72,3	57,7	0,0	1.258,5
2008	99,7	64,2	0,0	2.284,2
2009	62,0	61,8	0,0	1.660,2
2010	79,5	57,3	0,0	2.117,2
2011	94,9	61,7	0,0	3.240,1
2012	111,6	68,0	0,0	3.559,1
2013	108,6	59,4	0,0	3.041,8
2014	107,9	43,8	0,0	1.705,0
2015	89,6	45,3	1.338,5	1.374,3
2016	87,0	42,7	1.118,0	1.212,2
2017	86,8	34,8	937,0	1.073,6
2018	88,4	31,5	660,6	800,3
2019	90,7	26,7	513,2	657,6
2020	93,5	11,2	109,7	148,7
2021	96,6	0,0	39,1	56,0
2022	99,8	0,0	0,0	0,0
2023	103,2	0,0	0,0	0,0
2024	106,6	0,0	0,0	0,0
2025	109,9	0,0	0,0	0,0

Fonte: Unidade de Administração do FP

### 2.6.3.2: Riqueza Petrolífera e Cálculo do RSE

De acordo com a Lei do FP, o RSE é o montante máximo que pode ser dotado a partir do FP num determinado ano fiscal deixando recursos suficientes no FP para permitir o levantamento de um montante de valor real idêntico todos os anos, para sempre. O RSE

está definido nos 3% da riqueza petrolífera. Todavia o Governo pode levantar montantes acima do RSE caso explique que essas despesas servem os interesses a longo prazo de Timor-Leste e caso o Parlamento Nacional dê o seu aval.

A Riqueza Petrolífera, que engloba o saldo do fundo e o valor actual líquido das receitas petrolíferas futuras, está estimado nos 21.283,3 milhões de dólares a 1 de Janeiro de 2015. Deste modo, o RSE está estimado nos 638,5 milhões de dólares para 2015. Isto é mais ou menos o mesmo do RSE para 2015 estimado no orçamento para o ano anterior. A tabela 2.6.3.2.1 apresenta os principais pressupostos por detrás dos cálculos.

**Tabela 2.6.3.2.1: Principais pressupostos por detrás do RSE**

Reconhecimento de activos	As receitas petrolíferas estimadas só são incluídas para projectos com planos de desenvolvimento aprovados. Isto inclui o Bayu-Undan e o Kitan.
Estimativas de Reservas Petrolíferas e de Produção Petrolífera	As estimativas de produção são fornecidas pelos operadores dos projectos. Utiliza-se o cenário baixo, o que significa que há 90% de probabilidade dos valores reais serem superiores aos valores estimados.
Estimativa do preço do petróleo	O RSE referente ao Orçamento para 2015 é preparado utilizando a média do cenário baixo da Agência de Informações sobre Energia (EIA) e do caso de referência do Brent.
Preços para produtos petrolíferos específicos	O Bayu-Undan produz condensado, Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) e Gás Natural Liquefeito (GNL), ao passo que o Kitan produz apenas condensado. Os pressupostos estimados para cada produto derivam dos diferenciais históricos observados com o Brent. Os preços do Gás Natural Liquefeito (GNL) são estimados utilizando a fórmula provisória de preço negociada entre a Darwin LNG (DLNG) e os compradores de GNL japoneses. A fórmula de preço é renegociada a cada três anos.
Custos de produção	Estimativa central dos custos futuros com capital e com despesas operacionais conforme dados fornecidos pelos operadores dos projectos.
Taxa de desconto	De acordo com o Anexo 1 da Lei do FP, a taxa de juro utilizada para descontar receitas petrolíferas futuras é a taxa esperada de retorno da carteira das aplicações financeiras detidas pelo Fundo. As directivas de investimento do Fundo foram alteradas recentemente, passando a ser 60% títulos e 40% acções.

Fonte: Unidade de Administração do FP

A Tabela 2.6.3.2.2 mostra a estimativa da Riqueza Petrolífera e do RSE de 2014 em diante, assumindo que os levantamentos a partir do FP são consistentes com o Orçamento do Estado para 2015.

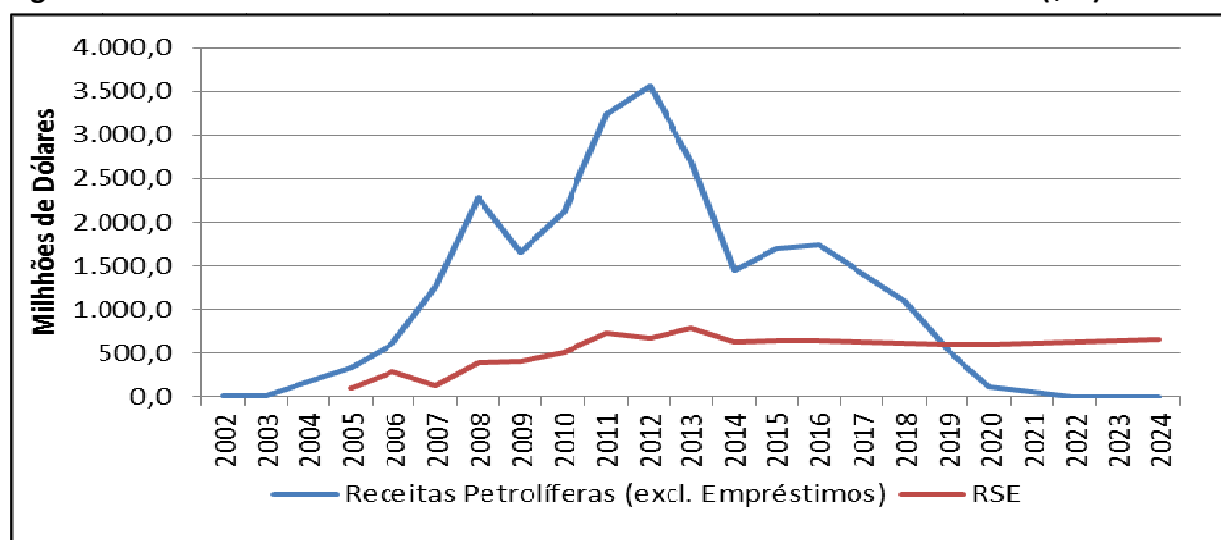
**Tabela 2.6.3.2.2: Riqueza Petrolífera e RSE (\$m)**

	LO1 2014	Orçam. 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Rendimento Sustentável Estimado (RPx3%)</b>	632,3	638,5	632,8	615,4	597,8	586,6
<b>Total da Riqueza Petrolífera (RP)</b>	<b>21.076,3</b>	<b>21.283,3</b>	<b>21.093,5</b>	<b>20.513,9</b>	<b>19.926,2</b>	<b>19.554,5</b>
Saldo de Abertura do FP	14.058,5	16.567,2	17.529,8	17.995,6	18.368,1	18.729,8
Valor Actual Líquido das Receitas Futuras	7.017,8	4.716,1	3.563,7	2.518,3	1.558,1	824,8

Fonte: Unidade de Administração do FP

A Figura 2.6.3.2.1 retrata a principal justificação para se utilizar o RSE como ferramenta na política fiscal, nomeadamente a compensação dos rendimentos petrolíferos temporariamente elevados. O percurso de extracção de um recurso não-renovável tende a ser em forma de sino, com oscilações consideráveis a curto prazo. O RSE pretende ser uma protecção contra esta volatilidade e salvaguardar o desenvolvimento sustentável das finanças públicas.

**Figura 2.6.3.2.1: Receitas Petrolíferas de Timor-Leste e RSE entre 2002 e 2025 (\$m)**



Fonte: Unidade de Administração do FP

### **Alterações no RSE entre 2014 e 2015**

A Figura 2.6.3.2.2 mostra as principais alterações incrementais no RSE de 2015 desde o Orçamento para 2014. Os principais factores incluem os rendimentos concretos em 2013, o preço do petróleo, a produção petrolífera e os custos.

### **Dados concretos de 2014**

O actual RSE de 2015 incorpora o desenvolvimento concreto em 2013, que aumenta o RSE de 2015 em 26 milhões de dólares. Esta alteração deve-se sobretudo a uma combinação da movimentação nos preços concretos do petróleo, produção e custos, bem como a retornos de investimentos do FP superiores ao esperado em 2013.

### ***Levantamentos concretos a partir do FP em 2014***

O RSE de 2015, conforme estimado no Orçamento para 2014, assenta no pressuposto de que em 2014 o Governo só levantará do FP o RSE. Em 2014 o Parlamento aprovou 902,9 milhões de dólares em levantamentos do FP. Isto significa que o Governo pode levantar 270.6 milhões de dólares em excesso do RSE. O aumento dos levantamentos em 2014 reduz o RSE para 2015 em 8 milhões de dólares.

### ***Preços do petróleo***

Tal como no orçamento do ano passado, a actual estimativa do RSE assume um índice de referência (Brent) do preço do petróleo de 107,9 dólares por barril em 2014, com base no desenvolvimento concreto durante a primeira metade do ano e nas estimativas da EIA sobre o Brent no futuro.<sup>14</sup> A estimativa de referência do petróleo utilizada para o RSE de 2015 é ligeiramente inferior à estimativa utilizada para o RSE de 2014, com as duas estimativas eventualmente a convergirem no fim do período estimado. A alteração na previsão do índice de referência do Brent resulta numa redução de 4 milhões de dólares no RSE de 2015.

### ***Diferenciais de preço relativamente a líquidos (condensado e GPL)***

O preço dos produtos de condensado do Bayu-Undan é previsto com base no relacionamento histórico com um preço de referência. Este relacionamento histórico, o chamado diferencial de preço, é então projectado na estimativa de referência (conforme determinado pela EIA) para dar uma estimativa do preço futuro dos produtos vendidos no Mar de Timor. Os diferenciais de preço utilizados nos cálculos do RSE de 2015 dão um preço mais elevado para os produtos do Bayu-Undan do que davam os diferenciais de preço utilizados no RSE de 2014. O resultado destes novos diferenciais de preço é um aumento no RSE de 6 milhões de dólares.

### ***Produção de Líquidos***

O orçamento para 2015 estima que a produção em 2014 seja inferior em 7% ao que havia sido previsto no orçamento para 2014. Estas descidas modestas reduzem o RSE de 2015 em 21 milhões de dólares.

As causas principais para esta revisão em baixa na estimativa da produção prendem-se com a penetração de gás pobre, pressões baixas e produção de água no reservatório. Está também prevista uma suspensão de trabalho em grande escala em 2014, o que deverá resultar numa produção menor durante esse período.

---

<sup>14</sup> Estas estimativas são reportadas pela EIA e estão também disponíveis no Panorama Anual sobre Energia de 2013: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/aeo/index.html>.



### ***Custo***

Os custos de produção dos dois operadores (COP e ENI) são aqui previstos ligeiramente acima do que tinham sido no Orçamento para 2014. O aumento nas previsões de custos reduz o RSE de 2015 em 12 milhões de dólares.

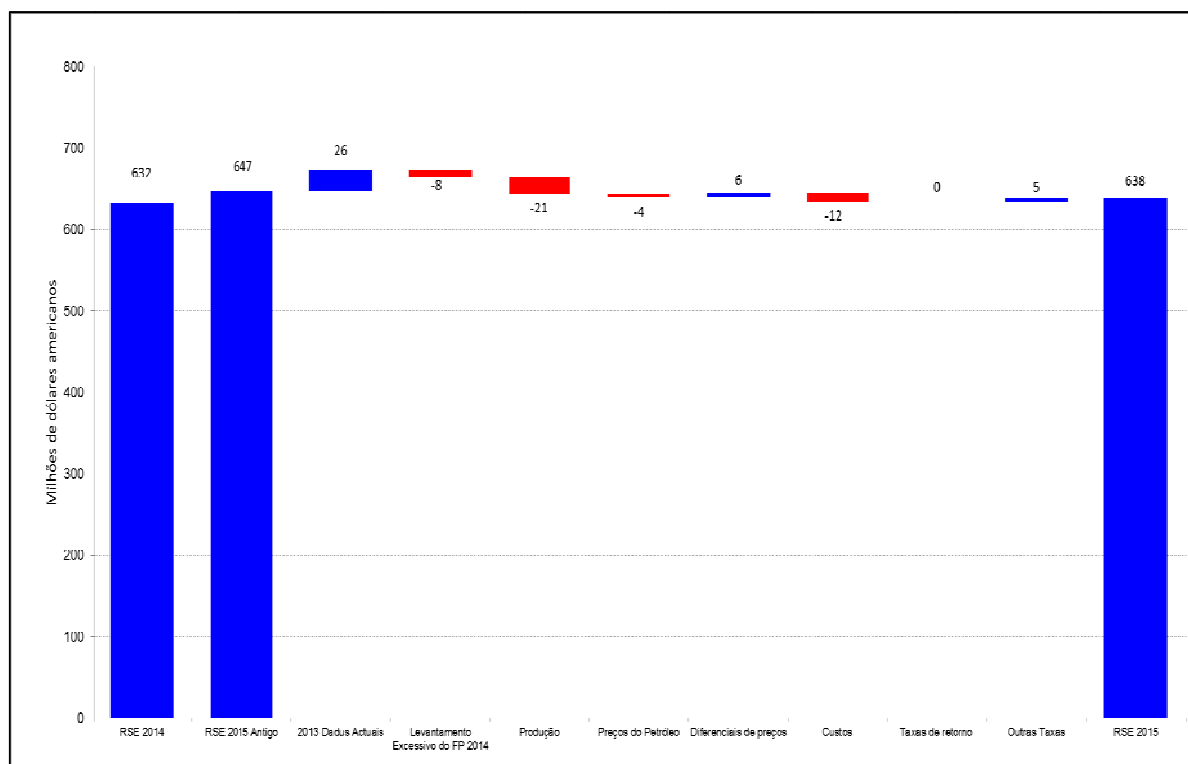
### ***Taxa de Desconto***

Conforme estabelecido no Anexo 1 da Lei do FP, a taxa de desconto utilizada no cálculo do Valor Actual Líquido (VAL) das receitas petrolíferas futuras deve ser igual à taxa de retorno prevista para a carteira do FP. O retorno nominal a longo prazo previsto para a carteira permanece inalterado em relação à estimativa do ano anterior, nos 5,7% nominais, havendo agora uma maior alocação em acções.

### ***Outras Taxas***

Outros impostos incluem impostos sobre vencimentos, cobrança de impostos a partir de sub-adjudicatários e perfurações de exploração. Estes impostos são previstos para o Orçamento para 2015 com base numa análise de cobranças recentes e levando em conta os compromissos a nível de trabalhos de exploração aconselhados pela Autoridade Nacional do Petróleo (ANP). A alteração na previsão de outros impostos aumenta o RSE de 2013 em 5 milhões de dólares.

**Figura 2.6.3.2.2: Alterações no RSE entre o Orçamento do Estado para 2014 e o Orçamento do Estado para 2015 (milhões de dólares)**



Fonte: Unidade de Administração do FP

### **Análise de Sensibilidade**

O objectivo do Governo é preparar um RSE que seja no geral prudente, tal como é exigido pela Lei do FP. Embora os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis e nos pareceres de peritos, cada elemento está por inerência sujeito a uma incerteza considerável. A Figura 2.6.3.2.3 mostra como o RSE de 2015 muda quando se alteram individualmente os pressupostos principais.

A análise da sensibilidade começa com o RSE de 2015 no valor de 638,5 milhões de dólares e mostra quanto o RSE mudaria caso se usasse um pressuposto diferente para cada variável principal. O RSE está a ser cada vez menos afectado directamente pelo sector petrolífero, uma vez que a riqueza petrolífera está a ser transferida do subsolo marítimo para o FP. Esta realocação da riqueza é muito célere. Em 2007, 95% da riqueza petrolífera estavam no subsolo. Em 2014, restam no subsolo menos de 30% da riqueza petrolífera, com os restantes 70% a estarem no fundo. Com base neste relatório, a totalidade da riqueza petrolífera terá sido transferida para o fundo até 2022. A realocação da riqueza petrolífera para uma carteira de aplicações financeiras bem diversificadas e a restrição dos levantamentos a partir do fundo de acordo com o RSE são mecanismos importantes para que a economia de Timor-Leste seja menos vulnerável a alterações no preço do petróleo.

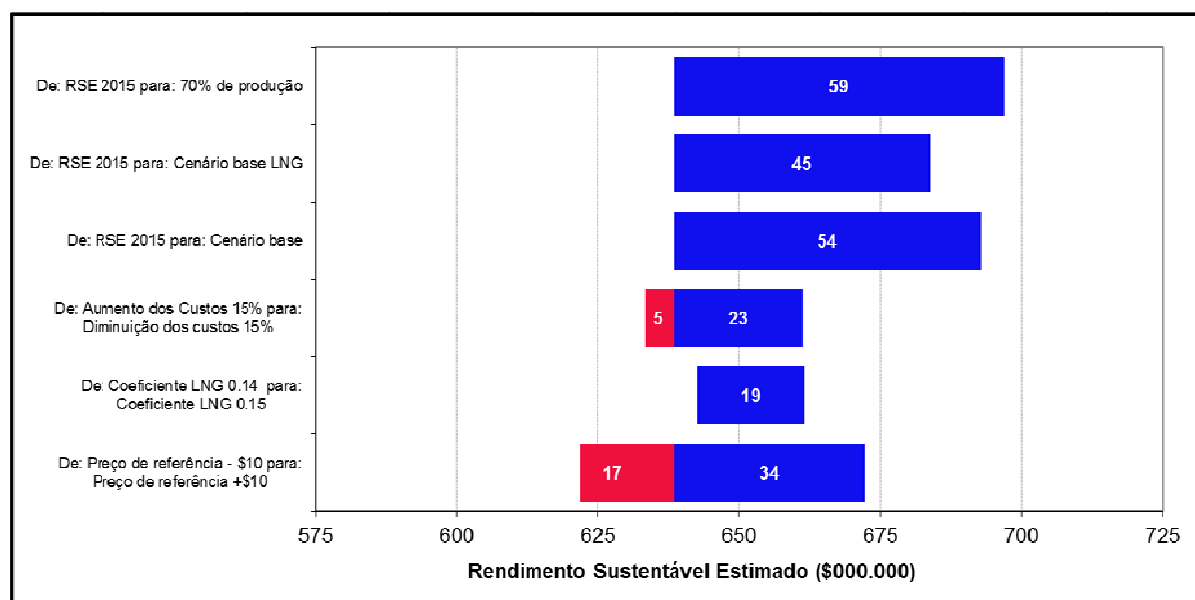
Tal como se pode ver na Figura 2.6.3.2.3, a utilização do Cenário Base de GNL ou do Cenário Base de Líquidos mudaria o RSE em aproximadamente 37 a 46 milhões de dólares, respectivamente.

Cada 15% de alteração nos custos de produção terão um impacto no RSE de 13 a 14 milhões.

A alteração no coeficiente da curva do GNL entre 0,14 e 0,15 terá um impacto modesto no RSE, entre 4 e 11 milhões de dólares, respectivamente.

Além disso, por cada 10 dólares de alteração no preço Brent (comparativamente com a estimativa utilizada no RSE, que é a média dos Cenários Baixo e de Referência), o RSE terá uma alteração de aproximadamente 25 milhões de dólares. Caso utilizassem os preços Brent do Cenário Baixo, o RSE teria uma alteração de 25 milhões.

**Figura 2.6.3.2.3: Análise da Sensibilidade – RSE (milhões de dólares)**

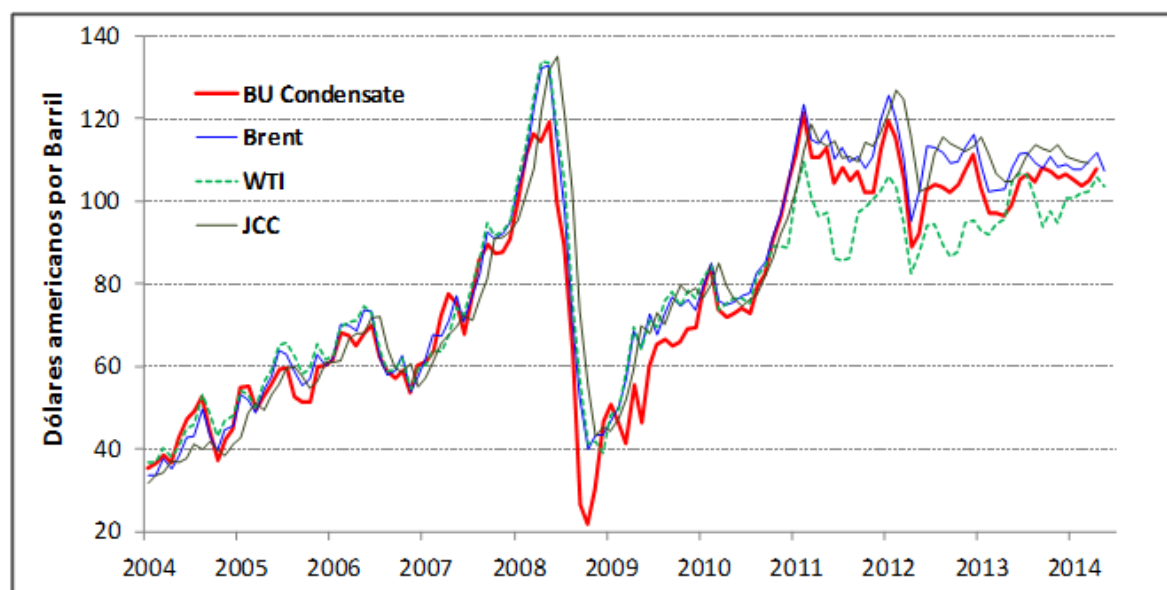


Fonte: Unidade de Administração do FP

### Análise da metodologia

O Anexo 1 da Lei do FP requer que o RSE seja estimado utilizando pressupostos prudentes que reflectam a melhor prática internacional e que assentem em padrões internacionais reconhecidos. O MF realizou uma análise abrangente à metodologia para o RSE preparado para o Orçamento para 2011, com assistência técnica do FMI. Este ano não há alteração à metodologia de previsão. A alteração no índice de referência do preço do petróleo ocorrida no ano transacto, da WTI para o Brent, veio mostrar que o Brent acompanha melhor os produtos do Bayu-Undan em anos recentes (ver figura 2.6.3.2.4).

**Figura 2.6.3.2.4: Preços do Condensado do BU contra Preços Mundiais do Petróleo (USD)**



Fonte: Unidade de Administração do FP

### **Estimativa da Produção**

O RSE foi originalmente estimado com base nas estimativas do P90 (estimativa baixa) em relação aos preços do petróleo e à produção petrolífera, consistentes com uma probabilidade de 90% de os valores concretos ultrapassarem as estimativas. Em 2011, a metodologia para previsão dos preços do petróleo foi alterada, passando-se a usar a média das estimativas baixa e base (P50), já que a estimativa baixa era considerada demasiado conservadora para ser consistente com uma boa gestão (prudente). A metodologia para estimar a produção petrolífera não sofreu alterações. O MF continuará a analisar a metodologia de estimativa da produção e falará disso no relatório do próximo ano.

### **2.6.3.3 Gestão do FP**

#### **O Modelo do FP**

A Lei do FP visa contribuir para a boa gestão dos recursos petrolíferos de Timor-Leste, em benefício das gerações actuais e das gerações futuras. O FP é uma ferramenta que facilita uma política fiscal sólida que atribui uma consideração e um peso apropriados aos interesses a longo prazo dos cidadãos de Timor-Leste. O FP ajuda os decisores políticos a tomar decisões orçamentais bem-informadas, num cenário de rendimentos petrolíferos flutuantes que se encontram temporariamente num nível elevado. A decisão sobre quanto gastar e quanto poupar (para gastar mais tarde) é tomada no Orçamento do Estado, o qual mede todas as prioridades governamentais umas contra as outras.

O mecanismo do FP implica que as receitas petrolíferas são transferidas para o fundo na sua totalidade e investidas em aplicações financeiras no estrangeiro. A política de investimento do Fundo visa maximizar os retornos ajustados aos riscos. A única forma de sair dinheiro do fundo é através de transferências para o orçamento central, as quais requerem aprovação

por parte do Parlamento. O montante que pode ser transferido para o orçamento é orientado pelo RSE, que é definido como 3% da riqueza petrolífera. O objectivo implícito do investimento do Fundo é assim colocado nos 3% de retorno real como sendo a condição necessária para permitir sustentabilidade do lado da despesa em termos de manter o poder de compra da riqueza petrolífera quando a despesa está limitada ao RSE.

### **Governança do FP**

Com base nos “Princípios de Santiago<sup>15</sup>”, o modelo de governação do Fundo Petrolífero apresenta um elevado nível de transparência e de divulgação de informação. Isto ajuda a granjear apoio do público à boa gestão das receitas petrolíferas e a reduzir o risco de má governação. A transparência garante que é possível usar as informações para medir o desempenho das autoridades e precaver quaisquer usos indevidos de poderes. Um dos elementos fundamentais da estrutura de governação do Fundo é que não há uma só pessoa ou instituição responsável por tomar e implementar decisões de investimento, dado que cada parte é formalmente responsável para com outra pelo seu papel no processo decisório. Este nível de transparência serve para encorajar consenso e permitir responsabilização, o que significa que as autoridades e quem quer que lide com dinheiros públicos podem ser responsabilizados pelas suas acções.

O Governo, na qualidade de Executivo e através do MF, é responsável pela gestão global do FP em nome do povo de Timor-Leste. A Lei do FP responsabiliza o Governo perante o Parlamento através de vários requisitos de reporte. A gestão operacional é conduzida pelo Banco Central, que investe o capital do fundo segundo as directivas estabelecidas pelo MF e os mandatos desenvolvidos pelo Comité de Assessoria para o Investimento (CAI). O MF está obrigado a solicitar pareceres do CAI antes de tomar decisões a respeito de qualquer matéria relacionada com a estratégia de investimento ou com a gestão do FP.

### **Política de Investimento do FP**

O FP foi estabelecido em 2005 com uma estratégia de investimento simples que na sua maioria limitava os investimentos a títulos com classificação elevada, denominados em dólares americanos e emitidos ou garantidos por Governos. Isto era considerado necessário para evitar exposição a riscos e situações de volatilidade enquanto se ia criando capacidade. Foi também considerado importante dar tempo para conseguir o apoio do público e evitar turbulência em termos de perdas de mercado antes de a administração ter adquirido um certo grau de integridade, credibilidade e reputação de profissionalismo.

---

<sup>15</sup> “Fundos de Riqueza Soberana: Princípios e Práticas Geralmente Aceites” do Grupo de Trabalho Internacional, também conhecidos como Princípios de Santiago. Os Princípios identificam um quadro de princípios e práticas geralmente aceites que reflectem devidamente os acordos de governação e responsabilização, bem como a conduta de práticas de investimento por parte de Fundos de Riqueza Soberana (FRS), numa base prudente e sólida.

As emendas à Lei do FP em 2011, que se seguiram a um processo longo e rigoroso que envolveu todos os intervenientes, permitiram alocação até 50% em acções públicas, pelo menos 50% em rendimentos fixos e não mais de 5% em instrumentos alternativos. Houve duas razões para estas alterações:

**Diversificação;** este é o processo de expor a carteira a um número de diferentes classes de aplicações (por exemplo, títulos e acções) em vez de a concentrar numa só classe. A chave para o processo de diversificação é que as diferentes classes de aplicações por norma não se movem juntas. A combinação de aplicações com retornos que não estejam correlacionados de forma perfeita pode assim mitigar a volatilidade global.

**Possibilitação de despesas sustentáveis;** o Governo acredita que uma alocação de 40% em acções ao longo do tempo permitirá ao Fundo gerar com uma probabilidade razoável um retorno real de 3%. Esta será uma condição necessária para garantir a sustentabilidade da despesa pública, a qual é orientada pelo RSE, definido nos 3% da riqueza petrolífera. Ao mesmo tempo, o Governo nota que a maior alocação em classes de activos tradicionalmente mais voláteis de acções públicas envolverá menos flutuações a curto prazo nos retornos do investimento do fundo. Tendo um horizonte de investimento a longo prazo, o Governo está pronto a aceitar este risco acrescido a curto prazo em prol de um melhor desempenho a longo prazo do que os títulos.

Para tal, a primeira prioridade do Governo foi aumentar gradualmente a alocação em acções, passando dos 5% no final de 2011 para os 40% no final de 2014. Isto deverá permitir, entre outras coisas, anular quaisquer efeitos adversos que pudessem resultar de um mau *timing* de mercado. No final do 2.º trimestre de 2014 a alocação do fundo de 40% em acções foi concluída. O Governo reduziu também a concentração de títulos do Tesouro dos EUA, alocando 10% do fundo a títulos soberanos com notação de investimento de mercados desenvolvidos que não os EUA.

A evolução da alocação do investimento do FP envolve um processo sólido e responsável de introdução de novos mandatos de investimento e gestores externos. A Tabela 2.6.3.3.1 mostra a carteira e a estrutura de gestores do FP em Junho de 2014. O Governo está consciente de que aumentar o número de classes e subclasses de activos requer um quadro de monitorização mais sofisticado, de modo a garantir que cada gestor tem um desempenho satisfatório e de acordo com as suas orientações. Em termos gerais, o desenvolvimento gradual da estrutura e das capacidades de governação é um pré-requisito para o desenvolvimento com sucesso da estratégia de investimento.

**Tabela 2.6.3.3.1: Carteira e Estrutura de Gestores do FP**

Número	Gestores e Mandatos, em Junho de 2014	Peso	Valor de Mercado, milhões de USD	Retorno desde a criação
<b>Total da Carteira do FP</b>		<b>100,0%</b>	<b>16.634</b>	<b>4,6%</b>
<b>Carteira de juros fixos internacionais (Títulos)</b>		<b>60,2%</b>	<b>10.012</b>	<b>3,2%</b>
1	Banco Central de Timor-Leste – BCTL (Títulos do Tesouro dos EUA a 3 a 5 anos)	40,1%	6.663	0,88%
2	Banco de Compensações Internacionais – BIS (Títulos do Tesouro dos EUA a 5 a 10 anos)	10,1%	1.672	1,2%
3	Gestor Interino (Mercados Desenvolvidos de Tesouros Globais ex EUA, 30% Zona Euro e tecto de 10% por país)	10,1%	1.677	8,1%
<b>Carteira de acções internacionais</b>		<b>39,8%</b>	<b>6.622</b>	<b>13,5%</b>
4	Schroders Investment Management – Schroders (MSCI mundo)	5,3%	887	13,9%
5	State Street Global Advisors - SSgA (MSCI mundo)	17,9%	2.977	18,2%
6	BlackRock Investment Management (MSCI mundo)	16,6%	2.758	19,7%

Fonte: Relatório do BCTL – FP 2.º Trimestre de 2014

\* As datas em que os diferentes gestores começaram a trabalhar não são equivalentes, pelo que os retornos desde o início não são directamente comparáveis.

No ano de 2013, podemos ver que as acções globais tiveram um retorno de investimento de 27%, o melhor retorno anual desde a crise financeira global<sup>16</sup>. Já a carteira de rendimento fixo (títulos) teve o seu primeiro retorno anual negativo, com -1,4%. O fundo gerou um rendimento líquido de investimento de 6,6% em 2013, o equivalente a 864,9 milhões de dólares, o que representa quase o dobro do anterior retorno anual de 3,9%.

O desempenho dos mercados financeiros em 2013 vem comprovar a validade da estratégia de diversificação do Governo. A maior alocação em acções, que historicamente têm um bom desempenho quando os mercados de títulos estão em queda, providenciou uma almofada contra o desempenho negativo da carteira de títulos. Porém, não se deve esperar que estes resultados positivos se mantenham indefinidamente. A natureza volátil dos mercados financeiros implica que a seu tempo acabarão por surgir resultados negativos.

Tendo decidido que a primeira prioridade era aumentar a exposição a acções e a diversificação da carteira de títulos, o Governo está agora a explorar formas de continuar a diversificar a carteira de acções de modo a melhorar o seu perfil de retorno-risco, mediante a inclusão de outras abordagens a nível de acções públicas.

<sup>16</sup> O Relatório Anual do FP de 2013, publicado em [www.mof.gov.tl](http://www.mof.gov.tl), contém mais detalhes sobre o desempenho dos investimentos do FP.

## Desenvolvimento projectado do FP

O saldo do FP era de 16.634 milhões de dólares em Junho de 2014. Isto representa um aumento de 1.681 milhões desde o início do ano. Prevê-se que o saldo do fundo seja de 16.567,2 milhões até final de 2014, após deduzir o levantamento em 2014 adoptado pelo Parlamento.

Tal como se pode ver na tabela 2.6.3.3.2, está actualmente previsto que o valor total do fundo seja de 17.529,8 milhões de dólares até ao final de 2015 e de 19.070,8 milhões até ao final de 2019.

**Tabela 2.6.3.3.2: Poupanças Estimadas do FP entre 2011 e 2016 (\$m)**

	Conc, 2013	Estimat, 2014	Orçam, 2015	2016	2017	2018	2019
<b>Saldo Inicial do FP</b>	<b>11.775,3</b>	<b>14.952,1</b>	<b>16.567,2</b>	<b>17.529,8</b>	<b>17.995,6</b>	<b>18.368,1</b>	<b>18.729,8</b>
Receitas Petrolíferas (excl, juros do FP)	3.041,8	1.705,0	1.374,3	1.212,2	1.073,5	800,3	657,6
Juros do FP, Líquidos *	864,9	813,0	915,8	966,2	1.002,7	1.035,9	1.060,3
Total de Levantamentos	730,0	902,9	1.327,5	1.712,6	1.703,8	1.474,6	1.376,9
<b>Saldo Final do FP</b>	<b>14.952,1</b>	<b>16.567,2</b>	<b>17.529,8</b>	<b>17.995,6</b>	<b>18.368,1</b>	<b>18.729,8</b>	<b>19.070,8</b>

Fonte: Unidade de Administração do FP

\*Líquido de gestão e reavaliação de mercado

Tal como já foi aqui discutido, os dados actuais indicam que mais de 70% da riqueza petrolífera proveniente do Bayu-Undan e do Kitan se encontram actualmente na forma de aplicações financeiras (o FP). Isto significa que, de futuro, o nível de levantamentos a partir do fundo e os retornos dos seus investimentos serão os principais motores da dimensão do FP, e por conseguinte da riqueza petrolífera.

## 2.7: Financiamento

### 2.7.1: Definição de Financiamento

O total da despesa orçamentada é superior às receitas domésticas para 2015. Isto resulta num défice não-petrolífero (receitas domésticas menos despesas), o qual é financiado por levantamentos a partir do FP, empréstimos e uso de saldos de dinheiro. A Tabela 2.7.1.1 mostra o montante de cada item de financiamento. O montante total de financiamento é igual ao défice não-petrolífero. O Orçamento do Estado para 2015 mostra assim de forma clara que o total das despesas será financiado por receitas domésticas ou itens de financiamento.

Os itens de financiamento e as receitas domésticas têm impactos económicos distintos. As receitas domésticas resultam de impostos e pagamentos cobrados a empresas e indivíduos em Timor-Leste. Caso tudo o resto seja igual, quanto mais altas forem as receitas domésticas, menos dinheiro estas empresas e indivíduos terão para investir.



Consequentemente as despesas governamentais pagas pelas receitas domésticas não aumentam significativamente a procura global na economia, uma vez que o aumento na procura resultante das despesas é aproximadamente igual à diminuição na procura por parte das empresas e indivíduos que pagam impostos.

Em contraste, o financiamento de despesas através de levantamentos a partir do FP aumenta o nível global de procura na economia. O financiamento de despesas a partir de empréstimos contraídos junto de organizações internacionais também aumenta a procura no ano em que ocorre a despesa financiada por esse empréstimo. Haverá porém um impacto negativo na procura no futuro, quando o Governo começar a amortizar o empréstimo. Um aumento na procura pode causar também o aumento da inflação, caso não seja acompanhado por uma subida na capacidade da economia para produzir bens.

O Governo analisou o impacto do défice não-petrolífero sobre a procura, o crescimento económico e a inflação. Esta análise mostra que o défice não-petrolífero entre 2015 e 2019 é consistente com o crescimento económico forte e de qualidade elevada.

**Tabela 2.7.1.1: Financiamento (\$m)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total do Financiamento</b>	<b>1.399,6</b>	<b>1.907,0</b>	<b>1.839,2</b>	<b>1.634,5</b>	<b>1.426,9</b>
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	638,5	632,8	615,4	597,8	586,6
Levantamentos acima do RSE a partir do FP	689,0	1.079,7	1.088,3	878,8	790,2
Uso de Saldos de Dinheiro	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos	70,0	194,4	135,5	159,9	50,0

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica

## **2.7.2: RSE e Levantamentos Acima do RSE**

O RSE é equivalente a 3% da riqueza petrolífera, o que corresponde a 638,5 milhões de dólares em 2015. Podemos pensar no RSE como o montante que pode ser levantado do FP todos os anos, para sempre, sem

que o fundo alguma vez fique sem dinheiro. A Secção 2.6.3 do presente Livro do Orçamento do Estado descreve o RSE e a riqueza petrolífera de forma detalhada.

O Governo tenciona levantar um total de 1.327,5 milhões de dólares a partir do FP em 2015. Este montante excede o RSE em \$689,0 milhões (o levantamento acima do RSE). Os levantamentos acima do RSE a partir do FP reduzem a riqueza petrolífera e os RSEs futuros.

A Tabela 2.7.1.1 mostra claramente que o Governo está a implementar uma política de antecipação das despesas. Os levantamentos acima do RSE sobem em 2016 e 2017, porém descem em 2018 e 2019, à medida que a antecipação de despesas se aproxima do fim. A política do Governo a longo prazo (após 2019) é de garantir que os levantamentos não ultrapassem o RSE.

### 2.7.3: Empréstimos

O Governo contrai empréstimos para financiar projectos-chave. Só em sectores prioritários se considera a possibilidade de contrair empréstimos. É feita uma análise detalhada do projecto a financiar mediante empréstimo, sendo que o dito projecto só é aprovado caso os seus benefícios superem consideravelmente os custos. Todos os empréstimos contraídos até à data prendem-se com a construção de infra-estruturas, dado que essa é uma prioridade do Governo. Todos estes projectos apresentam também taxas elevadas de retorno económico.

O Governo tem a opção de financiar projectos a partir de empréstimos ou de levantamentos acima do RSE. Os empréstimos têm um custo financeiro, já que precisam ser amortizados com juros. Os levantamentos também têm um custo, uma vez que reduzem o saldo do FP e o retorno total dos investimentos. O Governo conduz uma análise financeira detalhada relativamente a todos os projectos, só se recorrendo a empréstimos caso se considere provável que o empréstimo em questão tenha um custo inferior ao do levantamento de montante semelhante a partir do FP. Esta análise financeira leva em conta o facto de que, se por um lado o empréstimo terá de ser amortizado, por outro os retornos futuros do FP são incertos.

Relativamente a todos os empréstimos, é importante fazer a distinção entre o valor do empréstimo e o montante a desembolsar num ano. O valor do empréstimo é o montante total do empréstimo. Quando o acordo de empréstimo é assinado, o credor (por exemplo, o BasD, o BM ou a JICA) compromete-se a emprestar este valor ao Governo. O desembolso do empréstimo é o montante desembolsado num determinado ano para pagar as despesas do projecto. O total dos desembolsos ao longo de todos os anos do projecto não pode ultrapassar o valor do empréstimo, podendo ficar ligeiramente abaixo do mesmo. O limite máximo de dívida autorizado no artigo 5º da Lei do Orçamento Geral do Estado diz respeito ao valor total de todos os empréstimos que o Governo pode assinar em 2015. O valor total dos empréstimos assinados é indicado na tabela 2.7.3.1; ao passo que a tabela 2.7.3.2 indica os desembolsos esperados a partir de empréstimos entre 2015 e 2019.

A caixa seguinte define os principais termos financeiros para projectos financiados por empréstimos. De seguida, descreve-se de forma breve cada projecto financiado.

## Principais Termos relacionados com Empréstimos

### **Valor do Empréstimo**

O montante total que o credor (por exemplo, o BAsD, o BM ou a JICA) aceita emprestar ao Governo.

### **Desembolso do Empréstimo**

O montante do empréstimo que é desembolsado num determinado ano para financiar as despesas do projecto.

### **Denominação do Empréstimo**

A moeda na qual o credor regista o valor devido pelo mutuário.

### **Direitos Especiais de Saque (DES)**

Uma moeda utilizada pelo FMI e por outras organizações internacionais. O seu valor baseia-se num cesto de moedas internacionais.

### **Período de Graça**

Período em que são acumulados juros mas em que não há lugar à amortização do montante principal.

### **Maturidade do Empréstimo**

A data até à qual o empréstimo tem de ser amortizado por inteiro.

### **Libor**

Por norma, refere-se à taxa de juros oferecida no mercado interbancário de Londres a seis meses. Esta é a taxa de juro a que os bancos emprestarão dinheiro a outros bancos.

## **Estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno, financiadas pelo BAsD**

Este projecto visa reabilitar as estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno. A estrada entre Díli e Liquiçá apresenta um dos maiores volumes de trânsito em Timor-Leste, fazendo parte da rota principal utilizada por camiões que transportam bens importados a partir de Timor Ocidental. A sua reabilitação deve reduzir os custos do transporte destes bens. A reabilitação da estrada entre Tibar e Gleno é importante para a agricultura, uma vez que esta rota é utilizada para transportar café cultivado em Ermera para centros de processamento e embalamento a caminho do porto. A reabilitação destas estradas é uma prioridade para o Governo e deverá gerar uma taxa elevada de retorno económico.

Esta reabilitação rodoviária está a ser financiada pelo Governo e pelo BAsD. O financiamento a partir do BAsD é composto por um empréstimo do FAsD no valor de 9,0 milhões de dólares e um empréstimo de ROC no valor de 31,0 milhões. O empréstimo do FAsD tem um período de graça de 8 anos e uma maturidade de 32 anos. A taxa de juro está fixa nos 1,0% ao ano durante o período de graça e nos 1,5% ao ano durante o resto do

período de maturidade. Este empréstimo é denominado em DES. O empréstimo de ROC tem um período de graça de 5 anos e uma maturidade de 25 anos. A taxa de juro cobrada é igual ao Libor +0,4% ao ano.

#### **Estrada entre Manatuto e Natarbora, financiada pelo BAsD**

Este projecto irá reabilitar a estrada entre Manatuto e Natarbora, que é uma prioridade para o Governo. É esperado que o projecto tenha uma boa taxa de retorno económico, sendo financiado pelo Governo e pelo BAsD.

O financiamento a partir do BAsD é composto por um empréstimo do FAsD no valor de 10,0 milhões de dólares e um empréstimo de ROC no valor de 40,0 milhões. O empréstimo do FAsD tem um período de graça de 5 anos e uma maturidade de 25 anos. A taxa de juro está fixa nos 2,0% e o empréstimo é denominado em DES. O empréstimo de ROC tem um período de graça de 5 anos, uma maturidade de 25 anos, uma taxa de juro variável igual ao Libor +0,5% ao ano e está denominado em dólares americanos.

#### **Estrada entre Aileu e Ainaro, financiada pelo BM**

A estrada entre Aileu e Ainaro está a ser reabilitada de forma substancial ao abrigo deste projecto. Esta estrada é uma rota importante para transportar produtos agrícolas para o mercado, estando previsto que a sua reabilitação reduza consideravelmente os custos com transportes. Forma também uma ligação rodoviária importante entre a costa norte, sobretudo Díli, e a área de desenvolvimento de Tasi Mane, incluindo a recém-concluída central eléctrica de Betano. É também esperado que a reabilitação desta estrada tenha uma taxa elevada de retorno económico.

Este projecto é financiado pelo Governo e pelo BM. O financiamento do BM virá na forma de 25,0 milhões de dólares da AID e de 15,0 milhões do BIRD. O empréstimo da AID tem um período de graça de 5 anos e uma maturidade de 25 anos, uma taxa de juro fixa de 2,0% ao ano e está denominado DES. O empréstimo do BID tem um período de graça de 8 anos, uma maturidade de 28 anos e está denominada em dólares. A taxa de juro deste empréstimo é fixa para cada desembolso aquando da realização desse desembolso com base na Libor à altura. Dado que, o valor da Libor pode mudar entre hoje e a data em que for recebido o desembolso final, não é possível indicar com exactidão a taxa fixa para o empréstimo. Todavia, a análise do Governo indica que será provável registar-se uma taxa de juro fixa média entre 3,4% e 4,0%.

#### **Estrada entre Díli, Manatuto e Baucau, financiada pela JICA**

Este projecto visa reabilitar a estrada entre Díli e Baucau. Há potencial considerável em termos de maior comércio e trânsito nesta estrada, que é a rota principal entre as duas maiores cidades de Timor-Leste. O projecto irá também contribuir de forma significativa para a melhoria do acesso ao leste do país, que tem potencial a nível de turismo e de

agricultura pastorícia. A reabilitação desta estrada é uma prioridade para o Governo e é esperado que os benefícios económicos totais superem consideravelmente os custos.

Este projecto é financiado pelo Governo e por um empréstimo da JICA. O empréstimo tem um período de graça de 10 anos e uma maturidade de 30 anos. O empréstimo é denominado em ienes japoneses, com uma taxa de juro fixa de 0,7% ao ano para construção civil e 0,01% ao ano para serviços de consultoria.

**Tabela 2.7.3.1: Informações sobre Acordos de Empréstimos Assinados**

Projecto	Credor	Valor Total do Projecto (m\$)	Contribuição contrapartida (m\$)	Assinatura	Fundo / Janela do Empréstimo	Montante do Empréstimo (m\$)	Moeda	Período de graça (anos)	Maturidade (anos)	Taxa de Juro	Outras Taxas	Taxa de Juro Fixa ou Variável
Estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tíbar e Gleno	BAsD	54	14	Maio 2012	FAsD	9	DES	8	32	1% durante o período de graça e 1,5% durante o restante da maturidade		Fixa
					ROC	31	USD	5	25	Libor + 0,4%	Cc: 0,15%	Variável
Estrada entre Manatuto e Natarbora	BAsD	123	73	Nov. 2012	FAsD	10	DES	5	25	2%		Fixa
					ROC	40	USD	5	25	Libor + 0,5%		Variável
Estrada entre Aileu e Ainaro	BM	92	52	Nov. 2013	AID	25	DES	5	25	2%	Cc: 0,5% (actualmente dispensada)	Fixa
					BIRD	15	USD	8	28	3,4% a 4% (provavelmente)	Taxa antecipada: 0,25%	Fixa aquando do desembolso
Estrada entre Díli, Manatuto e Baucau	JICA	146	77	Março 2012	N/D	69	JPY	10	30	0,7% para construção civil e 0,01% para serviços de consultoria	Cc: 0,1% ao ano e 2% ao ano sobre montantes em dívida acima do principal normal, juros e outros pagamentos	Fixa
<b>TOTAL</b>		<b>415</b>	<b>216</b>			<b>199</b>						

Fontes: Unidade de Gestão de Dívida

Os empréstimos assinados pelo Governo acarretam dois riscos principais. O primeiro risco, que se aplica somente a empréstimos do BIRD sob o BM e dos ROC sob o BASD, é que a Libor aumente. Isto resultaria na subida da taxa de juro do empréstimo e do montante total que o Governo terá de amortizar. O segundo risco, que se aplica apenas a empréstimos denominados numa moeda estrangeira, é que o dólar americano se desvalorize contra essa moeda estrangeira. Isto resultaria no aumento das amortizações em dólares americanos. Para empréstimos denominados em DES, este risco é limitado, uma vez que os DES são compostos por um cesto de moedas, incluindo o dólar americano. Actualmente o dólar americano contribui com 42,0% do cesto dos DES. Diga-se também que entre 2004 e 2012 houve apenas uma diferença de 7,5% entre os DES mais baixos e mais altos relativamente à taxa de câmbio do dólar americano. Na prática, isto significa que é pouco provável que o dólar americano se vá desvalorizar significativamente contra os DES no futuro.

A Tabela 2.7.3.2 delinea e discute os riscos financeiros associados com cada empréstimo. Estes riscos foram analisados antes da assinatura dos empréstimos, sendo que o Governo considera que mesmo com estes riscos o financiamento oferecido por estes empréstimos é menos dispendioso do que o levantamento de dinheiro a partir do FP. Além disso, todos os empréstimos têm uma taxa de juro muito inferior à que o Governo poderia obter caso contraísse empréstimos junto do sector privado.

**Tabela 2.7.3.2: Riscos Financeiros dos Empréstimos**

<b>Empréstimo</b>	<b>Risco</b>	<b>Comentários</b>
Estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno (BAsD – FAsD) Estrada entre Manatuto e Natarbora (BAsD – FAsD)	O dólar americano pode desvalorizar contra os DES. Isto aumentaria o total das amortizações em dólares americanos.	Este risco limitado é superado pelas baixas taxas de juro dos empréstimos e pelos períodos de graça consideráveis.
Estrada entre Díli, Manatuto e Baucau (JICA)	O dólar americano pode desvalorizar contra o iene japonês. Isto aumentaria o total das amortizações em dólares americanos.	Este risco é superado pela taxa de juro muito baixa e pelo período de graça de 10 anos.
Estradas entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno (BAsD – ROC) Estrada entre Manatuto e Natarbora (BAsD – ROC)	A taxa Libor pode aumentar. Isto aumentar consideravelmente as amortizações.	Este risco é superado pelo período de graça e pelo spread baixo da Libor.
Estrada entre Solamro e Ainaro (BM – BIRD)	A Libor pode aumentar antes da realização do desembolso final, provocando o aumento na taxa de juro fixa. Todavia é pouco provável que a Libor aumente até um ponto que pusesse em risco a previsão do Governo de que a taxa estará fixa entre os 3,4% e os 4,0%.	Este risco é superado pelo período de graça e pelo spread baixo da Libor.

Fonte: Unidade de Gestão de Dívida e Direcção Nacional do Crescimento Económico

O Governo está ainda a considerar outros dois empréstimos que podem ser assinados em 2014. O primeiro diz respeito a um projecto para financiar a construção de um esquema de drenagem que reduza as inundações sazonais em Díli. Prevê-se que este projecto tenha benefícios consideráveis a nível económico e social. O montante deste empréstimo deveria rondar os 50 milhões de dólares. O empréstimo estará denominado em dólares americanos e terá uma taxa de juro fixa de 2,0%. É provável que o período de graça seja de 5 anos e que a maturidade seja de 15 a 20 anos.

O segundo empréstimo visa financiar o alargamento para quatro faixas e a reabilitação da estrada entre Tasitolu e Tibar. Este projecto é necessário, uma vez que o novo porto em Tibar irá aumentar consideravelmente o tráfego neste troço de estrada. O empréstimo virá do fundo de ROC do BAsD. O empréstimo será provavelmente de 12 milhões de dólares,



com uma taxa de juro variável igual à Libor mais 0,6%, uma maturidade de 25 anos e um período de graça de 5 anos. O empréstimo estará denominado em dólares americanos.

A abela 2.7.3.3 mostra os desembolsos esperados a partir de empréstimos entre 2015 e 2019.

**Tabela 2.7.3.3: Total dos Desembolsos de Empréstimos entre 2015 e 2019 (\$m)**

	Total	2015	2016	2017	2018	2019
Empréstimos	609,7	70,0	194,4	135,5	159,9	50,0

Fonte: Unidade de Gestão de Dívida

Em jeito de conclusão, o Governo assinou empréstimos para financiar parcialmente quatro projectos e está a considerar outros empréstimos para o futuro. Só são utilizados empréstimos para financiar projectos prioritários com taxas elevadas de retorno económico e social.

## 2.7.4: Uso do Saldo de Dinheiro

Prevê-se que as despesas concretas do FDCH em 2014 estejam abaixo do aprovado no orçamento. Isto significa que haverá um saldo de dinheiro considerável neste fundo para financiar despesas transportadas em 2015. A tabela seguinte mostra o montante do saldo de dinheiro no FCTL, FDCH e FI que irá financiar despesas em 2015.

**Tabela 2.7.4.1: Uso do Saldo de Dinheiro em 2015 (\$m)**

<b>Total</b>	<b>2,1</b>
Transporte do Fundo de Infra-estruturas, excluindo empréstimos, líquido de deduções	0,0
Transporte do FDCH	2,1
Levantamento de Saldos de Dinheiro a partir da Conta do Tesouro	0,0

Fonte: Tesouro, Secretariado do FDCH e Secretariado dos Grandes Projectos

Estima-se actualmente que o saldo de dinheiro do FCTL no final de 2014 seja relativamente reduzido, não chegando para 3 meses de despesas. O Governo considera que é necessário manter este saldo de dinheiro para pagar despesas caso se verifique uma quebra inesperada nas receitas domésticas. É igualmente necessário manter um pequeno saldo de dinheiro para pagar despesas durante qualquer futuro regime de duodécimos. Assim sendo, o Governo não pretende utilizar o saldo de dinheiro do FCTL para financiar despesas no Orçamento do Estado para 2015.

## 2.7.5: Parcerias Público-Privadas

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) são um relacionamento económico entre uma autoridade do sector público e uma empresa do sector privado, através da qual a empresa do sector privado fornece um bem ou serviço de interesse público e partilha os respectivos riscos financeiros, técnicos e operacionais. A justificação subjacente às PPPs em Timor-Leste

deriva do facto de este tipo de acordos empresariais ter potencial para permitir ao Governo beneficiar dos conhecimentos especializados e do financiamento do sector privado, melhorando assim a qualidade e a eficiência e reduzindo os riscos suportados pelo Governo. Contudo, no caso de Timor-Leste, estes projectos só são realizados caso estejam alinhados com os objectivos de desenvolvimento do Governo e caso tenham taxas elevadas de retorno económico e social.

Tendo concluído um quadro político e jurídico de PPPs, Timor-Leste aprovou já uma PPP, nomeadamente em relação ao Porto de Tibar, e está a desenvolver estudos de viabilidade em relação a vários outros projectos. Os projectos no ciclo de projectos para 2015 dizem respeito aos sectores dos transportes, energia, saúde, educação e água. Durante 2014, seis projectos potenciais nessas áreas estão no ciclo de projectos de PPPs.

O Porto da Baía de Tibar é uma infra-estrutura vital para o desenvolvimento do país, bem como uma prioridade nacional. O projecto do Porto da Baía de Tibar foi aprovado em Conselho de Ministros a 2 de Agosto de 2013. O procedimento de aprovisionamento teve início em 2013, tendo sido pré-qualificados quatro concorrentes. Prevê-se que o procedimento de aprovisionamento seja concluído e que o parceiro privado seja seleccionado durante o ano de 2014. O desenho detalhado de engenharia necessário será igualmente realizado e arrancará em 2015. O Porto de Tibar deverá cumprir os padrões internacionais em áreas como a da eficiência e a das operações de mercadorias.

Deste modo, existe um consenso geral em que o Porto da Baía de Tibar irá aliviar o congestionamento e dar resposta a algumas das limitações do actual Porto de Díli, cujo potencial de expansão é muito limitado e só consegue receber embarcações pequenas. Isto é considerado uma necessidade em face do aumento esperado na procura por importações, em resultado do crescimento económico previsto para Timor-Leste. Em termos de construção o projecto tem três componentes principais: preparação do local, instalação das instalações portuárias e manutenção das mesmas, tanto durante como após a sua implementação.

É esperado que o Porto da Baía de Tibar seja financiado em parte através do FI e em parte através de empréstimos em condições favoráveis provenientes do BM, do BASD e/ou de outros parceiros multilaterais.

O Sistema de Abastecimento de Água em Díli é outro projecto no ciclo de projectos de PPPs. O relatório final pré-viabilidade foi apresentado em Conselho de Ministros e aprovado para seguir para o estudo de viabilidade. Dentro desta modalidade o Governo irá procurar reabilitar e desenvolver as infra-estruturas e atribuir a responsabilidade das operações e da manutenção ao sector privado, durante um período de 5 anos. Prevê-se que o estudo de viabilidade seja concluído em inícios de 2015 e que siga para aprovisionamento. O contracto relativo à PPP deverá ser adjudicado em finais de 2015.

No sector da energia, o Governo fez um investimento muito considerável nos últimos anos. Foram construídas duas centrais eléctricas em Hera e Betano, as quais estão actualmente a produzir electricidade. A rede de cabos de transmissão que leva electricidade a todas as partes do país está quase concluída. Todavia, o Governo enfrenta agora outro desafio, nomeadamente como gerir, operar e manter estas instalações, e como transmitir e distribuir a electricidade de forma adequada ao povo timorense.

O Governo, com apoio do BAsD, está a realizar uma avaliação inicial com vista a determinar se são possíveis parcerias com o sector privado. Caso sejam, a realização de algumas destas actividades poderá contar com os conhecimentos especializados do sector privado. Esta avaliação inicial deverá estar concluída em 2014. Caso sejam identificados projectos como sendo viáveis, os estudos de viabilidade serão desenvolvidos durante o ano de 2015.

O Governo está também a procurar possíveis parcerias com o sector privado no sector da saúde. A melhoria dos resultados a nível da saúde é essencial para a estabilidade, crescimento económico e redução da pobreza em Timor-Leste. As principais questões em termos de saúde prendem-se com as taxas elevadas de mortalidade materna e infantil, má nutrição, doenças transmissíveis e doenças crónicas. Dar resposta a estas questões é fundamental para permitir às crianças aprender e para aumentar a participação económica, em especial por parte das mulheres, o que por sua vez é essencial para aumentar os rendimentos das famílias e fomentar o crescimento económico.

A Constituição de Timor-Leste estabelece que os cuidados médicos são um direito fundamental de todos os cidadãos e requer que o governo promova um sistema de saúde nacional que seja universal, geral, gratuito e, dentro do possível, descentralizado e participativo.

O sistema de saúde foi reconstruído desde 1999, porém os serviços e os resultados a nível de saúde continuam a ser fracos. A prestação de serviços é condicionada pela capacidade reduzida – destacam-se aqui as insuficiências em termos de conhecimentos, qualificações e experiência – e pelas infra-estruturas pouco desenvolvidas. O Governo está ciente dos desafios que enfrenta e identificou já várias áreas onde acredita que as PPPs podem ser importantes na melhoria dos serviços de saúde.

Foi conduzida uma avaliação inicial com o apoio da CFI, uma das instituições do BM, tendo sido identificados alguns projectos possíveis. Irá ser escolhido um projecto-piloto inicial, após o que serão desenvolvidos estudos de viabilidade entre 2014 e 2015.

O Governo está igualmente a avaliar a viabilidade de alguns outros projectos possíveis de PPPs noutros sectores, tais como educação e edifícios públicos.

A unidade de PPPs foi estabelecida sob o MF, com o primeiro funcionário timorense inteiramente dedicado a esta unidade a ser recrutado em 2014, aumentando assim a capacidade da unidade. Contudo, existe ainda alguma desconfiança por parte de vários

elementos do Governo relativamente à modalidade de PPPs e aos benefícios que podem ser gerados pela implementação de projectos de infra-estruturas ao abrigo desta modalidade. A Unidade de PPPs participou como orador em dois eventos internacionais sobre PPPs em 2014 e espera participar ou organizar mais eventos em 2015, como estratégia para apresentar e discutir as vantagens e desvantagens desta modalidade para o desenvolvimento de infra-estruturas vitais.

Durante o ano de 2014, foi igualmente desenvolvido um programa de formação (tanto em Timor-Leste como através da internet) relativamente à unidade de PPPs, visando melhorar a capacidade da unidade para ser capaz de lidar com projectos complexos de PPPs. Pretende-se organizar mais acções de formação como esta durante o ano de 2015.

## Parte 3: Texto Lei Orçamento Geral do Estado



### **TEXTO APROVADO EM REDAÇÃO FINAL**

#### **Orçamento Geral do Estado para 2015**

O Orçamento Geral do Estado para 2015 engloba todas as receitas e despesas do Estado para o ano financeiro de 2015.

O Anexo I à Lei do Orçamento Geral do Estado para 2015, doravante designado por OGE, estabelece o total estimado das receitas do Estado de Janeiro a Dezembro de 2015 provenientes de todas as fontes: petrolíferas e não petrolíferas (fiscais, não fiscais e provenientes de empréstimos).

O total estimado de receitas é de 2.530,5 milhões de dólares.

O Anexo II à presente lei estabelece todas as dotações orçamentais, sistematizadas da seguinte forma:

1. 179,002 milhões de dólares para Salários e Vencimentos;
2. 516,256 milhões de dólares para Bens e Serviços;
3. 406,800 milhões de dólares para Transferências Públicas;
4. 26,415 milhões de dólares para Capital Menor;
5. 441,526 milhões de dólares para Capital de Desenvolvimento.

Excluindo os serviços e fundos autónomos, os fundos especiais e os empréstimos, o total das dotações orçamentais é de 1.154,929 milhões de dólares.

O OGE inclui todas as receitas e despesas a partir dos serviços e fundos autónomos, nomeadamente a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL), a Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL - incluindo Berlim-Nakroma), o Instituto de Gestão de Equipamento (IGE) e o Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES). As receitas dessas entidades estão incluídas na rubrica relativa às receitas

próprias dos serviços e fundos autónomos no Anexo I, estando o orçamento de despesas inscrito no Anexo III.

O total das estimativas das despesas para os serviços e fundos autónomos em 2015 é de 6,7 milhões de dólares. O total da estimativa das despesas para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro é de 81,9 milhões de dólares, a serem financiados através de dotação do OGE.

O total da dotação orçamental para o Fundo das Infra-Estruturas é de 367 milhões de dólares, incluindo empréstimos, e de 297 milhões de dólares, excluindo empréstimos.

O total da dotação orçamental para o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano é de 41 milhões de dólares, dos quais o valor de 2,1 milhões de dólares corresponde ao saldo transitado do ano de 2014, nos termos da lei.

O total estimado das despesas do OGE é de 1.570,000 milhões de dólares.

O total máximo aprovado para financiamento com recurso ao endividamento público, em 2015, é de 70 milhões de dólares.

As receitas não petrolíferas estimadas, incluindo as dos serviços e fundos autónomos, são de 170.4 milhões de dólares.

Assim, o défice fiscal é de 1.399,6 milhões de dólares, o qual é financiado em 1.327,5 milhões de dólares, a partir do Fundo Petrolífero, dos quais 638,5 milhões de dólares correspondem ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE) e 689 milhões de dólares acima do RSE, em 70 milhões de dólares através do recurso ao crédito público e 2,1 milhões de dólares correspondentes ao saldo transitado do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano.

O Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 95.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

## **Capítulo I**

### **Definições e aprovação**

#### **Artigo 1.º**

#### **Definições**

Para os efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) "Categoria de Despesa" – O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes:

- i) "Salários e Vencimentos", o montante global que um Órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares e membros dos órgãos de soberania, funcionários e agentes da Administração Pública e trabalhadores contratados pelos órgãos e instituições do Estado;
  - ii) "Bens e Serviços", o montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;
  - iii) "Transferências Públicas", o montante global que um Órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;
  - iv) "Capital Menor", o montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;
  - v) "Capital de Desenvolvimento", o montante global que um Órgão pode gastar em projectos de Capital de Desenvolvimento;
- b) "Despesas Compensadas pelas Receitas", as despesas suportadas pelas receitas próprias cobradas pelos serviços e fundos autónomos, nos termos da lei, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que tenham dado entrada nas contas relevantes do Tesouro;
- c) "Dotação Orçamental", o montante máximo inscrito no OGE a favor de um Órgão com vista à realização de determinada despesa;
- d) "Órgão / Órgãos", o termo genérico adoptado no OGE para indicar o sector público administrativo sujeito à disciplina orçamental e que, segundo a classificação orgânica, se pode dividir em Gabinete do Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo (Gabinete do Primeiro-Ministro, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios e Secretarias de Estado), Tribunais e Procuradoria Geral da República, bem como outras instituições que constam do Anexo II;
- e) "Rúbricas de Despesa", as rúbricas de despesa desagregada dentro de cada Categoria de Despesa, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro.

## **Artigo 2.º**

### **Aprovação**

É aprovado o Orçamento Geral do Estado para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015, nomeadamente:

- a) O total das receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos serviços e fundos autónomos, dos fundos especiais e dos empréstimos, constantes do Anexo I à presente lei, dela fazendo parte integrante;

- b) O total das despesas por agrupamentos, incluindo as verbas a serem transferidas do Orçamento Geral do Estado para os serviços e fundos autónomos em 2015, constantes do Anexo II à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- c) O total das despesas dos serviços e fundos autónomos, incluindo as da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno e da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro, a serem financiadas a partir das suas receitas próprias e do Orçamento Geral do Estado, constantes do Anexo III à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- d) O total das despesas correspondentes à dotação do Fundo das Infra-Estruturas para 2015, incluindo saldos transitados e despesas financiadas através do recurso ao endividamento público, constantes do Anexo IV à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- e) O total das despesas correspondentes à dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano para 2015, incluindo saldos transitados, constantes do Anexo V à presente lei, dela fazendo parte integrante.

## **Capítulo II**

### **Receitas**

#### **Artigo 3.º**

##### **Impostos e taxas**

1. Durante o ano de 2015, o Governo está autorizado a cobrar os impostos e taxas constantes da legislação em vigor.
2. Não obstante o disposto no número anterior, em 2015 é suspensa a sujeição de armas e munições, para a PNTL e F-FDTL, a pagamento de imposto selectivo de consumo, nos termos do artigo 11.º e anexo II da Lei n.º 8/2008, de 30 de Junho, (Lei Tributária).

## **Capítulo III**

### **Autorização para transferência do Fundo Petrolífero**

#### **Artigo 4.º**

##### **Limite autorizado para financiamento do OGE**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro (Lei do Fundo



Petrolífero), o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2015 não excede 1.327,5 milhões de dólares, sendo a transferência de 638,5 milhões de dólares efectuada após o cumprimento do disposto no artigo 8.º e a transferência de 689 milhões efectuada após o cumprimento das alíneas a), b) e c) do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto.

## **Capítulo IV**

### **Constituição de dívida pública, parcerias público-privadas e garantia**

#### **Artigo 5.º**

##### **Montante máximo de endividamento autorizado**

1. Com o objectivo de fazer face às necessidades de financiamento relacionadas com a construção de infra-estruturas estratégicas para o desenvolvimento do País, fica o Governo autorizado, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, alterada pelas Leis n.ºs 9/2011, de 17 de Agosto, e 3/2013, de 7 de Agosto, sobre Orçamento e Gestão Financeira, e do artigo 3.º da Lei n.º 13/2011, 28 de Setembro, sobre o Regime da Dívida Pública, a recorrer ao endividamento externo concessional até ao montante máximo de 300 milhões de dólares, com um prazo máximo de 40 anos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em 2015 o financiamento proveniente de empréstimos não excede 70 milhões de dólares.

#### **Artigo 6.º**

##### **Montante máximo autorizado para acordos de parcerias público-privadas**

1. Em 2015, o Governo fica autorizado a assinar acordos de parcerias público-privadas até ao montante máximo de 500 milhões de dólares.
2. Para efeitos do número anterior e da administração e gestão das participações do Estado, é competente a entidade responsável para tal, nos termos da lei.

## **Capítulo V**

### **Execução orçamental**

#### **Artigo 7.º**

##### **Regras complementares de execução orçamental**

1. A execução orçamental pelos Órgãos deve obrigatoriamente ser feita com recurso ao Sistema Informático de Gestão Financeira, com exceção dos procedimentos relativos às questões de segurança nacional, à Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e à Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro.

2. Em 2015, a fiscalização da execução orçamental pelo Parlamento Nacional incide particularmente sobre todas as despesas recorrentes.
3. A contratação pública por ajuste direto apenas é permitida a cada Órgão até 10% do total das respectivas dotações orçamentais para 2015, sem prejuízo da observância das normas legais sobre a sua admissibilidade.
4. O disposto no número anterior não se aplica no âmbito do Orçamento das Dotações para Todo o Governo nem aos aprovisionamentos relativos a questões de segurança nacional, à Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e à Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro.
5. O Parlamento Nacional realiza um debate trimestral, sobre a execução orçamental de cada ministério, secretaria de Estado e serviço e fundo autónomo, com a presença dos respectivos membros do Governo e dirigentes máximos.
6. Quando o saldo da conta do Tesouro for inferior a 200 milhões de dólares, o Governo pode recorrer à transferência do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado, informando previamente o Parlamento Nacional.
7. Os pedidos de uso da reserva de contingência devem ser devidamente justificados nos termos do n.º 3 do artigo 7.º e do artigo 37.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, alterada pelas Leis n.ºs 9/2011, de 17 de Agosto, e 3/2013, de 11 de Setembro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, e devem conter a descrição detalhada das atividades a realizar.

#### **Artigo 8.º**

##### **Pagamento de impostos sobre importações**

O Tesouro fica autorizado a estabelecer e implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efectuadas pelos Órgãos ou em seu nome.

#### **Artigo 9.º**

##### **Dotações para todo o Governo**

De acordo com os critérios claros e precisos estabelecidos relativamente às despesas públicas, o Governo inscreve no orçamento das Dotações para Todo o Governo as seguintes dotações, cuja gestão fica a cargo do Ministério das Finanças:

- a) Fundo de Contrapartidas;
- b) Auditoria Externa;
- c) Reserva de Contingência;
- d) Quotas de Membro de Instituições Internacionais;
- e) Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania;

- f) Serviços dos Postos Integrados na Fronteira;
- g) Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social;
- h) Provisão para g7+;
- i) Serviço de Registo e Verificação Empresarial;
- j) Secretariado dos Grandes Projectos;
- k) Provisão para Serviços Legais;
- l) Conselho Especial para Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas;
- m) Presidência da CPLP;
- n) Contribuição Financeira;
- o) Provisão para Actividades de Pesquisa Estatística;
- p) Provisão para Diagnóstico dos Recursos Humanos;
- q) Reforma Fiscal e Macro-económica;
- r) Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste;
- s) Provisão de Fundos para Casa de Saber;
- t) Provisão para o Centro de Diálogo, Reconciliação e Paz;
- u) Provisão para a Oficina de Manutenção de Veículos do Governo.

## **Capítulo VI**

### **Serviços e fundos autónomos e fundos especiais**

#### **Artigo 10.º**

##### **Receitas e despesas próprias**

1. As previsões das receitas a serem cobradas pelos serviços e fundos autónomos constam do Anexo I.
2. As receitas resultantes das transferências a partir do OGE para os serviços e fundos autónomos e para os fundos especiais, bem como a previsão das respectivas despesas, constam do Anexo II.
3. Os orçamentos por categoria de despesa relativos aos serviços e fundos autónomos parcialmente financiados por receitas próprias, incluindo a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno e a Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro, constam do Anexo III.
4. Os Avisos de Autorização de Despesa a favor dos serviços e fundos autónomos, a partir das receitas próprias, só podem ser autorizados após recepção, por parte do Estado,

das respectivas receitas, sendo as referidas autorizações obrigatoriamente de valor igual ou inferior.

## **Capítulo VII**

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 11.º**

##### **Financiamento através de doadores independentes**

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afectações orçamentais na presente lei mediante parecer prévio obrigatório do ministro responsável pela área das Finanças.
2. A gestão do financiamento previsto no número anterior deve ser feita de acordo com as directivas emitidas pelo Ministério das Finanças e com os requisitos dos doadores.

#### **Artigo 12.º**

##### **Responsabilidade**

1. A assinatura de contratos sem cabimento orçamental gera responsabilidade política, financeira, civil e criminal, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, alterada pelas Leis n.ºs 9/2011, de 17 de Agosto, e 3/2013, de 7 de Agosto, sobre Orçamento e Gestão Financeira.
2. Para efeitos de efectivação da responsabilidade financeira prevista no número anterior, considera-se que o titular do cargo político procede, com tal conduta, a um pagamento indevido, sujeito a condenação em reposição da quantia correspondente, nos termos dos artigos 44.º e seguintes da Lei n.º 9/2011, de 17 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3/2013, de 7 de Agosto, que aprova a Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas.

#### **Artigo 13.º**

##### **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Aprovada em 18 de dezembro de 2014.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Vicente da Silva Guterres

**Promulgada em**

**Publique-se.**

**O Presidente da República,**

**Taur Matan Ruak**

## ANEXO I

### Estimativa de receitas a serem cobradas e financiamento das despesas do Orçamento Geral do Estado para 2015 (US \$ milhões)\*

**Tabela I - Estimativa de receitas**

<b>1</b>	<b>Receitas Totais</b>	<b>2,530.5</b>
<b>1.1</b>	<b>Receitas Petrolíferas</b>	<b>2,290.1</b>
1.1.1	Imposto sobre Lucros Petrolíferos	652.3
1.1.2	Impostos do Mar de Timor (incluindo Kitan)	129.1
1.1.3	Imposto sobre o Rendimento	243.3
1.1.4	Imposto sobre Lucros Adicionais	267.9
1.1.5	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	81.8
1.1.6	Juros do Fundo Petrolífero	915.8
<b>1.2</b>	<b>Receitas Não Petrolíferas</b>	<b>162.8</b>
1.2.1	Impostos Directos	45.7
1.2.2	Impostos Indirectos	79.7
1.2.3	Outras Receitas e Taxas	0.2
1.2.4	Taxas e Encargos	37.2
1.2.5	Juros da Conta do Tesouro	0.0
<b>1.3</b>	<b>Doações</b>	<b>-</b>
<b>1.4</b>	<b>Receitas Próprias dos Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>7.6</b>
<b>1.5</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>70.0</b>

\*Valores arredondados

**Tabela II – Financiamento das Despesas**

Receitas não petrolíferas incluindo receitas próprias dos serviços e fundos autónomos	170.4
Transferências do Fundo Petrolífero	1,327.5
Empréstimos	70.0
Saldo do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	2.1
<b>Total</b>	<b>1,570.0</b>

\*Valores arredondados

## ANEXO II

### Dotações Orçamentais para 2015 (US \$'000)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
<b>Total Despesas Incluindo Empréstimo</b>	<b>179,002</b>	<b>516,256</b>	<b>406,800</b>	<b>26,415</b>	<b>441,526</b>	<b>1,570,000</b>
<b>Total Despesas Orçamento Geral Estado</b>	<b>179,002</b>	<b>516,256</b>	<b>406,800</b>	<b>26,415</b>	<b>371,526</b>	<b>1,500,000</b>
<b>Excluindo Serviços e Fundos Autónomos, Fundos Especiais e Empréstimos</b>	<b>177,345</b>	<b>470,189</b>	<b>406,800</b>	<b>26,370</b>	<b>74,225</b>	<b>1,154,929</b>
<b>Incluindo Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>179,002</b>	<b>475,172</b>	<b>406,800</b>	<b>26,415</b>	<b>74,225</b>	<b>1,161,615</b>
<b>Total Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>1,658</b>	<b>4,984</b>	<b>-</b>	<b>45</b>	<b>-</b>	<b>6,686</b>
<b>Total Fundos Especiais</b>	<b>-</b>	<b>41,084</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>297,301</b>	<b>338,385</b>
<b>Fundos Especiais - Nova Dotação</b>	<b>-</b>	<b>38,984</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>297,301</b>	<b>336,285</b>
<b>Fundos Especiais - Saldo Transitado 2014</b>	<b>-</b>	<b>2,100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2,100</b>
<b>Total Empréstimo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>70,000</b>	<b>70,000</b>
<b>Empréstimo - Nova Dotação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>58,900</b>	<b>58,900</b>
<b>Empréstimo - Saldo Transitado 2014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11,100</b>	<b>11,100</b>
<b>Presidência da República</b>	<b>848</b>	<b>7,360</b>	<b>-</b>	<b>407</b>	<b>200</b>	<b>8,815</b>
Gabinete do Presidente da República	-	750	-	-	-	750
Casa Civil	812	5,024	-	278	200	6,314
Casa Militar	36	879	-	100	-	1,014
Secretariado Técnico Post CAVR	-	708	-	30	-	737
<b>Parlamento Nacional</b>	<b>4,490</b>	<b>8,509</b>	<b>930</b>	<b>1,275</b>	<b>146</b>	<b>15,350</b>
Parlamento Nacional	3,347	2,112	-	16	-	5,475
Gabinete do Presidente do Parlamento	73	572	-	-	-	645
Bancadas Parlamentares	-	-	930	-	-	930
Gabinete do Secretário-Geral do Parlamento	-	113	-	-	-	113
Comissão A	-	272	-	-	-	272
Comissão B	-	117	-	-	-	117
Comissão C	-	243	-	-	-	243
Comissão D	-	176	-	-	-	176
Comissão E	-	225	-	-	-	225
Comissão F	-	254	-	-	-	254
Comissão G	-	60	-	-	-	60

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Conselho de Fiscalização Sistema Nacional Inteligência de Timor-Leste (CFSNI-TL)	-	200	-	2	-	202
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	370	-	9	-	379
Grupo Mulheres Parlamentar de Timor Leste	-	125	-	-	-	125
Direcção de Administração	1,070	2,930	-	308	146	4,454
Direcção de Apoio Parlamentar	-	464	-	-	-	464
Direcção de Pesquisa e Informação Técnica	-	163	-	-	-	163
Divisão de Tecnologia de Informação Comunicação	-	113	-	940	-	1,053
<b>Primeiro-Ministro</b>	<b>842</b>	<b>12,304</b>	<b>34,474</b>	<b>5,842</b>	<b>34,844</b>	<b>88,306</b>
Gabinete do Primeiro-Ministro	84	-	-	-	-	84
Secretariado do Primeiro-Ministro	24	1,562	-	-	-	1,586
Gabinete da Inspeção-Geral (GIG)	293	695	-	44	-	1,032
Direcção-Geral	10	21	-	-	-	31
Direcção Nacional de Administração e Finanças	104	1,047	-	69	-	1,220
Direcção Nacional de Recursos Humanos	54	64	-	-	-	118
Assessoria da Sociedade Civil	23	306	14,474	-	-	14,803
Residência Oficial do Primeiro-Ministro	-	66	-	-	-	66
Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN)	-	2,430	20,000	4,586	34,844	61,860
Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA)	-	3,668	-	101	-	3,769
Serviço Nacional de Inteligência (SNI)	225	1,764	-	912	-	2,901
Agência de Planeamento Estratégico e de Investimento (APEI)	25	682	-	130	-	837
<b>Vice Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais</b>	<b>178</b>	<b>886</b>	<b>700</b>	<b>45</b>	<b>-</b>	<b>1,809</b>
Gabinete do Vice Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais	178	886	700	45	-	1,809
<b>Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros</b>	<b>341</b>	<b>4,421</b>	<b>81,930</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>86,710</b>
Gabinete do Ministro	77	708	-	-	-	785
Direcção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	153	1,398	-	-	-	1,551
Direcção Nacional dos Serviços de Tradução	59	226	-	-	-	285
Unidade de Apoio Jurídico	36	533	-	-	-	569
Comissão Ad Hoc Trilateral Timor-Leste, Australia & Indonésia	-	900	-	18	-	918
Centro de Formação e Técnica de Comunicação	6	218	-	-	-	224
Gabinete do Director-Geral	10	93	-	-	-	103
Autoridade Região Administrativa Especial de Oe-cusse (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM)	-	-	81,930	-	-	81,930
Gabinete Porta-Voz do Governo	-	345	-	-	-	345



	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
<b>Secretaria de Estado do Conselho de Ministros</b>	<b>151</b>	<b>900</b>	-	<b>2,596</b>	-	<b>3,647</b>
Gabinete do Secretário de Estado	65	652	-	146	-	863
Gráfica Nacional	86	248	-	2,450	-	2,784
<b>Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares</b>	<b>88</b>	<b>93</b>	-	-	-	<b>181</b>
Gabinete da Secretária de Estado	88	93	-	-	-	181
<b>Secretaria de Estado da Comunicação Social</b>	<b>247</b>	<b>874</b>	<b>500</b>	<b>350</b>	-	<b>1,971</b>
Gabinete do Secretário de Estado	78	342	160	-	-	579
Direcção de Disseminação de Informação	96	314	130	128	-	668
Centro de Rádio Comunitárias	61	177	210	206	-	654
Direcção Nacional Administração e Finanças	12	41	-	16	-	70
<b>Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional</b>	<b>114</b>	<b>931</b>	<b>500</b>	<b>42</b>	-	<b>1,587</b>
Gabinete do Secretário de Estado	114	931	500	42	-	1,587
<b>Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado</b>	<b>572</b>	<b>2,026</b>	<b>1,513</b>	<b>128</b>	-	<b>4,238</b>
Gabinete da Secretária de Estado	139	915	1,019	84	-	2,157
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	427	546	-	10	-	983
Agência Especializada de Investimento	6	565	494	34	-	1,098
<b>Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade</b>	<b>274</b>	<b>1,735</b>	<b>200</b>	<b>93</b>	-	<b>2,302</b>
Gabinete da Secretária de Estado	65	238	-	-	-	303
Direcção-Geral	51	137	-	-	-	188
Direcção Nacional da Administração, Logística e Finanças	52	967	-	93	-	1,112
Direcção Nacional de Política e Desenvolvimento do Género	92	376	200	-	-	668
Inspector e Auditor	14	17	-	-	-	31
<b>Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto</b>	<b>481</b>	<b>1,029</b>	<b>6,500</b>	<b>56</b>	<b>595</b>	<b>8,661</b>
Gabinete do Secretário de Estado	65	264	1,020	-	-	1,349
Direcção-Geral	10	17	-	-	-	27
Direcção Nacional de Administração e Finanças	174	620	-	56	595	1,445
Direcção Nacional da Juventude	43	10	703	-	-	756
Direcção Nacional da Educação Física e Desporto	47	22	3,717	-	-	3,786
Direcção Nacional da Política do Desenvolvimento	36	16	413	-	-	465
Direcção Nacional de Comunicação	48	49	305	-	-	402
Direcção Nacional de Arte	31	9	342	-	-	382
Gabinete de Inspecção e Auditoria Interna	27	22	-	-	-	49

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
<b>Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego</b>	<b>1,420</b>	<b>2,844</b>	<b>10,603</b>	<b>439</b>	<b>464</b>	<b>15,770</b>
Gabinete do Secretário de Estado	69	278	-	-	-	347
Inspecção-Geral do Trabalho	189	181	-	-	-	370
Direcção-Geral	120	51	-	-	-	171
Direcção Nacional de Administração e Finanças	247	1,111	-	-	-	1,358
Direcção Nacional do Aprovisionamento	21	32	-	54	464	571
Direcção Nacional da Condição do Trabalho	34	63	-	-	-	97
Direcção Nacional da Prevenção de Risco Profissional	28	56	-	-	-	84
Direcção Nacional da Colocação, Emprego e Protecção do Desemprego	28	35	-	-	-	63
Direcção Nacional da Segurança e Protecção Social	24	33	-	-	-	57
Direcção Nacional da Formação Profissional	114	71	-	-	-	185
Direcção Nacional de Emprego	101	589	10,593	385	-	11,668
Direcção Nacional das Relações de Trabalho	82	64	10	-	-	156
Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional de Trabalho	41	29	-	-	-	70
Gabinete de Assistência Jurídica	8	24	-	-	-	32
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão de Obra	19	66	-	-	-	85
Gabinete do Fundo de Emprego e Formação Profissional	10	21	-	-	-	31
Adido do Trabalho na Coreia do Sul	204	73	-	-	-	277
Centro de Formação SENAI	81	68	-	-	-	149
<b>Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação</b>	<b>13,438</b>	<b>14,975</b>	<b>-</b>	<b>376</b>	<b>-</b>	<b>28,789</b>
Gabinete do Ministro	41	807	-	-	-	848
Gabinete de Inspecção-Geral e Auditoria	-	200	-	-	-	200
Instituto Diplomático	-	76	-	-	-	76
National Authorizing Officer-NAO	-	77	-	-	-	77
Agência de Cooperação Internacional de Timor-Leste-ACITL	-	232	-	-	-	232
Gabinete do Vice-Ministro	33	226	-	1	-	260
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN	29	755	-	-	-	784
Direcção-Geral para os Assuntos ASEAN	-	135	-	-	-	135
Secretário-Geral	13,335	3,875	-	67	-	17,277
Desvalorização do Dólar	-	346	-	-	-	346
Celebração dos Dias Nacionais	-	120	-	-	-	120
Direcção-Geral Protocolo	-	60	-	-	-	60
Direcção-Geral para os Assuntos Bilaterais da Ásia e Pacífico	-	536	-	33	-	569

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção-Geral para os Assuntos Bilaterais da América, Europa e África	-	101	-	-	-	101
Direcção-Geral para os Assuntos Multilaterais	-	125	-	-	-	125
Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Timorenses	-	205	-	-	-	205
Missão Permanente em Nova Iorque	-	430	-	-	-	430
Embaixada – Lisboa	-	285	-	-	-	285
Embaixada – Jacarta	-	226	-	-	-	226
Consulado – Denpasar	-	135	-	-	-	135
Consulado – Kupang	-	36	-	-	-	36
Embaixada – Washington	-	460	-	-	-	460
Embaixada – Canberra	-	214	-	-	-	214
Consulado – Sydney	-	86	-	-	-	86
Consulado – Darwin	-	176	-	-	-	176
Embaixada - Kuala Lumpur	-	223	-	-	-	223
Embaixada – Bruxelas	-	328	-	1	-	329
Embaixada – Banguécoque	-	120	-	1	-	121
Embaixada – Tóquio	-	399	-	-	-	399
Embaixada – Pequim	-	229	-	-	-	229
Embaixada – Maputo	-	183	-	1	-	184
Embaixada – Havana	-	140	-	-	-	140
Embaixada – Manila	-	132	-	-	-	132
Embaixada – Genebra	-	291	-	1	-	292
Embaixada – Vaticano	-	213	-	-	-	213
Embaixada – Brasília	-	187	-	67	-	254
Embaixada – Seul	-	369	-	-	-	369
Embaixada - CPLP/Unesco	-	221	-	1	-	222
Embaixada - Pretória	-	176	-	65	-	241
Embaixada – Luanda	-	216	-	65	-	281
Embaixada - Singapura	-	403	-	-	-	403
Embaixada – Hanói	-	156	-	-	-	156
Agente Consulado Atambua	-	47	-	-	-	47
Embaixada - Londres	-	347	-	-	-	347
Consulado - Wellington	-	210	-	73	-	283
Embaixada - Vienciana	-	105	-	-	-	105

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Embaixada - Naypyidaw	-	113	-	-	-	113
Embaixada - Phnom Penh	-	106	-	-	-	106
Embaixada - Bandar Seri Begawan	-	137	-	-	-	137
<b>Ministério da Defesa e Segurança</b>	<b>26,597</b>	<b>40,389</b>	-	<b>4,046</b>	<b>1,316</b>	<b>72,348</b>
<b>Ministro da Defesa e Segurança</b>	<b>72</b>	<b>4,507</b>	-	-	-	<b>4,579</b>
Gabinete do Ministro	72	4,507	-	-	-	4,579
<b>Secretaria de Estado da Defesa</b>	<b>1,048</b>	<b>4,826</b>	-	<b>1,404</b>	<b>654</b>	<b>7,931</b>
Gabinete do Secretário de Estado	57	548	-	-	-	605
Direcção-Geral	14	49	-	-	-	63
Gabinete de Inspeção e Auditoria	27	52	-	-	-	79
Direcção Nacional de Administração e Finanças	32	565	-	-	-	596
Direcção Nacional de Planeamento e Intercâmbio Internacional	832	499	-	4	-	1,335
Direcção Nacional de Aprovisionamento	33	2,949	-	1,400	654	5,036
Direcção Nacional do Património	29	111	-	-	-	140
Direcção Nacional de Recursos Humanos	24	54	-	-	-	78
<b>FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste</b>	<b>7,903</b>	<b>11,830</b>	-	<b>160</b>	-	<b>19,893</b>
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	-	10,387	-	160	-	10,547
Quartel Geral das F-FDTL	7,903	1,443	-	-	-	9,346
<b>Secretaria de Estado de Segurança</b>	<b>4,037</b>	<b>5,026</b>	-	<b>1,406</b>	<b>522</b>	<b>10,991</b>
Gabinete do Secretário de Estado	65	57	-	-	-	122
Direcção-Geral	66	141	-	-	-	207
Gabinete de Inspeção e Auditoria	52	28	-	-	-	80
Direcção Nacional de Administração	130	684	-	1,000	122	1,936
Direcção Nacional de Finanças	58	20	-	-	-	78
Direcção Nacional de Protecção Civil	1,226	631	-	406	400	2,664
Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos	1,822	2,281	-	-	-	4,103
Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários	115	258	-	-	-	373
Direcção Nacional de Aprovisionamento	74	35	-	-	-	109
Serviços de Migração-Civil	429	890	-	-	-	1,319
<b>Polícia Nacional de Timor-Leste</b>	<b>13,393</b>	<b>13,396</b>	-	<b>1,034</b>	<b>140</b>	<b>27,963</b>
Direcção Nacional de Administração e Finanças	13,393	4,631	-	663	140	18,827
Unidade Especial da Polícia	-	2,275	-	-	-	2,275
Unidade de Patrulhamento das Fronteiras	-	1,286	-	122	-	1,408

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Unidade Marítima	-	1,034	-	1	-	1,035
Comando Nacional de Operações	-	1,101	-	157	-	1,258
Centro da Formação da Polícia	-	1,240	-	91	-	1,331
Região I	-	751	-	-	-	751
Região II	-	500	-	-	-	500
Região III	-	474	-	-	-	474
Região Oe-Cusse	-	104	-	-	-	104
<b>Intituto de Defesa Nacional</b>	<b>145</b>	<b>805</b>	-	<b>42</b>	-	<b>992</b>
Instituto de Defesa Nacional	145	805	-	42	-	992
<b>Ministério das Finanças</b>	<b>4,029</b>	<b>13,580</b>	-	-	-	<b>17,609</b>
Gabinetes da Ministra e da Vice-Ministra	155	-	-	-	-	155
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	1,444	13,580	-	-	-	15,024
Direcção-Geral de Finanças do Estado	374	-	-	-	-	374
Direcção-Geral do Tesouro	291	-	-	-	-	291
Direcção-Geral de Impostos	338	-	-	-	-	338
Direcção-Geral das Alfândegas	672	-	-	-	-	672
Direcção-Geral de Estatística	615	-	-	-	-	615
Unidades Orgânicas do Ministério	142	-	-	-	-	142
<b>Dotações para todo o Governo</b>	-	<b>67,135</b>	<b>23,341</b>	<b>1,148</b>	-	<b>91,624</b>
Fundo de Contrapartidas	-	5,500	-	-	-	5,500
Auditoria Externa	-	3,000	-	-	-	3,000
Reserva de Contingência	-	18,935	-	-	-	18,935
Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	3,655	-	-	-	3,655
Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania	-	-	5,991	-	-	5,991
Serviços de Postos Integrados na Fronteira	-	806	-	39	-	845
Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social	-	-	200	-	-	200
Provisão para g7+	-	-	2,500	-	-	2,500
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	-	1,102	-	81	-	1,183
Secretariado dos Grandes Projectos	-	1,855	-	40	-	1,895
Provisão para Serviços Legais	-	19,500	-	-	-	19,500
Conselho Especial para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas	-	500	-	-	-	500
Presidência da CPLP	-	3,500	-	-	-	3,500
Contribuição Financeira	-	-	4,000	-	-	4,000

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Provisão para Actividade de Pesquisa Estatística	-	4,488	-	509	-	4,997
Provisão para Diagnóstico dos Recursos Humanos	-	400	-	-	-	400
Reforma Fiscal e Macro-económica	-	3,200	-	-	-	3,200
Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste	-	-	10,000	-	-	10,000
Provisão de Fundos para a Casa de Saber	-	-	150	-	-	150
Provisão para o Centro de Diálogo, Reconsiliação e Paz	-	-	500	-	-	500
Provisão para a Oficina de Manutenção de Veículos do Governo	-	695	-	479	-	1,174
<b>Ministério da Justiça</b>	<b>4,284</b>	<b>19,810</b>	<b>450</b>	<b>426</b>	<b>1,350</b>	<b>26,320</b>
Gabinete do Ministro	78	52	-	-	-	130
Gabinete do Vice-Ministro	65	46	-	-	-	111
Gabinete do Secretário de Estado de Terras e Propriedades	63	39	-	-	-	102
Direcção-Geral	40	197	-	-	-	237
Gabinete de Inspeção e Auditoria	69	85	-	4	-	158
Direcção Nacional de Administração e Finanças	224	15,667	-	12	-	15,902
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	97	60	-	-	-	157
Direcção Nacional dos Direitos Humanos da Cidadania	92	92	-	47	-	231
Direcção Nacional dos Registos e do Notariado	525	1,477	-	7	150	2,159
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	734	957	-	132	700	2,523
Centro de Formação Jurídica	92	85	-	-	-	177
Defensoria Pública	673	214	-	175	500	1,562
Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	504	681	450	13	-	1,648
Comissão Nacional dos Direitos das Crianças	30	103	-	-	-	133
Polícia Científica de Investigação Criminal	998	55	-	37	-	1,089
<b>Ministério da Saúde Incluindo Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>26,471</b>	<b>27,760</b>	<b>9,972</b>	<b>1,254</b>	<b>-</b>	<b>65,457</b>
<b>Ministério da Saúde Excluindo Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>26,244</b>	<b>27,397</b>	<b>9,972</b>	<b>1,209</b>	<b>-</b>	<b>64,822</b>
Gabinete do Ministro	121	767	-	-	-	888
Gabinete da Vice-Ministra da Ética e Prestação de Serviços	64	139	-	-	-	203
Gabinete da Vice-Ministra para Gestão, Apoio e Recursos	64	147	-	-	-	211
Gabinete de Inspeção, Fiscalização e Auditoria	116	111	-	15	-	242
Direcção-Geral	128	257	-	15	-	400
Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos	1,515	1,787	4,250	15	-	7,567
Direcção Nacional Gestão Finanças e Aprovisionamento	253	935	50	132	-	1,370
Direcção Nacional de Saúde Pública	533	1,386	177	15	-	2,111

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional da Política Planeamento e Cooperação	162	143	995	15	-	1,315
Direcção Nacional de Serviços Hospitalares	279	11,047	4,300	15	-	15,641
Laboratório Nacional	276	265	-	15	-	556
Hospital Nacional Guido Valadares	3,716	2,992	-	360	-	7,068
Hospital Referência de Baucau	1,189	1,126	-	186	-	2,501
Hospital Referência de Maliana	744	739	-	186	-	1,669
Hospital Referência de Maubisse	632	634	-	15	-	1,281
Hospital Referência de Suai	627	640	-	15	-	1,282
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	1,000	264	-	15	-	1,279
Serviços Distritais de Saúde de Ainaro	904	270	-	15	-	1,189
Serviços Distritais de Saúde de Baucau	1,748	245	-	15	-	2,008
Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro	1,240	302	-	15	-	1,557
Serviços Distritais de Saúde de Covalima	1,121	227	-	15	-	1,363
Serviços Distritais de Saúde de Díli	2,415	581	-	15	-	3,011
Serviços Distritais de Saúde de Ermera	1,237	359	-	15	-	1,611
Serviços Distritais de Saúde de Lautém	1,168	349	-	15	-	1,532
Serviços Distritais de Saúde de Liquiçá	990	213	-	15	-	1,218
Serviços Distritais de Saúde de Manatuto	1,243	402	-	15	-	1,660
Serviços Distritais de Saúde de Manufahi	1,020	300	-	15	-	1,335
Instituto de Ciências da Saúde	250	297	-	15	-	562
Serviços Distritais de Saúde de Viqueque	1,424	386	-	15	-	1,825
Gabinete da Ética e Controlo de Qualidade	65	88	200	15	-	368
SAMES (Serviço e Fundo Autónomo)	227	363	-	45	-	635
<b>Ministério da Educação</b>	<b>56,629</b>	<b>40,828</b>	<b>6,300</b>	<b>85</b>	<b>-</b>	<b>103,842</b>
Gabinete do Ministro	75	81	-	-	-	156
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Básico	65	36	-	-	-	101
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Secundário	65	39	-	-	-	104
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Superior e Ciência	65	36	-	-	-	101
Instituto Nacional Ciências Tecnologia	27	27	-	-	-	54
Gabinete do Inspector-Geral	124	59	-	-	-	183
Gabinete da Media Educativa e Serviços Técnico Especial	30	27	-	-	-	57
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	64	52	-	-	-	116
Direcção-Geral do Ensino Superior	31	80	-	-	-	111

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Finanças e Logística	303	8,081	-	85	-	8,468
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	9,981	209	-	-	-	10,189
Direcção Nacional de Aprovisionamento	43	144	-	-	-	187
Direcção Nacional do Ensino Superior Universitário	612	561	1,750	-	-	2,923
Direcção Nacional do Ensino Superior Técnico	65	141	-	-	-	206
Direcção Nacional de Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias	39	71	-	-	-	110
Direcção Nacional de Acção Social Escolar	103	13,147	2,709	-	-	15,959
Direcção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar	78	6,939	-	-	-	7,017
Direcção Nacional de Educação Pré-Escolar	1,299	150	72	-	-	1,521
Direcção Nacional do Ensino Básico	33,441	3,117	521	-	-	37,079
Direcção Nacional do Ensino Secundário Geral	4,649	518	151	-	-	5,318
Direcção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional	1,192	962	1,097	-	-	3,251
Direcção Nacional do Ensino Recorrente	196	1,177	-	-	-	1,373
Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDOPE)	1,369	2,898	-	-	-	4,267
Serviços Distritais de Educação de Díli	401	44	-	-	-	445
Serviços Distritais de Educação de Baucau	189	56	-	-	-	245
Serviços Distritais de Educação de Aileu	171	52	-	-	-	223
Serviços Distritais de Educação de Ainaro	208	47	-	-	-	255
Serviços Distritais de Educação de Bobonaro	259	59	-	-	-	318
Serviços Distritais de Educação de Ermera	177	66	-	-	-	243
Serviços Distritais de Educação de Lautém	169	66	-	-	-	235
Serviços Distritais de Educação de Liquiçá	174	52	-	-	-	226
Serviços Distritais de Educação de Manatuto	146	54	-	-	-	200
Serviços Distritais de Educação de Manufahi	193	58	-	-	-	251
Serviços Distritais de Educação de Covalima	224	61	-	-	-	285
Serviços Distritais de Educação de Viqueque	170	63	-	-	-	233
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)	21	129	-	-	-	150
Direcção-Geral Pré-Escolar e Ensino Básico	26	27	-	-	-	53
Direcção-Geral Ensino Secundário	21	78	-	-	-	99
Direcção Nacional Biblioteca Escolar	34	45	-	-	-	79
Direcção Nacional Média Educativa e Centro de Impressão	65	441	-	-	-	506
Direcção Nacional do Currículo do Ensino Superior	66	523	-	-	-	589



	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Unidade de Infra-estruturas	-	360	-	-	-	360
<b>Ministério da Administração Estatal</b>	<b>6,139</b>	<b>11,333</b>	<b>24,888</b>	<b>921</b>	-	<b>43,281</b>
Gabinete do Ministro	77	88	-	-	-	165
Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização Administrativa	64	1,618	-	-	-	1,682
Direcção-Geral da Descentralização Administrativa	20	31	-	-	-	51
Direcção Nacional do Planeamento e Finanças Municipais	43	35	-	-	-	78
Gabinete do Secretário do Estado do Desenvolvimento Local	64	94	-	-	-	158
Gabinete do Inspector-Geral	61	50	-	-	-	111
Direcção-Geral	14	72	-	-	-	86
Direcção Nacional da Administração e Finanças	78	3,883	-	921	-	4,882
Direcção Nacional de Planeamento, Avaliação e Cooperação Externa	51	51	-	-	-	102
Unidade de Aprovisionamento	21	38	-	-	-	59
Direcção Nacional de Gestão e Recursos Humanos	50	40	-	-	-	90
Direcção Nacional de Protocolo e Comunicação Social (DNPCS)	47	51	-	-	-	98
Direcção Nacional de Logística e Informática	65	121	-	-	-	186
Arquivo Nacional	132	83	-	-	-	215
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	342	1,777	-	-	-	2,119
Direcção Nacional do Desenvolvimento Local	77	91	-	-	-	168
Secretariado Técnico do Programa Nacional Desenvolvimento de Sucos (STPNDS)	1,506	663	17,845	-	-	20,014
Direcção-Geral do Desenvolvimento	20	30	-	-	-	50
Direcção Nacional de Apoio a Administração de Sucos	52	100	-	-	-	152
Direcção Nacional da Administração Local	170	39	-	-	-	209
Administração do Distrito de Díli	777	1,186	991	-	-	2,954
Administração do Distrito de Baucau	143	112	904	-	-	1,159
Administração do Distrito de Aileu	342	99	451	-	-	892
Administração do Distrito de Ainaro	130	98	369	-	-	597
Administração do Distrito de Bobonaro	146	113	687	-	-	946
Administração do Distrito de Ermera	380	106	836	-	-	1,322
Administração do Distrito de Lautém	144	106	499	-	-	749
Administração do Distrito de Liquiçá	328	93	388	-	-	809
Administração do Distrito de Manatuto	147	111	379	-	-	637
Administração do Distrito do Manufahi	129	105	440	-	-	674
Administração do Distrito de Covalima	182	119	464	-	-	765

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Administração do Distrito de Viqueque	140	106	637	-	-	883
Comissão Instaladora dos Municípios	197	25	-	-	-	222
<b>Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente</b>	<b>2,317</b>	<b>14,524</b>	<b>4,800</b>	<b>308</b>	-	<b>21,950</b>
Gabinete do Ministro	77	289	-	-	-	365
Gabinete do Vice-Ministro	65	100	-	-	-	165
Gabinete Secretário Estado do Comércio	63	78	-	-	-	141
Gabinete Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas	63	78	-	-	-	141
Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	63	149	-	-	-	212
Gabinete de Auditoria Interna	41	47	-	-	-	88
Gabinete Jurídico	14	275	-	-	-	289
Direcção-Geral Administração e das Finanças	506	3,804	2,630	308.00	-	7,248
Direcção-Geral do Comércio	587	1,511	250	-	-	2,348
Direcção-Geral da Indústria e Cooperativas	312	1,483	1,600	-	-	3,395
Direcção-Geral do Ambiente	374	1,130	270	-	-	1,774
Inspecção Alimentar e Económico	93	302	50	-	-	445
Fundo Segurança Alimentar	60	5,280	-	-	-	5,340
<b>Ministério da Solidariedade Social</b>	<b>1,773</b>	<b>12,760</b>	<b>178,620</b>	<b>298</b>	<b>3,552</b>	<b>197,004</b>
Gabinete da Ministra	78	149	500	-	-	727
Gabinete do Vice-Ministro	66	117	-	-	-	183
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	64	223	-	-	-	287
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	63	63	-	-	-	126
Direcção Nacional de Regime Não Contributivo de Segurança Social	96	652	34,920	-	-	35,668
Direcção Nacional Regime Contributivo de Segurança Social	50	462	1,002	-	-	1,514
Inspecção e Auditoria Interna	40	104	-	-	-	144
Direcção-Geral	47	400	-	-	-	446
Centro Regional de Solidariedade Social de Díli	43	73	-	-	-	116
Centro Regional de Solidariedade Social de Baucau	106	141	-	-	-	247
Centro Regional de Solidariedade Social de Bobonaro	99	105	-	-	-	204
Centro Regional de Solidariedade Social de Ermera	76	76	-	-	-	152
Centro Regional de Solidariedade Social de Manatuto	44	51	-	-	-	95
Centro Regional de Solidariedade Social de Manufahi	69	83	-	-	-	151
Direcção Nacional de Administração e Finanças	156	808	-	298	780	2,042

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos	85	1,018	-	-	-	1,103
Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	137	4,873	129,447	-	2,772	137,229
Direcção Nacional da Assistência Social	165	1,142	860	-	-	2,166
Direcção Nacional de Reinserção Social	134	462	10,892	-	-	11,488
Direcção Nacional de Gestão de Desastres	136	1,112	1,000	-	-	2,248
Centro Nacional de Reabilitação	21	647	-	-	-	668
<b>Ministério das Obras Públicas Incluindo Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>5,375</b>	<b>125,514</b>	<b>1,330</b>	<b>3,475</b>	<b>21,107</b>	<b>156,801</b>
<b>Ministério das Obras Públicas Excluindo Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>4,486</b>	<b>123,846</b>	<b>1,330</b>	<b>3,475</b>	<b>21,107</b>	<b>154,244</b>
Gabinete do Ministro das Obras Públicas	77	793	-	-	-	870
Secretaria de Estado Obras Públicas	63	36	-	-	-	99
Gabinete do Secretário de Estado da Eletricidade	63	41	-	-	-	104
Gabinete do Secretário de Estado de Água, Saneamento e Urbanização	63	25	-	-	-	88
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	314	2,419	1,330	3,475	21,107	28,645
Direcção-Geral das Obras Públicas	1,155	525	-	-	-	1,680
Direcção-Geral da Eletricidade	1,771	117,937	-	-	-	119,708
Direcção-Geral de Água, Saneamento e Urbanização	980	2,070	-	-	-	3,050
Instituto Público Gestão Equipamento (Serviço e Fundo Autónomo)	889	1,668	-	-	-	2,557
<b>Ministério dos Transportes e Comunicações Incluindo Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>1,714</b>	<b>5,181</b>	<b>-</b>	<b>671</b>	<b>2,714</b>	<b>10,280</b>
<b>Ministério dos Transportes e Comunicações Excluindo Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>1,173</b>	<b>2,228</b>	<b>-</b>	<b>671</b>	<b>2,714</b>	<b>6,786</b>
Gabinete do Ministro	73	58	-	-	-	131
Gabinete do Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações	69	67	-	-	-	136
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	252	1,489	-	514	500	2,755
Direcção-Geral dos Transportes e Comunicações	716	588	-	157	2,214	3,675
Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL)	63	26	-	-	-	89
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste (Serviço e Fundo Autónomo)	374	551	-	-	-	925
Autoridade Portuária de Timor-Leste (Serviço e Fundo Autónomo)	167	2,402	-	-	-	2,569
<b>Ministério da Agricultura e Pescas</b>	<b>6,241</b>	<b>16,420</b>	<b>750</b>	<b>498</b>	<b>3,749</b>	<b>27,658</b>
Gabinete do Ministro	78	70	-	-	-	148
Gabinete do Vice-Ministro	65	65	-	-	-	130

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Conservação da Natureza	63	60	-	-	-	123
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	63	60	-	-	-	123
Direcção-Geral das Florestas e Pescas	29	25	-	-	-	54
Direcção Nacional da Conservação da Natureza	-	201	-	-	-	201
Direcção Nacional de Gestão Recursos Aquáticos e Inspeção das Pescas	153	116	-	-	-	269
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	63	60	-	-	-	123
Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária	29	25	-	-	-	54
Direcção Nacional de Veterinária	-	402	-	48	-	450
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	29	25	-	-	-	54
Direcção Nacional de Recursos Humanos	97	154	-	-	-	251
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística	154	505	-	-	-	659
Direcção Nacional de Agro-Comércio	73	118	-	-	-	191
Direcção Nacional da Administração e Finanças	306	568	-	127	-	1,001
Inspeção e Auditoria	33	25	-	-	-	58
Gabinete Jurídico	21	10	-	-	-	31
Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais	210	381	-	-	-	591
Direcção Nacional de Quarentena e Biosegurança	244	176	-	-	-	420
Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola	557	341	-	23	-	921
Direcção Nacional de Política e Planeamento	82	138	-	-	-	220
Direcção Nacional Agricultura e Horticultura	205	4,975	-	-	2,000	7,180
Direcção Nacional de Plantas, Indústria e do Café	126	440	-	-	-	566
Secretariado de Segurança e Soberania Alimentar, Nutricional e Cooperação	50	1,042	-	-	-	1,092
Direcção Nacional de Florestas e Gestão Bacias Hidrográficas	257	254	-	-	-	511
Direcção Nacional de Irrigação e Gestão Utilização de Água	121	568	-	-	1,749	2,438
Direcção Nacional das Pescas e Aquicultura	253	586	-	300	-	1,139
Direcção Nacional de Pecuária	299	1,131	-	-	-	1,430
Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola	139	2,816	750	-	-	3,705
Serviços de Agricultura do Distrito Aileu	109	61	-	-	-	170
Serviços de Agricultura do Distrito Ainaro	153	77	-	-	-	230
Serviços de Agricultura do Distrito Baucau	272	100	-	-	-	372
Serviços de Agricultura do Distrito Bobonaro	308	121	-	-	-	429
Serviços de Agricultura do Distrito Covalima	258	107	-	-	-	365
Serviços de Agricultura do Distrito Ermera	165	68	-	-	-	233

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços de Agricultura do Distrito Liquiçá	163	77	-	-	-	240
Serviços de Agricultura do Distrito Lautém	260	105	-	-	-	365
Serviços de Agricultura do Distrito Manatuto	165	99	-	-	-	264
Serviços de Agricultura do Distrito Manufahi	252	105	-	-	-	357
Serviços de Agricultura do Distrito Viqueque	281	113	-	-	-	394
Direcção dos Serviços de Agricultura do Distrito de Díli	56	50	-	-	-	106
<b>Ministério do Turismo</b>	<b>857</b>	<b>5,930</b>	<b>1,000</b>	<b>109</b>	<b>768</b>	<b>8,664</b>
Gabinete do Ministro	75	317	-	-	-	392
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	34	30	-	-	-	64
Gabinete do Secretário de Estado da Arte e Cultura	63	93	-	-	-	156
Direcção-Geral do Turismo	55	86	-	-	-	141
Direcção Regional de Turismo I (Distritos Díli)	-	30	-	-	-	30
Direcção Regional de Turismo II (Distritos de Baucau)	-	30	-	-	-	30
Direcção Regional de Turismo III (Distrito de Ainaro)	-	30	-	-	-	30
Direcção Regional de Turismo IV (Distrito de Ermera)	-	30	-	-	-	30
Direcção-Geral da Cultura	73	287	-	-	-	360
Inspeção-Geral de Jogos	66	65	-	-	-	131
Direcção Nacional dos Museus e Biblioteca	49	32	-	-	-	81
Direcção Nacional do Património Cultural	53	117	-	-	-	170
Direcção Nacional de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	40	46	-	-	-	86
Direcção Nacional de Marketing do Turismo	35	79	-	-	-	114
Direcção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico	29	97	-	-	768	894
Direcção Nacional de Empreendimentos, Actividades e Produtos Turísticos	39	837	-	-	-	876
Direcção Nacional dos Museus	48	35	-	-	-	83
Academia de Arte e Indústria Criativas Culturais	-	346	-	-	-	346
Gabinete do Direcção-Geral da Administração e Finanças	42	2,484	1,000	-	-	3,526
Direcção Nacional de Administração dos Recursos Humanos	31	73	-	-	-	104
Direcção Nacional de Gestão e Financeira	34	75	-	109	-	218
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística	47	582	-	-	-	629
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	44	29	-	-	-	73
Centro de Convenções de Dili-CCD	-	100	-	-	-	100
<b>Ministério do Petróleo e Recursos Minerais</b>	<b>251</b>	<b>2,146</b>	<b>11,500</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>13,906</b>
Gabinete do Ministro	62	585	-	-	-	647

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Administração e Finanças	136	879	11,500	9	-	12,524
Secretariado TL- EITI	4	465	-	-	-	469
Direcção Nacional de Minerais	49	217	-	-	-	266
<b>Tribunais</b>	<b>1,534</b>	<b>1,717</b>	<b>-</b>	<b>440</b>	<b>1,919</b>	<b>5,610</b>
Conselho Superior da Magistratura Judicial	31	7	-	-	-	38
Tribunal de Recurso	1,162	1,499	-	440	1,919	5,020
Tribunais Distritais	341	212	-	-	-	553
<b>Procuradoria-Geral da República</b>	<b>1,423</b>	<b>1,162</b>	<b>-</b>	<b>136</b>	<b>501</b>	<b>3,221</b>
Procuradoria-Geral da República	1,020	1,089	-	136	501	2,746
Procuradoria Distrital de Baucau	190	30	-	-	-	219
Procuradoria Distrital de Suai	135	26	-	-	-	161
Procuradoria Distrital de Oe-cusse	78	18	-	-	-	96
<b>Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça</b>	<b>520</b>	<b>781</b>	<b>-</b>	<b>110</b>	<b>-</b>	<b>1,411</b>
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	399	692	-	110	-	1,201
Direções Direitos Humanos e Boa Governança	121	89	-	-	-	210
<b>RTTL, EP</b>	<b>734</b>	<b>1,117</b>	<b>-</b>	<b>267</b>	<b>300</b>	<b>2,417</b>
Direcção de Informação	235	68	-	-	-	303
Direcção de Administração e Finanças	151	922	-	60	300	1,432
Direcção de Programação	149	70	-	96	-	314
Direcção de Apoio Técnico	200	56	-	111	-	367
<b>Comissão Nacional de Eleições</b>	<b>542</b>	<b>2,185</b>	<b>6,000</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>8,764</b>
Comissão Nacional de Eleições	542	2,185	6,000	37	-	8,764
<b>Comissão Anti-Corrupção</b>	<b>388</b>	<b>929</b>	<b>-</b>	<b>276</b>	<b>-</b>	<b>1,593</b>
Comissão Anti-Corrupção	388	929	-	276	-	1,593
<b>Comissão da Função Pública</b>	<b>1,003</b>	<b>2,148</b>	<b>-</b>	<b>60</b>	<b>-</b>	<b>3,211</b>
Comissão da Função Pública	684	2,064	-	60	-	2,808
Instituto Nacional de Administração Pública	319	84	-	-	-	403
<b>Universidade Nacional Timor Lorosa'e</b>	<b>6,697</b>	<b>2,940</b>	<b>-</b>	<b>174</b>	<b>700</b>	<b>10,511</b>
Universidade Nacional Timor Lorosa'e	6,697	2,940	-	174	700	10,511

### ANEXO III

#### Serviços e Fundos Autónomos parcialmente financiados por receitas próprias dentro do Orçamento Geral do Estado

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação do OGE
<b>ANATL</b>			
Salários e Vencimentos	374		
Bens e Serviços	551		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>925</b>	<b>2,077</b>	<b>(1,153)</b>
<b>APORTIL (Inc. Berlin Nakroma)</b>			
Salários e Vencimentos	167		
Bens e Serviços	2,402		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>2,569</b>	<b>5,392</b>	<b>(2,823)</b>
<b>IGE</b>			
Salários e Vencimentos	889		
Bens e Serviços	1,668		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>2,557</b>	<b>134</b>	<b>2,423</b>
<b>SAMES</b>			
Salários e Vencimentos	227		
Bens e Serviços	363		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	45		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>635</b>	<b>1</b>	<b>634</b>
<b>Total Fundos Autonomos e Serviços</b>	<b>6,686</b>	<b>7,604</b>	<b>(918)</b>

<b>Autoridade Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM)</b>			
	Despesas	Receitas Próprias	Dotação do OGE
<b>Total</b>	<b>81,930</b>	<b>-</b>	<b>81,930</b>

# ANEXO IV

## Dotações Orçamentais para 2015 do Fundo das Infraestruturas (US\$'000)

Nome do Programas/ Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2014	Salário e Vencimento	Bens e Serviços	Transferên- cias Públicas	Capi- tal Me- nor	Capital Desenvol- vimento (reforço em 2015)	Total das Despesas
<b>Total Incluindo</b>							
<b>Emprestimos</b>	<b>11,100</b>	-	-	-	-	<b>356,201</b>	<b>367,301</b>
<b>Total Excluindo</b>							
<b>Emprestimos</b>	-	-	-	-	-	<b>297,301</b>	<b>297,301</b>
<b>Total Empréstimos</b>	<b>11,100</b>	-	-	-	-	<b>58,900</b>	<b>70,000</b>
Programa de Agricultura e Pescas	-	-	-	-	-	7,236	<b>7,236</b>
Programa de Água e Saneamento	-	-	-	-	-	5,598	<b>5,598</b>
Programa Desenvolvimento Urbano e Rural	-	-	-	-	-	9,595	<b>9,595</b>
Programa de Edifícios Publicos	-	-	-	-	-	13,713	<b>13,713</b>
Programa de Sistema Financeiro e Suporte de Infraestruturas	-	-	-	-	-	19,135	<b>19,135</b>
Programa do Sector Juventude e Desporto	-	-	-	-	-	2,750	<b>2,750</b>
Programa do Sector Educação	-	-	-	-	-	7,962	<b>7,962</b>
Programa de Electricidade	-	-	-	-	-	57,128	<b>57,128</b>
Programa Informática	-	-	-	-	-	1,400	<b>1,400</b>
Objectivo Desenvolvimento Milénio	-	-	-	-	-	8,500	<b>8,500</b>
Programa do Sector Saúde	-	-	-	-	-	3,996	<b>3,996</b>
Programa de Defesa e Segurança	-	-	-	-	-	11,046	<b>11,046</b>
Sub Programa Segurança	-	-	-	-	-	7,389	<b>7,389</b>
Sub Programa Defesa	-	-	-	-	-	3,657	<b>3,657</b>
Programa de Solidariedade Social Programa	-	-	-	-	-	-	-



Desenvolvimento Tasi	-	-	-	-	-	35,081	<b>35,081</b>
Mane							
Programa de Estradas	-	-	-	-	-	54,800	<b>54,800</b>
Programa de Pontes	-	-	-	-	-	11,317	<b>11,317</b>
Programa de							
Aeroportos	-	-	-	-	-	19,000	<b>19,000</b>
Programa de Portos	-	-	-	-	-	7,855	<b>7,855</b>
Programa de							
Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Região Oe-Cusse							
Programa do Sector							
Turismo	-	-	-	-	-	1,000	<b>1,000</b>
Preparação de							
Desenhos e	-	-	-	-	-	8,189	<b>8,189</b>
Supervisão-Novos							
Projectos							
Programa de							
Transportes	-	-	-	-	-	12,000	<b>12,000</b>
<hr/>							
Programa de							
Empréstimos	11,100	-	-	-	-	58,900	<b>70,000</b>

## ANEXO V

### Dotações Orçamentais para 2015 do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (US\$'000)

Nome do Programas/ Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2014	Salário e Vencimento	Bens e Serviços (reforço em 2015)	Transferência Públicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
<b>Total</b>	<b>2,100</b>	<b>-</b>	<b>38,984</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41,084</b>
Formação Profissional	300	-	9,819	-	-	-	<b>10,119</b>
Formação Técnica	100	-	3,698	-	-	-	<b>3,798</b>
Bolsas de Estudo	1,600	-	14,340	-	-	-	<b>15,940</b>
Outros Tipos de							
Formação	100	-	2,143	-	-	-	<b>2,243</b>
Assistência Técnica para							
Setor Judicial	-	-	5,010	-	-	-	<b>5,010</b>
Assistência Técnica							
para Ensino Terciário	-	-	3,974	-	-	-	<b>3,974</b>

## Parte 4: Documentação de Apoio

### 4.1: Justificação para Transferências a partir do Fundo Petrolífero



PRIMEIRO  
MINISTRO

Gabinete do  
Primeiro-Ministro

N.º Ref. GPM/X/2014

Sua Excelência  
Presidente do Parlamento Nacional  
Senhor Dr. Vicente Guterres  
Dili

**Assunto: Justificação da transferência superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero**

Excelência,

Na sequência da submissão, para consideração e aprovação do Parlamento Nacional, da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2015, e dando cumprimento ao estipulado na Lei do Fundo Petrolífero no seu artigo 9.º, venho por este meio apresentar a Vossa Excelência a justificação pela qual se prevê uma transferência superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero.

O mandato que nos foi confiado pelo povo timorense para assegurar a governação do país tem sido encarado com elevado sentido de responsabilidade. O cumprimento do programa governativo sufragado constitui assim uma obrigação, pois foi com base nesse programa que merecemos o voto de confiança para implementarmos o Plano Estratégico de Desenvolvimento. Sair da pobreza e transformar Timor-Leste num país de rendimento médio alto, em que os índices de desenvolvimento humano se atingem de forma justa e inclusiva, são os objectivos últimos deste projecto.

A utilização das receitas do petróleo é condição essencial para garantirmos a continuidade deste processo de construção da Nação. Mas o recurso ao Fundo Petrolífero tem de constituir, sempre, um acto de responsabilidade e de transparência.

Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
201, Díli, Timor-Leste



PRIMEIRO  
MINISTRO

Gabinete do  
Primeiro-Ministro

Os fundos que advêm da exploração dos recursos naturais são património do Estado de Timor-Leste, isto é, de todos nós, e por isso têm e devem ser utilizados em seu prol. Esse tem sido, aliás, o nosso princípio. O estabelecimento do Fundo Petrolífero, e as regras que estão associadas à sua utilização, demonstram o unânime entendimento de que é necessário um uso prudente dos recursos para promover o crescimento económico sustentável do país e a redução da pobreza em todas as suas dimensões, através do Rendimento Sustentável Estimado, mas ao mesmo tempo prevê que possamos recorrer a levantamentos adicionais se estes permitirem responder ao superior interesse nacional a longo prazo.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o V Governo Constitucional tem proposto nos Orçamentos de Estado anteriores levantamentos acima dos 3% por considerar que estes são essenciais à execução das políticas e das reformas em curso. Refiro-me, em particular, ao dever do Estado de apoiar a população mais pobre, marginalizada e sem recursos para assegurar necessidades básicas, potenciando a sua saída desse círculo vicioso através do acesso à nutrição, à educação e à saúde, mas também à necessidade de se investir no crescimento e diversificação económica do país, criando infraestruturas importantes, formando recursos humanos qualificados e criando postos de trabalho, com vista a conferir progressiva sustentabilidade às políticas sociais.

Esta nossa linha de actuação mantém-se e por isso a proposta de Orçamento Geral do Estado para 2015 reflecte, no nosso entendimento, consistência, na medida em que damos continuidade aos investimentos prioritários, sejam de índole física, humana ou social, mas também prudência, dado que o caminho para a sustentabilidade fiscal exige a contracção das despesas correntes, razão pela qual se propõe apenas o aumento mínimo necessário.

Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
9101 Timor-Leste



Depois de uma rigorosa avaliação e monitorização das actividades propostas e realizadas em 2014, procedemos aos necessários ajustamentos com vista a conferir maior eficácia e eficiência aos projectos e programas para 2015.

O levantamento adicional previsto nesta proposta de Orçamento Geral do Estado é pois moderado e coerente com a política de antecipação de despesas prevista no Plano Estratégico de Desenvolvimento e que o Governo está a implementar. Esta medida implica levantamentos acima dos 3% do Fundo Petrolífero a curto médio prazo, com vista a financiar projectos de infraestruturas. A médio longo prazo, as infraestruturas criadas vão contribuir para o crescimento económico, que permitirá o aumento das receitas domésticas, o que associado a uma diminuição das despesas a médio prazo, vai permitir que os levantamentos acima do Rendimento Sustentável Estimado caiam para zero.

Assim, estima-se entre 2015 e 2017 um aumento dos levantamentos acima do Rendimento Sustentável Estimado, condição temporária mas essencial para assegurar grandes investimentos na continuação da construção de infraestruturas chave, e uma diminuição progressiva a partir de 2018.

Neste quadro, em que é o Estado a liderar e a potenciar o desenvolvimento económico sustentável do país, temos pois de assumir a responsabilidade sobre o que nos propomos fazer com os dinheiros públicos. Nessa conformidade, o nosso plano de curto prazo, isto é, os projectos e programas que o V Governo Constitucional pretende implementar em 2015, foi elaborado com base na Matriz do Plano Estratégico de Desenvolvimento, ferramenta desenhada para apoiar a implementação das políticas e que nos permite monitorizar, avaliar e responsabilizar pelos resultados.





A Matriz está organizada de acordo com os sectores estratégicos que correspondem aos quatro pilares do Plano Estratégico de Desenvolvimento:

- Sector Estratégico Social / Capital Social
- Sector Estratégico Infraestruturas / Desenvolvimento Infraestruturas
- Sector Estratégico Económico / Desenvolvimento Económico
- Sector Estratégico Governação / Quadro Institucional

Excelência,

O levantamento adicional acima do Rendimento Sustentável Estimado vai ser canalizado fundamentalmente para continuarmos a implementar o plano de infraestruturas, investimento nuclear para o sucesso das políticas em curso. Gostaria de salientar que o orçamento e o programa político para 2015 são uma etapa não isolada deste processo, antes representam a continuidade das actividades que temos vindo a desenvolver desde que nos munimos de uma estratégia de desenvolvimento que é incontestavelmente um projecto nacional.

No ano em que Timor-Leste assumiu a presidência da CPLP, e em que organizámos a Cimeira de Chefes de Estado em Díli, a Ponte da CPLP foi concluída e inaugurada, uma obra de grande importância para a capital. Mas é nos restantes distritos que enfrentamos agora desafios imensos. O desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, projecto liderado por Sua Excelência o Dr. Mari Alkatiri, Ex-Primeiro-Ministro, e a criação da Zona Especial de Economia Social de Mercado, vão potenciar o desenvolvimento económico e social da região, com particular incidência na melhoria das condições de vida das populações ali residentes. Também não posso deixar de mencionar o projecto de alargamento e recuperação da rede nacional de estradas, o fornecimento e a distribuição de electricidade a todo o país, o projecto do



Tasi Mane e o investimento integrado na costa sul, a construção de portos, designadamente em Tibar e no Suai, e a construção e melhoria das instalações dos aeroportos. Estes são só alguns exemplos do ambicioso plano de infraestruturas a ser implementado que exige um esforço financeiro, e por isso o Fundo de Infraestruturas cresce cerca de 7% face ao ano de 2014, um investimento que é essencial para o desenvolvimento do país, seja a curto, médio ou a longo prazo.

Como oportunamente referi, cabe ao Estado assegurar o fornecimento de bens e serviços essenciais ao desenvolvimento sustentável e inclusivo do país. Refiro-me, nomeadamente, à necessidade de continuarmos a investir na nutrição das nossas crianças e jovens, através do programa da merenda escolar, mas também na saúde da população, através da disponibilização de medicamentos e alimentos aos nossos doentes. Este apoio ao sector social é fundamental para aspirarmos ao progresso da Nação. Devo também salientar que é indispensável para o desenvolvimento do sector económico continuar a financiar o projecto de electrificação, através da aquisição de combustível e da manutenção dos geradores, bem como o serviço de transporte do Berlim Nakroma, que exige investimento em combustível e manutenção, ou a aquisição e fornecimento de sementes aos nossos agricultores. Mais uma vez, são alguns exemplos daquilo que consideramos ser investimentos essenciais que é preciso garantir no Orçamento Geral do Estado para 2015.

Também de irrefutável importância é o programa de transferências públicas através do qual o Estado garante a realização de diversas actividades com um impacto directo na melhoria das condições de vida das pessoas. Refiro-me ao investimento em programas tão diversos como o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos, a promoção do emprego rural, a reabilitação de escolas e postos de saúde, a instalação de painéis solares para as comunidades, mas também às pensões para os combatentes da



libertação nacional, o apoio aos inválidos, órfãos e sem-abrigo, às ONG, actividades do SISKa e o novo centro de cardiologia, subsídios para tratamentos no estrangeiro, o centro de bambu, o programa de capacitação de meios de comunicação social e de jornalistas, o programa Uma Matenek para educação de crianças, entre outros. O capital adicional previsto na proposta de Orçamento de Estado para 2015 será pois investido num programa amplo e integrado de desenvolvimento a longo prazo e estas actividades que nos propomos realizar são parte imprescindível do mesmo.

O Governo procedeu ainda a uma análise das despesas do Estado nas rubricas de capital e reduzimos ou eliminámos os gastos considerados ineficazes ou desnecessários. Claro que salvaguardámos, ao mesmo tempo, os investimentos essenciais. Assim, prevemos em 2015 adquirir um navio de passageiros, que irá responder à necessidade de circulação com Oe-Cusse Ambeno, camiões de bombeiros e veículos especiais, o que permitirá aumentar a segurança das populações, equipamentos médicos, incluindo laboratórios, equipamentos de raio-X e camas, o que irá melhorar a prestação de cuidados de saúde no país. Como referi, estamos num contínuo processo de procura do aumento de eficácia sempre tendo em vista realizarmos os investimentos que proporcionam um retorno efectivo para o Estado, contribuindo para o desenvolvimento a longo prazo da nação.

Associado ao financiamento que temos de garantir para implementar os grandes projectos acima referidos, temos de continuar a assumir o apoio, num registo de absoluta complementaridade, à formação e qualificação da nossa população. O crescimento e a diversificação da nossa economia, seja pela acção do nosso sector privado, seja pelo investimento externo no país, exigem uma força de trabalho qualificada e apta. O Fundo de Desenvolvimento Capital Humano tem-se revelado uma estratégia acertada para garantirmos, de forma justa e equilibrada, o apoio à formação





de quadros. Nessa medida, vamos financiar os programas do Fundo, em particular a formação vocacional, procedendo ao mesmo tempo a uma rigorosa avaliação do impacto dos programas desde 2011 e à preparação de um mapa de recursos humanos por Distrito, sendo o objectivo otimizar este investimento melhorando a relação qualidade-custo dos programas e assegurando maior retorno do mesmo.

Estes investimentos estruturais que temos vindo a realizar, seja no âmbito de realizações físicas, humanas ou sociais, estão também a ser acompanhados pela construção de um quadro legal promotor do desenvolvimento social, económico e institucional do país.

Por exemplo, a aprovação este ano do currículo nacional de base do primeiro e segundo ciclos do ensino básico, do currículo nacional de base da educação pré-escolar e do referencial para as políticas de educação pré-escolar vão permitir-nos melhorar o ensino e preparar as nossas crianças para os desafios que a escola oferece. Já no sector económico, estabelecemos a primeira Zona Especial de Economia Social de Mercado e avançamos com uma importante iniciativa para reforçar o sector privado através da criação da "Investe Timor-Leste", a Agência Especializada de Investimento, cuja missão é promover o investimento privado e as exportações no país. Também a aprovação da Base Política para o Turismo, sector estratégico da economia nacional, tem agora um instrumento essencial para o seu desenvolvimento. O estabelecimento de um centro de formação em turismo e hotelaria e de quatro centros de informação turística previstos para 2015 são já um resultado da operacionalização desta política.

Outra prioridade deste Governo e que tem vindo a ser preparada com rigor é o processo de descentralização administrativa. A realização de eleições municipais em 3 distritos em 2015 é o concretizar de um compromisso por nós assumido e um passo fundamental





na melhoria da prestação de serviços públicos à população e na melhor distribuição de recursos pelo país. Também a eleição de chefes de suco constitui sempre um importante reforço do processo de consolidação democrática do país.

Mas o desenvolvimento não é possível se estivermos fechados para o Mundo e por isso tenho de referir ainda o importante papel que Timor-Leste tem desempenhado na cena internacional, sendo absolutamente estratégico continuar a assegurar as condições necessárias para os desafios que enfrentamos no futuro. Pela primeira vez Timor-Leste preside à CPLP e é nosso objectivo encetar o aprofundamento das relações económicas entre os seus estados-membros, mas também contribuir para potenciar oportunidades comerciais na nossa região geográfica da Ásia Pacífico. Continuamos também a reforçar as nossas capacidades e a prepararmo-nos para a integração na ASEAN, um processo em curso e no qual não podemos desinvestir. Um outro Fórum fundamental, o G7+, para o qual temos contribuído de forma clara, seja a nível diplomático, técnico ou financeiro, exige que continuemos a liderar esta iniciativa que granjeia apoio, prestígio e respeito internacionais. Devo mencionar ainda o apoio que Timor-Leste tem dado à Guiné-Bissau, quer a nível técnico, no processo eleitoral realizado com enorme sucesso, quer financeiro, ao contribuímos para assegurar o normal funcionamento das instituições deste Estado irmão e cuja fragilidade exige a nossa contínua atenção e cooperação.

Excelência,

No percurso já percorrido conseguimos assegurar um objectivo central sem o qual não podemos aspirar ao desenvolvimento – um território onde se vive em paz e segurança. Mas compete-nos agora continuar a avançar neste caminho.



Uma população instruída, saudável e profissionalmente activa, uma administração pública profissional e eficiente, um sector privado forte e capaz, e um país dotado das infraestruturas básicas, são os ingredientes necessários para que a curto médio prazo a necessidade de financiamento pelo Fundo Petrolífero diminua. A economia não petrolífera do país está e vai continuar a crescer porque a diversificação económica começa a ser uma realidade e a sustentabilidade do seu crescimento está em processo de ser assegurada.

Consideramos assim que os grandes investimentos que temos vindo a realizar através do levantamento acima dos 3% do Fundo Petrolífero vão não só catapultar o crescimento económico sustentável do país, mas também permitir o aumento das receitas do Estado por intermédio de uma população activa e de um sector privado vibrante, que em conjunto vão partilhar da responsabilidade de contribuir para a redução do esforço orçamental sob o Fundo Petrolífero.

Mas, como referi, este caminho ainda está a ser trilhado e face às razões acima apresentadas, submetemos à superior consideração do Parlamento a aprovação do levantamento que excede os 3% do Rendimento Sustentável Estimado e desta forma respondermos àquele que é o mais unânime interesse nacional – o desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.

Para terminar, junto o "Relatório com a estimativa do montante em que ficará o Rendimento Sustentável Estimado dos exercícios orçamentais subsequentes, por força de transferência a partir do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado", cumprindo assim o requisito legal, da alínea b) artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, bem como o "Relatório do Auditor Independente que certifique as estimativas de redução do rendimento sustentável estimado", conforme o prescrito na alínea c) do mesmo artigo.



PRIMEIRO  
MINISTRO

Gabinete do  
Primeiro-Ministro

Aceite Vossa Excelência a **minha** mais elevada consideração e estima.

Dili, 13 de Outubro de 2014

**Kay Rala Xanana Gusmão**

Primeiro-Ministro

Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Dili, Timor-Leste



## 4.2: Relatório 1 sobre o RSE: Necessidades relativas a Transferências a partir do Fundo Petrolífero para o RSE de 2015



Sua Excelência  
Senhor Kay Rala Xanana Gusmão  
Primeiro-Ministro  
República Democrática de Timor-Leste

### ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Sua Excelência,

O presente relatório é elaborado de acordo com as alíneas a) e b) do artigo 8.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro, Lei do Fundo Petrolífero. O Rendimento Sustentável Estimado é calculado nos termos do Anexo I da Lei do Fundo Petrolífero.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o Ano Financeiro de 2015	Montante (USD) \$638,5 milhões
Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano anterior 2014	Montante (USD) \$632,3 milhões


O Livro 1 de apoio ao Orçamento Geral do Estado para 2015 inclui uma análise da metodologia na que se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado.

De acordo com a alínea c) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, um Auditor Independente deverá certificar o montante da estimativa do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação encontra-se em anexo em à presente carta.

Com os melhores cumprimentos,

Emília Pires  
Ministra

Em nome da Ministra das Finanças

  
Santina J.R.F. Viegas Cardoso  
Vice Ministra

Edifício 5, 1.º Andar,  
Palácio do Governo,  
Dili, Timor-Leste  
Phone - +670 3394511  
Fax - +670 3311204  
Website - [www.maf.gov.tl](http://www.maf.gov.tl)

## 4.3: Relatório 2 sobre o RSE: Necessidades relativas a Transferências a partir do Fundo Petrolífero para o RSE a médio prazo



República Democrática de Timor-Leste  
Ministério das Finanças  
Gabinete da Ministerial



*"Sein um ham cudadan, sein um nava heroi para a nossa Nacao"*

No: 498 / V/GMF / 2014-10 Dili, 8 October 2014

Sua Excelência  
Senhor Kay Rala Xanana Gusmão  
Primeiro-Ministro  
República Democrática de Timor-Leste

**ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO**

Sua Excelência,

O presente relatório é apresentado nos termos da alínea b), do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, conforme a redacção que lhe foi ultimamente dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de Setembro, Lei do Fundo Petrolífero.

Como requerido na alínea b) do artigo 9.º, a tabela abaixo demonstra a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos fiscais de 2014, em resultado da proposta de transferência do Fundo Petrolífero de um montante que excede o Rendimento Sustentável Estimado em 2015:

Ano Fiscal	Transferências a partir do Rendimento Sustentável Estimado em 2015	
	\$638,5 milhões	\$1327,5 milhões
2016	653.6	632.4
2017	670.0	648.3
2018	687.4	665.0
2019	705.7	682.7
2020	724.6	701.1
2021	744.0	719.9
2022	763.9	739.1
2023	784.4	759.0
2024	805.5	779.3
2025	827.1	800.2

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 9.º da supracitada Lei, o Auditor Independente deve confirmar as estimativas de redução do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação encontra-se em anexo.

Todos os cálculos foram executados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças e com recurso a assistência profissional externa.

Sem mais de momento, subscrevo-me com a minha mais elevada consideração e estima.

Emília Pires  
Ministra

Em nome da Ministra das Finanças

  
Santina J.R.F. Viegas Cardoso  
Vice Ministra

Edifício 5, 1.ª Andar,  
Palácio do Governo,  
DGL, Timor-Leste  
Phone - +670 3338510  
Fax - +670 3331254  
Website - [www.mf.gov.tl](http://www.mf.gov.tl)

## 4.4: Relatório da Deloitte sobre o RSE



Deloitte Touche Tohmatsu  
ABN 74 490 121 050

Level 11  
24 Mitchell Street  
Darwin NT 0800  
GPO Box 4296  
Darwin NT 0801 Australia

Tel: +61 (0)8 8998 3000  
Fax: +61 (08) 8980 3001  
www.deloitte.com.au

V. Excellência Imilia Pires  
Ministério das Finanças  
República Democrática de Timor-Leste  
Edifício N.º 3, Rés-do-Chão  
Palácio do Governo, Dli, Timor-Leste

10 de Outubro de 2014

Estimada Ministra

### **Relatório de Conclusões Factuais relacionado com as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado (Artigo 9º)**

De acordo com o Contrato RDTL 83683 e suas adendas subsequentes, executámos determinados procedimentos acordados unicamente com o propósito de fornecer ao Governo da República Democrática de Timor-Leste um relatório em conformidade com a alínea c) do Artigo 9º da Lei n.º 9/2005 *Lei do Fundo Petrolífero*, tal como alterada pela Lei n.º 12/2011 *Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero*. O nosso trabalho foi executado de acordo com a Norma Internacional Sobre Serviços Relacionados (ISRS) 4400 *Trabalhos Para Executar Procedimentos Acordados Respeitando a Informação Financeira*. O presente relatório deve ser lido juntamente com o nosso contrato, o qual estabelece a base sobre a qual o nosso trabalho foi executado.

#### **Âmbito do trabalho e declaração de responsabilidade**

A pedido de V. Exas. e conforme acordado, executámos os procedimentos descritos na tabela abaixo. O âmbito do nosso trabalho limitou-se unicamente a esses procedimentos. V. Exas. são responsáveis por determinar se o âmbito do nosso trabalho é suficiente para os V. propósitos e não efectuamos quaisquer representações relativamente à suficiência destes procedimentos face aos V. propósitos. Caso tivéssemos efectuado procedimentos adicionais, outras matérias podiam ter chegado ao nosso conhecimento que teriam sido relatadas a V. Exas.

O presente relatório não deve dispensar quaisquer outras indagações e procedimentos que podem ser necessários para satisfazer os requisitos dos destinatários do relatório.

Os procedimentos executados não constituíram qualquer forma de revisão ou de auditoria e não expressámos qualquer opinião nem tirámos conclusões com base nos procedimentos executados. Não submetemos a informação constante no presente relatório ou que nos foi fornecida pelo Ministério das Finanças a procedimentos de conferência e verificação, excepto na medida do que é estritamente indicado abaixo. Isto é a prática normal na execução de tais procedimentos de âmbito limitado, contudo contrasta significativamente com, por exemplo, uma auditoria. Os procedimentos que executámos não foram desenhados com o intuito de identificar fraude ou representações incorrectas por parte do Ministério das Finanças e não é expectável que revelem tais situações. Consequentemente, não podemos aceitar responsabilidades pela detecção de fraude (quer por parte da administração, quer por parte de entidades externas) ou de representações incorrectas por parte da administração do Ministério das Finanças.

O presente relatório destina-se unicamente ao V. uso exclusivo e tem por finalidade única satisfazer os requisitos da alínea c) do Artigo 9º da Lei nº 9/2005 *Lei do Fundo Petrolífero*, tal como alterada pela Lei nº 12/2011 *Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero*. O nosso relatório não pode ser usado para qualquer outra finalidade, recitado ou referido em qualquer documento, copiado ou disponibilizado (total ou parcialmente) a qualquer outra pessoa sem o nosso consentimento escrito prévio. Não aceitamos qualquer dever, responsabilidade ou obrigação perante outros em resultado do presente relatório ou deste trabalho.

#### Procedimentos e Situações Detectadas

Procedimentos	Situações Detectadas
1. Obtenção dos cálculos de suporte subjacentes ao relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento no seguimento da alínea b) do Artigo 9º;	1. Os cálculos de suporte subjacentes ao relatório do Governo a ser fornecido ao Parlamento no seguimento da alínea b) do Artigo 9º foram obtidos do Ministério das Finanças no dia 3 de Outubro de 2014.
2. Concordar a metodologia de cálculo com os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento do ano fiscal de 2014, tal como previamente obtidos pela Deloitte;	2. A metodologia de cálculo foi concordada com os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado para o orçamento do ano fiscal de 2014, tal como previamente obtidos pela Deloitte.
3. Obtenção do valor proposto da transferência do Governo, que consistiu num montante em excesso relativamente ao Rendimento Sustentável Estimado pelo Governo para efeitos do orçamento do ano fiscal de 2014, e concordar o valor com o cálculo subjacente actualizado, que incorpora a transferência do Governo proposta;	3. O Ministério das Finanças comunicou à Deloitte uma transferência do Governo de 1,327,5 milhões de dólares dos Estados Unidos, constando-se que excede o Rendimento Sustentável Estimado de 638,5 milhões de dólares dos Estados Unidos, tal como previamente calculado pelo Governo para efeitos do orçamento do ano fiscal de 2015, em 689 milhões de dólares dos Estados Unidos. O montante de 1,327,5 milhões de dólares dos Estados Unidos foi incorporado no cálculo subjacente actualizado.
4. Re-execução dos cálculos da estimativa de redução do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a iniciar-se em 1 de Janeiro de 2015, que resulta da proposta de transferência do Governo do Fundo Petrolífero no ano fiscal de 2014;	4. Foram re-executados os cálculos da estimativa de redução do Rendimento Sustentável Estimado para o ano fiscal a iniciar-se em 1 de Janeiro de 2016 sem terem sido detectadas excepções. A redução estimada em cada um dos anos futuros de 2016 a 2025 variou entre 21,2 e 26,9 milhões de dólares dos Estados Unidos, conforme estabelecido no Anexo A.
5. Fornecimento de um relatório ao Governo em conformidade com a Lei nº 9/2005 <i>Lei do Fundo Petrolífero</i> , tal como alterada pela Lei nº 12/2011 <i>Primeira Alteração à Lei do Fundo Petrolífero</i> .	5. O presente relatório.

Atenciosamente,



Deloitte Touche Tohmatsu

## ANEXO A

### Pagamentos futuros projectados

Excesso do Rendimento Sustentável Estimado em 2015:

Ano Fiscal	Levantamentos Estimados do Rendimento Sustentável em 2015	
	638,5 milhões de dólares	1317,5 milhões de dólares
2016	653,6	632,4
2017	670,0	648,3
2018	687,4	665,0
2019	705,7	682,7
2020	724,6	701,1
2021	744,0	719,9
2022	763,9	739,1
2023	784,4	759,0
2024	805,5	779,3
2025	827,1	800,2



# Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças



## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204

Website - [www.mof.gov.tl](http://www.mof.gov.tl)